

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

MARILENE DA CUNHA RIBEIRO

**A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA
MULHER BRASILEIRA NA FRONTEIRA OESTE
DO RIO GRANDE DO SUL: O QUE REVELAM
OS JORNAIS DO PERÍODO DE 1890 A 1910**

**Porto Alegre
2008**

MARILENE DA CUNHA RIBEIRO

**A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA MULHER
BRASILEIRA NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE
DO SUL: O QUE REVELAM OS JORNAIS DO PERÍODO
DE 1890 A 1910**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História do Programa de Pós-Graduação do Curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Moacyr Flores

Porto Alegre

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R484c Ribeiro, Marilene da Cunha

A construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul : o que revelam os jornais do período de 1890 a 1910 / Marilene da Cunha . - Porto Alegre, 2008.

XXX f. 136

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2008.

Orientador: Dr. Moacyr Flores

1. Imaginário. 2. Mulheres - Rio Grande do Sul - História. 3. Jornalismo - Rio Grande do Sul - História.
4. Modernidade. I. Título.

CDD : 981.6505

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204

MARILENE DA CUNHA RIBEIRO

**A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DA MULHER
BRASILEIRA NA FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE
DO SUL: O QUE REVELAM OS JORNAIS DO PERÍODO
DE 1890 A 1910**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História do Programa de Pós-Graduação do Curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 31 de março de 2008

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Moacyr Flores
PUCRS

Prof^ª Dr^ª. Margaret Marchiori Bakos
PUCRS

Prof^ª Dr^ª. Janete Abrão
PUCRS

Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
UFSM

Prof. Dr. Teófilo Otoni Vasconcelos Torronteguy
UFSM

AGRADECIMENTO

*À Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul PUCRS,
especialmente ao seu programa de Pós-Graduação Doutorado
em História pelo incentivo a pesquisa Histórica.*

*Ao meu Orientador, Dr. Moacyr Flores, pelo muito que me acrescentou em
aprendizagem e afeto, exemplo de educador e pesquisador.*

A minha família, que sempre me apoiou e incentivou, com amor minha paixão pela pesquisa.

“As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesma as viam e as viviam...”

Michelle Perrot (2005).

RESUMO

Pesquisar sobre a construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, a partir do que revelam os jornais do período de 1890 a 1910, era um trabalho que se revestia de relevância social ao contribuir para a reflexão e os estudos que se realizam sobre a constituição da subjetividade do feminino no Brasil. No final do século XIX e início do Século XX, o Brasil passou por uma série de transformações que implantaram modificações arquitetônicas, mudanças nas relações de trabalho e até no lazer das pessoas. Essas transformações vão desde a abertura de avenidas, destruição de cortiços, até o asilamento científico e a cobrança de valores éticos e de posturas morais, principalmente do sexo feminino. Ao investigar o imaginário feminino, pude comprovar que as mulheres gaúchas da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, foram alvos de preconceitos e que, mesmo assim, muitas lutaram pelo seu espaço, não se deixando moldar pelos padrões de moralidade vigente na sociedade. Tenho por tese, que a mulher da fronteira oeste do Rio Grande do Sul aprendeu, pela necessidade contextual da época, a desenvolver estratégias próprias de construção de sua subjetividade que não a reduzem à representação apresentada pelo imaginário popular, enunciada nos escritos da historiografia tradicional e cantada em verso e prosa de maneira idealizada. Nesse sentido, sustento com base em Michel Foucault, que a ação dos micropoderes de sujeição e de docilidade dos corpos pelo exercício do poder disciplinador e moralizador é mais notável do que os efeitos negativos do poder de coerção, repressão, exclusão, e de violência física ou simbólica do Estado.

Palavras-chave: Modernidade. Imaginário. Mulheres. Fronteira. Jornais.

ABSTRACT

To research about the construction of the imagination of the Brazilian woman in the west frontier of Rio Grande do Sul from what was revealed by the newspapers of the period that goes from 1890 to 1910, was a task that filled itself of social relevance by intending to contribute in the reflexion and studies made about the constitution of the feminine's subjectivity in Brazil. At the end of the XIX century and the beginning of the XX, Brazil went through a series of transformations that implied in architectural modifications, changes on the work relations and even on people's leisure. These transformations go from the opening of avenues, destruction of tenements, even scientific isolation and the charge for ethical values and moral postures, specially from women. By investigating the feminine imaginary I could prove that the women from the west frontier of Rio Grande do Sul were discriminated against and, even so, many of them fought for their space, not letting themselves to be moulded by the morality standards current on the society. I have as thesis, that the woman from the west frontier of Rio Grande do Sul learnt, by the contextual need of the time, to develop her own subjectivity construction strategies, that does not reduce her to the representation shown by popular imaginary, enunciated in the documents of traditional historiography and sung in verse and prose in an idealized way. In that sense, I hold based in Michael Foucault, that the action of the micropowers of subjection and docility of the bodies by the exercise of the moralizer and disciplinating power is more noticeable than the negative effects of the powers of coercion, repression, exclusion, physical and symbolic violence from the State.

Keywords: Modernity. Imaginary. Women. Frontier. Newspapers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustrações dos jornais que serviram como fontes de pesquisa.....	09
Figura 2 - Notícias que retratam o mundo feminino	22
Figura 3 - Sabonete Belladona invenção resguardada.....	44
Figura 4 – Sabonete Belladona.....	55
Figura 5 - Os cuidados com a saúde feminina.....	60
Figura 6 - Notícias que ressaltam a organização familiar	70
Figura 7 - A mulher e a formação religiosa.....	84
Figura 8 - A mulher e a cultura	93
Figura 9 - A mulher e a profissão	107
Figura 10 - Notícias do mundo feminino	125

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 A MULHER E A VIOLÊNCIA FÍSICA OU SIMBÓLICA.....	22
3 SAÚDE E BELEZA FEMININA. A QUE PREÇO?.....	44
4 A CONDIÇÃO DO FEMININO NA ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA.....	70
5 A RELIGIÃO NA FORMAÇÃO DA MULHER	84
6 CULTURA E FEMINILIDADE	93
7 A MULHER E O MUNDO DO TRABALHO	107
8 CONCLUSÃO.....	125
REFERÊNCIAS	131

1 INTRODUÇÃO



Figura 1 - Ilustrações dos jornais que serviram como fontes de pesquisa

A importância de se investigar o contexto histórico e, nesse, as condições que possibilitaram o surgimento de determinadas formas de discurso e de comportamento em detrimento de outras, a partir de aspectos da cotidianidade retratada na literatura jornalística de época, justifica-se pela necessidade de entendimento de discursos e de comportamentos atuais que podem ter sua explicação de gênese naqueles tempos.

Tais subsídios podem proporcionar elementos que contribuem no entendimento e na escrita da história pelo pesquisador. Isso porque, mesmo que, em alguns casos, não constituam fontes para análise e compreensão de documentos históricos na perspectiva da historiografia tradicional, podem ser, sim, fontes de sentimentos e emoções que denotam um contexto por sua vez revelador de estruturas, de pensamentos e de comportamentos.

A linguagem literária, por exemplo, é mais leve, porque, mesmo utilizando-se de dados de época, não é carregada do compromisso com um retrato exato daquilo de que trata. Então, mesmo com uma linguagem mais leve e sem os requintes da cientificidade tradicional, a literatura consegue falar de fatos ocorridos, registrados ou não, ou que poderiam ter ocorrido em algum lugar; e poderá, por isso mesmo, ajudar o pesquisador em história na formação de

um imaginário sobre a época que ele estuda. O que entendo por história do imaginário é referente a representações simbólicas aqui especificamente sobre as mulheres no período da implantação da modernidade no Brasil, particularmente da fronteira oeste do Rio Grande do Sul - cidade de Uruguaiana. Conforme afirma Leoni Serpa, na obra “A Máscara da Modernidade”, as notícias, as diferentes colunas, a propaganda revelam o modo da construção e da mentalidade sobre a modernidade, período no qual estão inseridas as mulheres.

Tal imaginário pode-se constituir no cenário em que ele, pesquisador, poderá situar fatos circunstanciados a um tempo e a um espaço.

Na trama vivida pelas personagens literárias, verifica-se, ainda, toda a possibilidade que um autor tem de fazer a denúncia de uma época, desnudando uma estrutura social. Assim, protegido pelas personagens, o autor pode expor sua visão de circunstâncias, de mundo, enfim, sua concepção de ideologia e da própria sociedade.

Numa perspectiva de conhecimento contrária à sua fragmentação e redução a ramos do saber humano, é possível promover um diálogo entre a história e a literatura, em que se inclui a jornalística. Isso não significa negar as especificidades de suas naturezas, em que é preciso reconhecer e respeitar essa variável.

Significa entender que elas não são antagônicas nem superiores uma em relação à outra. Significa, ainda, que estão em condições de interação, podendo influenciar-se mutuamente e criar a possibilidade do surgimento de saberes menos fragmentados, menos afetos a essa ou àquela disciplina ou área, mais abrangentes, mais fortalecidos e mais inteligíveis, capazes de entrar em novas relações e ir aprimorando-se.

História e literatura, portanto, não são antagônicas e sim, complementares, necessárias para, em relação recíproca de permuta de conhecimentos e de métodos de sua produção, gerar novos conhecimentos que já não pertençam mais especificamente a uma ou a outra.

A literatura jornalística de época constitui uma importante fonte de consulta para uma pesquisa histórica que pretenda compreender um determinado contexto, o qual se entende como possível solo que permitiu a emergência de certos imaginários.

A leitura atenta não só das grandes manchetes, mas também a observação de reclames e de pequenas notas sociais ou de informação geral permitem que se recrie, no imaginário, o contexto que se quer compreender.

Por isso, tudo o que está escrito nos jornais de maneira estampada e também aquilo que não está escrito, mas que se distinguem como possíveis enunciados, é precioso para o tipo de trabalho investigativo de natureza histórica. Tais enunciados são reveladores de uma sociedade que existe, mas que não está estampada nos textos de maneira explícita. Uma

sociedade que se oculta e não se quer revelar, ou, ainda, que se revela por máscaras e maquiagens lingüísticas.

A chamada nova história, sendo mais fácil compreendê-la pelo que ela nega (BURKE, 1992, p. 10), mostra-se como uma reação à forma de fazer história e de escrever em história pelo paradigma determinista ou tradicional que alimentou e ainda continua a alimentar certa cientificidade.

Na pesquisa fundamentada no paradigma científico tradicional, há uma separação entre sujeito e objeto, em que o pesquisador tem a pretensão de ficar neutro em relação à parte da realidade por ele investigada. Busca-se, ainda, o isolamento dessa parte em relação ao todo, muitas vezes descontextualizando-a. A objetividade no trato com o objeto e na produção dos resultados do processo de pesquisa firma-se como marcas que devem ser a garantia de que a pesquisa foi científica e que, por isso, são passíveis seus resultados de ser generalizados.

Na perspectiva de um outro paradigma, mais holístico, a realidade é muito complexa e a pesquisa não pode carecer de considerar a subjetividade do pesquisador. Sujeito e objeto não existem mais como nos modelos da investigação tradicional. O pesquisador interfere na realidade e é por esta interferido. A parte não se separa do todo, mas também não se perde nesse todo e o todo não é descaracterizado pela parte.

Não se trata aqui de generalização de resultados, mas de probabilidades. A comunicabilidade entre os conhecimentos é fundamental e as teorias têm permissão para serem, inclusive, aproveitadas em outros momentos e contextos diferentes daqueles em que foram produzidas.

A nova história surge, assim, contextualizada num tempo em que o paradigma dominante já dá sinais de esgotamento ao não conseguir responder adequadamente às perguntas que são colocadas por uma realidade que se mostra cada vez mais complexa.

Segundo Burke (1992, p. 11), é possível entender que a história, conforme o paradigma tradicional, referencia-se, sobretudo, à política passada. Num novo paradigma, emergente, é possível entender que a nova história não se reduz à política, mas compreende o interesse por tudo o que diz respeito à atividade humana. Em outras palavras, tudo é história: “tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante do passado”.

De acordo com seu raciocínio, “a base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p. 11).

A nova história tem, também, uma dimensão narrativa, mas não se reduz a ela. Também reconhece feitos que se transformaram em fatos históricos, mas entende que tudo é construído e reconstruído coletivamente num jogo de interesses.

Sobre a importância dos documentos, não a nega, mas reconhece e previne-se, pois os registros ditos oficiais também são frutos de uma construção e expressam somente “o ponto de vista oficial”, pois, segundo Burke (1992, p. 13), “para reconstruir as atitudes dos hereges e dos rebeldes, tais registros necessitam ser suplementados por outros tipos de fontes”. Para esse autor, na nova história, o tipo de pergunta que o historiador faz é outro: não mais personaliza o endereçário, mas estende o questionamento a um endereçário coletivo.

Também, na perspectiva desse autor, a nova história discute a objetividade, na apresentação dos fatos, tal qual eles deveriam ter acontecido. Enfim, ainda é possível compreender sobre a nova história e os novos pesquisadores que, conforme Burke (1992, p. 16):

Sua preocupação com toda a abrangência da atividade humana os encoraja a ser interdisciplinar, no sentido de aprenderem a colaborar com antropólogos sociais, economistas, críticos literários, psicólogos, sociólogos, etc.. Os historiadores de arte, literatura e ciência, que costumavam buscar seus interesses mais ou menos isolados no corpo principal de historiadores, estão, agora, mantendo com eles um contato mais regular. O movimento da história vista-de-baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente a opinião das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais. O mesmo acontece com algumas formas de história oral. Neste sentido, também a heteroglossia é essencial à nova história.

Michel Foucault também foi autor que nos ensinou a olhar a História e a Filosofia da História com outros modos. Para entender a forma de discursos e comportamentos sociais nas questões da loucura, da Medicina, do sistema prisional e, ultimamente, da ética, ele remontou a épocas históricas determinadas, por entender que o solo epistemológico onde se poderiam encontrar explicações para nossa atualidade, ali se verificava.

Em “Vigiar e Punir”, por exemplo, em que apresentou o poder disciplinar como tecnologia capaz de promover, no aspecto da positividade do poder, indivíduos dóceis com comportamentos previsíveis, pelo esquadramento dos corpos e das atitudes em tempos e espaços minuciosamente definidos, faz-nos entender que o sistema de aprisionamento previsto para reintegrar, depois de um tempo, os indivíduos ao convívio social falhou. A explicação para essa falha e para a atual mentalidade do sistema carcerário ocidental ele vai buscar no entendimento das estruturas sociais do campo epistemológico, que proporcionaram a emergência desse sistema.

De minha parte, no que tange à pesquisa que realizei, penso que uma possível explicação para a constituição de um imaginário feminino brasileiro, que se verifica na

fronteira oeste do Rio Grande do Sul, pode ter suas raízes no solo em que se construíram as primeiras bases de modernidade no País.

Tive, para mim, que pesquisar sobre a construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, a partir do que revelam os jornais do período de 1890 a 1910, era um trabalho que se revestia de relevância social ao pretender contribuir para a reflexão e os estudos que se realizam sobre a constituição da subjetividade do feminino no Brasil.

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil passou por uma série de transformações que implantaram modificações arquitetônicas, mudanças nas relações de trabalho e até no lazer das pessoas. Essas transformações vão desde a abertura de avenidas, destruição de cortiços, até o asilamento científico e a cobrança de valores éticos e de posturas morais, principalmente do sexo feminino.

Devemos, contudo, entendê-las dentro de um contexto mais amplo, ou seja, dentro da implantação da modernidade no Brasil e de sua nova ordem moral, não desconhecendo o fato de que reproduzia o fenômeno burguês europeu.

A análise de textos encontrados em jornais da época pode contribuir para o entendimento do solo em que foi possível a constituição de uma determinada subjetividade feminina no país. Incluem-se, aqui, as condições de surgimento dos traços identitários da mulher da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Pretendi, ao investigar sobre o imaginário feminino, demonstrar que as mulheres gaúchas da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, foram alvos de preconceitos e que, mesmo assim, muitas lutaram pelo seu espaço, não se deixando moldar pelos padrões de moralidade vigente na sociedade.

Situei, então, a geografia de minha pesquisa na **região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**, mais precisamente na cidade de Uruguaiiana, durante a última década do século XIX e a primeira do século XX.

Justifico minha opção histórico-geográfica por aceitar que, à época, Uruguaiiana tinha características que a diferenciavam no cenário gaúcho e nacional: foi a única cidade fundada pelo governo Farrapo, como uma importante estratégia da revolução no combate ao império - porque sua localização geográfica permitia fácil intercâmbio com outros países do Prata; foi elevada à categoria de cidade somente em 1874, constituindo-se em marco fundamental na história brasileira quando do cerco das tropas paraguaias à então pequena vila de Uruguaiiana; desde 1870 funcionou em Uruguaiiana, até 1908, um colégio misto de rapazes e moças, de inspiração huguenote, dirigido por um mestre-escola francês oriundo de Lyon, na França, mas que na vila chegara via Uruguai, e que educava na sociedade uruguaiianense com métodos e

conteúdos que estudara no seu país de origem; o constante e notável intercâmbio com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, fazendo muitas expressões em espanhol e português, a maneira de vestir, de se alimentar, de cantar e de dançar, e tipos de comportamento social/moral, transitarem livremente entre cidades vizinhas nesses países e em solo brasileiro; a situação geográfica privilegiada, que permitia à cidade o reconhecimento de ser um ponto de estratégia militar fronteiriça; entre tantas outras características.

Digno de registro, também, é o fato de que, na época, Uruguiana tinha a influência de imigrantes e viajantes europeus, como franceses e alemães que a ela chegavam muitas vezes indiretamente, oriundos de outros países do Prata, além de latino-americanos, oriundos especialmente da Argentina e do Uruguai.

Acrescente-se, ainda, que missionários metodistas norte-americanos começam a chegar na cidade na primeira década do século XX, com o objetivo de fundar uma Igreja e de desenvolver trabalhos também na área da educação. Nessa área, os missionários metodistas norte-americanos adquiriram o colégio do professor francês - que o dirigia há mais de trinta anos -, e passaram do método francês ao método americano de ensino.

Ora, isso tudo, de forma inegável, teria contribuído na construção de uma nova sociedade e, nela, de uma nova mulher.

Nesse contexto, de passagem de um século para o outro, penso que foi inevitável que surgissem variáveis significativas de subjetivação na constituição do imaginário feminino brasileiro, na região da fronteira oeste do sul do país.

Por essas razões até aqui expostas, justifico a importância desse estudo, na perspectiva de contribuir com a teorização sobre a história das mulheres em nosso país, apoiando-me em referencial foucaultiano.

Procurei, então, pelas condições de surgimento da construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, acreditando que circunstâncias geográficas e históricas específicas dessa região podem ter-lhe conferido traços específicos no contexto gaúcho e, por extensão, no contexto brasileiro.

Com minha pesquisa pretendi compreender, pela leitura de jornais de época, fundamentos do imaginário das mulheres brasileiras na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, analisando como se retrata a condição feminina num contexto histórico que impunha valores morais rígidos dentro de uma visão burguesa nascente no País.

Para tanto, tratei de construir conhecimentos necessários não só para compreender criticamente uma condição feminina circunstanciada a uma época, mas principalmente, para encontrar indicativos que pudessem contribuir no estudo do processo histórico de

emancipação feminina no Brasil. Nesse sentido, é que busquei, nos jornais da época, impressões da vida do universo feminino, – próprias do contexto histórico que eles noticiavam –, que evidenciassem as formas como eram feitas as descrições desse universo.

Também me preocupei em verificar que compreensões sobre a condição do feminino brasileiro foram construídas à época, a partir da análise do solo histórico que favoreceu o surgimento de determinados discursos e práticas de comportamento social em detrimento de outras, noticiadas em jornais.

Busquei, ainda, constatar a possibilidade do uso do texto jornalístico de época como uma possível fonte para compreender o retrato da condição feminina e, com isso, demonstrar a importância do diálogo entre a história e o texto jornalístico no âmbito da pesquisa histórica. Isso, na perspectiva de fundamentar minha idéia da necessidade de, em história, muitas vezes, se estudar a realidade social expressa nas notícias e reclames dos jornais, que evidenciam indicativos sobre a condição feminina à época. Tudo isso na perspectiva de, ao ler os jornais de época, buscar indicativos que permitissem produzir um conhecimento sobre a constituição do imaginário da mulher da fronteira.

Caracterizo minha pesquisa como sendo de natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa, por permitir um comportamento mais holístico pelo pesquisador, amplia a possibilidade de achados durante a sua realização. Ela permite que o pesquisador não se sinta afetado pelo condicionante da neutralidade científica imposto pelo paradigma positivista.

Sentindo-se mais à vontade para lidar, descrever, fazer suas inferências e interpretar seus achados, o pesquisador vai construindo, por assim dizer, o seu objeto de pesquisa, ao mesmo tempo que também vai sendo construído por esse objeto, à medida que as suas percepções vão sendo modificadas ou, até mesmo, confirmadas.

A postura do investigador que se vale da abordagem qualitativa em sua pesquisa não significa, no entanto, que esteja isenta de uma metodologia cuidadosa que lhe permita tratar cientificamente de seu campo de estudo. Pelo contrário, o investigador que faz tal opção está ciente de que a objetividade, mesmo que não aquela defendida pelo paradigma da ciência positivista, precisa ser observada embora reinterpretada.

Os resultados alcançados com esse tipo de pesquisa, embora possam sofrer a crítica de apresentarem dificuldades para serem generalizados, na perspectiva tradicional de se fazer pesquisa, são tratados no prisma de probabilidades.

Por fim, na opção que fiz pela pesquisa de natureza qualitativa, num paradigma diferente daquele que tradicionalmente dá as diretrizes da pesquisa positivista, tive oportunidade de movimentar-me mais à vontade, não ficando reclusa a certos procedimentos

dito científicos que impedem a criatividade do pesquisador na lida com sua pesquisa.

Pensando assim, foi possível, então, tratar meu objeto de apreciação numa perspectiva foucaultiana, que permitiu olhá-lo não apenas como um documento, mas como um monumento, isto é, sob ângulos diversos, rodeando-o, cercando-o por todos os lados e de diferentes distâncias - assim como fazemos diante de uma obra de arte, por exemplo.

Meus estudos focalizaram a **região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul**, precisamente a **cidade de Uruguaiana**.

Uruguaiana é uma cidade fundada na segunda metade do século XIX, às margens do Rio Uruguai que faz divisa entre Brasil e Argentina.

Do outro lado do rio, em território argentino, encontra-se a cidade de *Paso de Los Libres*, também cidade de grande relevância na história do país vizinho. As duas cidades, Uruguaiana e *Paso de Los Libres*, ligam seus dois países pela Ponte Internacional, construída em meio ao século XX.

As influências são recíprocas entre as duas cidades. O gaúcho argentino e o gaúcho brasileiro têm muitos traços em comum, o que é possível de se compreender quando se estuda a história da composição das fronteiras dos países do Prata. Vestuário, expressões típicas do linguajar, culinária, música, dança, folclore, lidas campeiras de pecuária e de agricultura conservam alguns traços comuns, embora possuam em cada país algo que as diferencia entre si.

Penso que essa influência recíproca, encontrada nesses aspectos, entre outros que se poderiam listar, contribuiu, também, na construção do imaginário da mulher gaúcha brasileira, o que permite pensar suas características como dotadas de algumas singularidades em relação às outras mulheres gaúchas e brasileiras em geral. Por esse entendimento é que tenho como campo de estudo a cidade de Uruguaiana, na fronteira oeste gaúcha.

Organizei a bibliografia necessária para a redação do meu referencial teórico, valendo-me de obras que tratassem direta ou indiretamente de tematizar a história das mulheres brasileiras e de obras que servissem de subsídio histórico para situar a temática. No decorrer da pesquisa, naturalmente, poderiam surgir questões que precisariam ser tratadas a luz de outras leituras, de outras obras. Não desconheci essa possibilidade.

A fonte específica da literatura jornalística para coletar os dados necessários à minha pesquisa, focalizando a região da fronteira oeste do Rio grande do Sul, foi constituída, primordialmente, dos jornais, que circulavam a época na cidade de Uruguaiana, como “A

Notícia, O Guarany e A Nação”.¹

Através da leitura desses jornais procurei por indicativos da questão que sistematizei em separatas de trechos e as submeti à uma Análise de Conteúdo, desenvolvendo categorias que me permitiram teorizar sobre o que os jornais locais revelavam sobre a mulher no período de 1890 a 1910 que contribuísse para a compreensão da formação do imaginário regional da **mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul**.

Tenho, por tese, que **a mulher da fronteira oeste do Rio Grande do Sul** aprendeu, pela necessidade contextual da época, a desenvolver estratégias próprias de construção de sua subjetividade que não á reduzem à representação apresentada pelo imaginário popular, enunciada nos escritos da historiografia tradicional e cantada em verso e prosa de maneira idealizada. A mulher que surgiu da leitura dos jornais não se reduz à figura que é cantada em verso e prosa pelo cancionero popular rio-grandense. A mulher da fronteira oeste não é tão somente a mulher campesina, acostumada às lidas do campo, seja na qualidade de mulher do peão, do capataz ou do estancieiro. Nem apenas a viúva que teve que administrar, sozinha, o campo, a família e os peões e suas mulheres. A mulher da fronteira também se revelou negociante no comércio local, professora nos vários estabelecimentos de ensino urbano ou na zona rural, mulher com formação especializada em área médica e não apenas parteira por formação vivencial, mulher religiosa, mulher que participava intensamente da vida social tentando acompanhar as últimas tendências que lhe chegavam da Europa via Buenos Aires, po meio das companhias teatrais e de outras apresentações artísticas que na cidade eram realizadas. Com isso, procurei desmistificar a imagem de que a mulher fronteiriça seria a mulher do campo somente, reduzindo essa imagem à figura da mulher do peão ou do fazendeiro. Havia, sim, mulheres no campo tal como são descritas no imaginário tradicional poético de algumas músicas e da literatura mais tradicional rio-grandense dos romances. Mas os jornais pesquisados revelam também uma mulher que desfila com roupas de moda na igreja e nos salões sociais, que se mostra, participando da vida social. Revelam, ainda, uma mulher marginalizada, atuando em companhia masculina e sendo alvo da moral e da lei com seu olhar implacável. Aparecem, também, mulheres que desenvolvem formas estratégicas de enfrentamento da moral burguesa vigente, optando, algumas vezes, pelo próprio suicídio. Os jornais revelam não apenas a mulher campeira, evocada na música “Campesina”, mas

¹ Realizei minha pesquisa, coletando dados primordialmente nos jornais *A Nação*, *A Notícia* e *O Guarani*, da cidade de Uruguaiana, no período compreendido de 1890 a 1910. Tais jornais se encontram nas coleções organizadas e guardadas pelo Centro Cultural Dr. Pedro Marini, nessa cidade. São coleções que precisaram ser manejadas com grande cuidado, porque o seu estado de conservação assim o exigia, não só pelo fato de que o papel ficara bastante prejudicado com o passar do tempo e manuseio, como pela sua importância histórica ao se encontrar poucos exemplares ainda hoje.

apresenta mulheres. Por isso, não se trata de a mulher da fronteira, mas de **mulheres da fronteira**.

Nessa problemática, entendi que a submissão e a reação feminina brasileira aos valores da moralidade burguesa, que são perceptíveis em enunciados ainda hoje existentes, contidos nos discursos e práticas das mulheres e sobre elas, encontram as condições que permitiram o seu surgimento em detrimento de outros durante a implantação da modernidade no País, com a derrocada da monarquia e o advento da República.

Nesse sentido, sustento, com base em Michel Foucault, que a ação dos micropoderes de sujeição e de docilidade dos corpos pelo exercício do poder disciplinador e normalizador é mais notável do que os efeitos negativos do poder de coerção, repressão, exclusão, e de violência física e simbólica do Estado.

Tais condições foram analisadas a partir de enunciados contidos em **matérias jornalísticas do período de 1890 a 1910**.

Procuro, então, demonstrar que os enunciados contidos nos discursos e nas práticas sociais sobre a condição feminina brasileira, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, de submissão e reação aos valores morais burgueses da atualidade podem ter sua origem e condição de surgimento no solo da implantação da modernidade no País.

Baseando-me em reflexões inferidas das leituras analíticas e interpretativas dos jornais da época² e cruzando-as com a bibliografia consultada, busquei compreender a construção do imaginário do universo de mulheres no Rio Grande do Sul, especificamente da região da fronteira oeste. Para apresentar minha compreensão, construí seis textos, na forma de capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “**A Mulher e a Violência Física ou Simbólica**”, analisando aspectos constituintes do imaginário sobre o universo feminino na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, por meio de jornais que contemplam, aproximadamente, os anos de 1890 a 1910, foi possível conhecer aspectos importantes da condição de mulheres na cidade de Uruguaiana e região, no que diz respeito à dimensão da violência nessa época.

Nesse capítulo destaquei notícias de três jornais (**A Nação, A Notícia e O Guarany**) que retrataram uma realidade que me pareceu muito comum numa sociedade que impunha seus valores machistas e que se utilizava, para tais fins, não raramente, da força física ou simbólica no tratamento dado às suas mulheres.

² Os três jornais consultados foram: O Guarany, A Nação, e A Notícia, publicados na cidade de Uruguaiana.

As matérias sistematizadas para estudo não esgotam o que se pode dizer a respeito da questão da violência sofrida por mulheres, seja ela praticada direta ou indiretamente sobre a sua pessoa. Mas, no entanto, ilustram como a partir dessas notícias veiculadas pelos jornais se ia construindo todo um imaginário a respeito da condição feminina na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

O recorte geográfico para análise em que tais fatos se deram não significa a desconsideração do contexto maior do país. Pelo contrário, serve, inclusive, para perceber como, apesar das peculiaridades locais, a mulher fronteira era alcançada de alguma forma ou de outra pela violência que também sofriam outras mulheres no país.

Nas notícias jornalísticas analisadas foi possível verificar a violência sofrida por mulheres da fronteira na forma de tentativa de suicídio ou de efetivo suicídio, por motivos pouco detalhados e esclarecidos pela imprensa local. São cinco casos, que falam de amor não correspondido, calúnia sofrida, motivos não explicitados, até uma situação em que não se distingue se trata de um desastre ou crime praticado por outrem. Os meios utilizados nos casos coletados da publicação pela imprensa local envolvem o envenenamento e o incêndio.

Podemos destacar, ainda, que da análise feita sobre esses casos, constituindo o primeiro capítulo, reflete toda uma condição discriminatória na apresentação das notícias.

No segundo capítulo, “**Saúde e Beleza Feminina. A que preço?**”, observando a forma como se publicavam notícias referentes aos aniversários de mulheres, casadas ou solteiras, foi possível perceber a presença de muitos enunciados que ainda hoje persistem no imaginário da dimensão do feminino. Nesse capítulo, evidencio toda a questão do cuidado feminino com a manutenção da saúde e beleza de seu corpo na perspectiva da mulher necessária aos novos tempos republicanos no País, em que se buscava mostrar a mulher como importante corpo saudável, preparado para gerar outros corpos saudáveis aos novos tempos pela manutenção de uma família saudável, como evidencio no capítulo seguinte.

Nesse capítulo, denominado “A Condição do Feminino na Organização da Família”, procuro mostrar o lugar ideológico ocupado pela mulher na perspectiva do ideário republicano de modernização do País. Para tanto, apresento como a figura da mulher era utilizada para reforço da ideologia dominante de europeização do País. Nela, o seu papel bem definido de responsável pela organização da casa, da família e da manutenção da saúde do marido e filhos era peça fundamental. Afinal, a ela era atribuída a função de mãe dos filhos necessários à nova ordem do capital.

No quarto capítulo, “**A Religião na Formação da Mulher**”, a sua participação nas práticas religiosas constituía-se aprendizado muito valorizado para sua formação social. A

importância de ser ligada ou vista em eventos, que vão desde a celebração de festas até as cerimônias fúnebres, estava na composição do estatuto de sua boa educação. Mostra a mulher como aquela que se dedica ao outro, pois faz parte de sua essência feminina o caráter solidário, já que sua vida deve ser compartilhada, mas também abnegada e submissa à vontade das outras pessoas. Assim, não tendo muito tempo para se perceber como uma mulher que tem desejo, e necessidades próprias, dava menos trabalho aos familiares. Aproximando-se dos santos e santas, assimila uma vida sem malícia ou pecados, segundos os preceitos religiosos.

No quinto capítulo, “**Cultura e feminilidade**”, a vida cultural uruguaianaense – pode-se inferir pelas matérias analisadas dos jornais da época –, era muito ativa. Não são raras as notícias que divulgam e convidam as pessoas que vivem nessa cidade para se fazer presentes, prestigiando os artistas que se apresentavam a um público que lhes era muito assíduo. O capítulo todo é contextualizado na dimensão da *Belle Époque*, um período que compreende o espaço de 1890 até 1920. Nesse contexto, era preciso apresentar o país como novo, um país que seria viável à aplicação do capital estrangeiro. Para tanto, nas estratégias de mostrar um país que se modernizava e se desejava apto a acompanhar os passos da modernidade europeia, encontrava-se aquela de transmitir aos homens e mulheres brasileiros não só teorias e ideologias que lá transitavam, mas também a moda e os modos de comportamentos de um dito “mundo mais avançado”.

No sexto capítulo, “**A Mulher e Mundo do Trabalho**”, finalizo mostrando como a mulher era vista pela sociedade nessa questão. A mulher da fronteira-oeste não se distanciava do contexto brasileiro à época de modernização, pois o padrão referencial para atividades comerciais, por exemplo, era o oferecimento de produtos em lojas trazidos da Europa. Mulheres tinham atividades comerciais herdadas por viuvez ou por herança; mas também outras mulheres, – por não terem uma família construída nos moldes do ideário religioso, positivista e republicano da época –, poderiam ser tidas como de comportamento suspeito, aumentando assim a discriminação sobre as mulheres pobres.

Cabe dizer, finalmente, que havia, ainda, mulheres – tanto as das estâncias como as que herdaram o comércio do marido –, que, para manter a família e exigir o respeito dos outros, rompiam com a imagem frágil das mulheres, e mostravam força e coragem para enfrentar uma sociedade machista, elitista e católica que às mulheres reservava um papel passivo, de aceitação. Essa conduta diferencia-se assim das mulheres que se suicidaram, por

não conseguir viver numa sociedade tão esquadrihada e que limitava sua vida a regras de disciplinarização e docilização, que iam do convívio familiar ao social e à negação do desejo.

Os jornais da época revelaram, também uma mulher forte, guerreira, nada passiva, ou dócil e obediente como muito se exaltou. O que não nega a presença muito grande de mulheres que usufruíram de uma vida rodeada de cuidados e sem autonomia, vivendo só para a família e o marido.

Grupos teatrais, oriundos de países como a Argentina, que pela região passavam em direção ao centro do País, também influenciaram, acredito na construção da imagem que a mulher e a sociedade em geral iam fazendo da condição feminina na implantação da modernidade no País.

2 A MULHER E A VIOLÊNCIA FÍSICA OU SIMBÓLICA

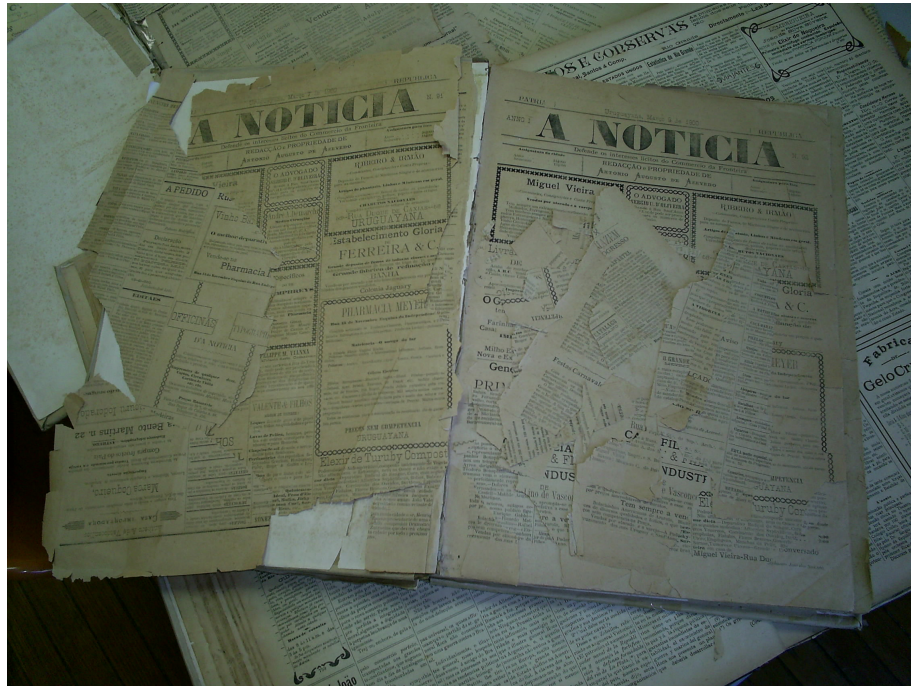


Figura 2 - Notícias que retratam o mundo feminino

Analisando aspectos constituintes do imaginário³ sobre o universo feminino na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, por meio de jornais que contemplam aproximadamente os anos de 1890 a 1910, foi possível conhecer aspectos importantes da condição de mulheres na cidade de Uruguaiana e região, no que diz respeito à dimensão da violência nessa época.

Contextualizando a questão em tela, é possível visualizá-la melhor na dimensão da *Belle Époque*.

Durante a *Belle Époque* (1890-1920), com a plena instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do país despontaram como lema dos grupos ascendentes, que se preocupavam em transformar suas capitais em metrópoles com hábitos civilizados, similares ao modelo parisiense. Os hábitos populares se tornaram alvo de especial atenção no momento em que o *trabalho compulsório* passava a ser *trabalho livre*. Nesse sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamentos que

³ Entendo, relativamente à noção de imaginário, os sistemas simbólicos, as visões de mundo, os discursos e representações adquiridas, defendidas, valorizadas, na construção da compreensão e da expressão de uma realidade.

passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do trabalho e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida.

As imposições da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra (SOIHET, 2002, p. 362).

No presente capítulo, destaco notícias de três jornais (**A Nação, A Notícia e O Guarany**)⁴, que retrataram uma realidade que me pareceu muito comum numa sociedade que impunha seus valores machistas e que se utilizava, para tais fins, não raramente, da força física ou simbólica no tratamento dado às suas mulheres.

As matérias aqui sistematizadas para estudo não esgotam o que se pode dizer a respeito da questão da violência sofrida por mulheres, seja ela dada direta ou indiretamente sobre a sua pessoa. Mas, no entanto, ilustram como a partir dessas notícias veiculadas pelos jornais se ia construindo todo um imaginário a respeito da condição feminina na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

O recorte geográfico para análise em que tais fatos se deram não significa a desconsideração do contexto maior do país. Pelo contrário, serve, inclusive, para perceber como, apesar das peculiaridades locais, a mulher fronteiriça era alcançada de alguma forma ou de outra pela violência que também sofriam outras mulheres no país.

Nas notícias jornalísticas analisadas foi possível verificar a violência sofrida por mulheres da fronteira na forma de tentativa de suicídio ou de efetivo suicídio, por motivos pouco detalhados e esclarecidos pela imprensa local. São cinco casos, que falam de amor não correspondido, calúnia sofrida, motivos não explicitados, até uma situação em que não se distingue se trata de um desastre ou um crime praticado por outrem. Os meios utilizados nos casos coletados da publicação pela imprensa local envolvem o envenenamento e o incêndio.

O que podemos destacar da análise feita sobre esses casos reflete toda uma condição discriminatória na apresentação das notícias. O fato é praticamente o mesmo: o crime de atentar contra a própria vida. Ora, numa sociedade fortemente enraizada na tradição judaico-

⁴ Segundo VILLELA, Urbano Lago. **Uruguiana, atalaia da pátria**: o homem, o meio e a história. 2. ed. Canoas: La Salle, 1971, p. 208, em 1879 surge o jornal “Guarany” de Luiz Xavier da França e Abel Pires de Oliveira, aparecendo, ainda um “Guarany” de Prado Wensty e Eustáquio Durant no ano de 1891. O autor registra também “A Notícia” (*sic*) de Antonio Augusto de Azevedo, datado de 1899, e ainda a edição de Aristides Pereira da Silva em 1901. Por sua vez, “A Nação”, do Dr. Antonio Augusto de Carvalho, é apresentada com data de 1905.

cristã, esse crime, levado a efeito ou não, significa um pecado muito grave, porque o seu autor chama para si algo que é privilégio do Criador: dar e tirar a vida. Ao Criador cabe o julgamento de quando tirar a vida e os meios para que isso seja feito. É um direito exclusivo do Criador e não da criatura. Portanto, contrariando todos os princípios contidos nas sagradas escrituras dessa tradição, seja nos textos do Antigo quanto do Novo Testamento, a pessoa que o pratica está envolta em pecado que, segundo os ensinamentos religiosos, implica a condenação de sua alma ao inferno: porque chamou para si algo que não lhe pertencia na ordem natural dos acontecimentos. A pessoa usurpou um direito que não lhe pertencia, isto é, exerceu um poder sobre si mesmo que não poderia, em hipótese, alguma exercer.

Ora, o que se percebe é que, mesmo sendo esse o fundamento ético-religioso da condenação de tal ato de suicídio levado a efeito ou não, o tratamento dispensado pela sociedade ao publicá-lo pela imprensa escrita era diferenciado. Se não, vejamos: “Hoje em Uruguayana, foi medicada a parda Francisca Pereira de 14 anos de idade, que por motivo de amores mal correspondidos tentou contra a própria existência ingerindo forte doze de Lysol” (A Nação, de 30 de abril de 1920).

Nessa notícia da menina de 14 anos de idade, que, por “amores mal correspondidos” atentou contra a própria vida, a informação é superficial, sem referência à sua família e sem maiores preocupações com os detalhes, pois se refere a uma parda. Ora, o que representava uma mulher parda numa sociedade elitista, senão uma pessoa de pouquíssimo poder econômico?

Mesmo tendo um sobrenome, a menina, por ser parda, não foi poupada pela jocosidade da imprensa ao publicar a notícia: “por motivo de amores mal correspondidos”. O que significava esse “mal correspondido?” O jornal não dá detalhes. Poderia ser o caso simplesmente de ela estar apaixonada por alguém, quem sabe um branco, que não lhe correspondia? Mas, quem sabe, também, poderia ser o caso de ter sido iludida - por esse mesmo branco - com promessas de uma vida melhor - cedendo seu corpo a esse amor que teria que ser escondido? E se, cedendo, tivesse engravidado e, diante da impossibilidade de ser assumida resolveu acabar com sua “desgraça” para não aumentar sua miséria? A imprensa, na nota publicada, não dá detalhes, apenas a jocosa afirmação - até mesmo como uma punição; porque a imprensa ao publicar se dá o direito de assim punir - de que ela não mereceu o amor de quem esperava ser correspondida.

A imprensa se torna mais discriminatória e elitista nessa questão, repito, em que a condenação da tentativa ou do ato efetivo desfruta da mesma fundamentação e inapelabilidade

judaico-cristã da época, quando publica outras duas notícias de moças que também incorreram nessa condição:

Suicidou-se em S. Borja, em dia do corrente mez, uma distinta senhorita que era um dos ornamentos da sociedade S. Borjense. Esse fato causou ali grande consternação, pois a suicida pertencia a distinta família daquela localidade. (A Nação, 30 de setembro de 1905: Suicídio).

“Ahi para as imediações do quartel, informam-nos, uma menina de família, tentou suicidar-se ingerindo dose de veneno. Não sabemos qual o motivo da tentativa” (A Nação, 1905).

A primeira dessas notícias registra o suicídio de uma “distinta senhorita que era um dos ornamentos da sociedade S. Borjense”, o que causou “grande consternação, pois a suicida pertencia a distinta família daquela localidade” (A Nação, 1905). Na segunda, informa-se que nas imediações do quartel “uma menina de família” tentou o suicídio. Comparando, percebe-se que à parda não foi dignada a condição de menina (tinha 14 anos de idade apenas) e, mesmo possuindo um sobrenome, não lhe foi feita consideração à família. À parda foi atribuído o preconceituoso motivo de “amores mal correspondidos”; às outras duas nem se cogita o porquê. À parda foi acentuada a expressão “tentou contra a própria existência”; às outras duas usou-se apenas a palavra suicídio. Também daquela foi dito que ingeriu “forte doze de Lysol”, enquanto da primeira das outras duas nem se disse como foi realizado o suicídio, e da segunda apenas que ingeriu “doze de veneno”.

Três mulheres moças, uma parda e pobre, uma que era um dos ornamentos da sociedade e uma menina de família, na comparação das notícias, revela-se, com seus casos noticiados, o tratamento desigual e preconceituoso a influir na construção do imaginário sobre a condição feminina na época.

A discriminação à condição econômica e social por parte da imprensa continua a ser facilmente percebida quando se lê e se compara com outras duas notícias a nota “Necrologia” do jornal **A Nação**, de 11 de outubro de 1905, que informa o suicídio de uma senhora da sociedade dizendo que ela “poz termo à existência”, ao ingerir “uma substância tóxica”. A notícia, após esse impacto, usa os qualificativos “excelentíssima” e “digna esposa” do “laborioso artista Sr”, o que imediatamente desqualifica um primeiro julgamento por parte de quem lesse a matéria de que se trataria de alguém desequilibrado:

Amanda M. Ferreira. Em o dia 7 do corrente poz termo à existência, ingerindo uma substância tóxica a Exm^a S^a Amanda Marinho Ferreira dos Santos. Digna esposa do Laborioso artista Sr. Angelo Ferreira dos Santos.

Ignoram-se os motivos que levaram-na a prática de tal acto de desespero.

O corpo da inditosa senhora foi acompanhado até a Igreja Matriz por grande número de pessoas. Após os ritos estabelecidos pela Igreja Cattolica foi o féretro conduzido a mão até o lugar onde achava-se o coche fúnebre, que foi acompanhado ao cemitério por vários carros repleto de pessoas da amizade da extincta. As pessoas da família da desventurada senhora enviamos sentidos pezames (A Nação de 11 de outubro de 1905: Necrologia).

Nota-se, aqui, que não se fala em suicídio, mas de pôr termo à existência - nas matérias anteriores se tratava de dizer que era suicídio ou atentado contra a própria vida. Também não se diz que foi envenenamento, mas que se tratava da ingestão de uma “substância tóxica”. Os cuidadosos requintes utilizados na produção da notícia chegam ao ponto de qualificar o fato como um “acto de desespero”, levando ao entendimento de que os motivos não poderiam ser julgados porque “ignoram-se”. Mas a redação do texto não quer condenação, ela quer compadecimento, quer compaixão e absolvição para a “inditosa senhora”, haja vista que seu corpo foi ritualizado na Igreja Matriz com acompanhamento de um “grande número de pessoas”, sendo levado até os últimos atos no cemitério por “vários carros repletos de pessoas da amizade da extincta” (extinta, não suicida). Ao jornal, zeloso da transmissão dessa notícia, coube juntar ainda o envio dos “sentidos pezames” às pessoas da família da “desventurada senhora”.

No que diz respeito, portanto, à “Exm^a Sr^a Amanda Marinho Ferreira dos Santos”, que pôs fim à sua existência, a situação é tratada como uma “fatalidade”, sem motivos aparentes, comovendo grande parte dos habitantes dessa cidade.

Na expressão utilizada para apresentar esse acontecimento, “pôs termo à existência”, as palavras suicídio e atentado contra a vida são substituídos por termos menos pecaminosos, pois uma senhora casada, de família, certamente religiosa, não pecaria contra a Madre Igreja. Geralmente, justificava-se nesses casos, alguma doença que assolou sua existência e que num ato de fraqueza entregou-se à morte. Seria essa a situação?

Por sua vez, **A Nação**, de 7 de outubro de 1910, publica também como sendo um “acto de desespero”, mas sem os requintes de redação que transformaram a primeira mulher em alguém digno de pena, que uma “Joana de Tal” em rixa com uma outra mulher, parda, de nome Maria da Glória, xingou-a de ladra e que esta, sentindo-se moralmente ofendida em sua dignidade “num momento de desespero, embebeu as vestes com Kerozene, ateou fogo” em si

mesma vindo a falecer horas após. Não houve uma única palavra sobre o sentimento de ofensa sofrida pela mulher parda, apenas o informe lacônico do acontecido.

Joana de Tal, em uma rixa que teve com a parda Maria da Glória, residente em um rancho situado na costa do Uruguay chamou-a de ladra. Maria, num momento de desespero, embebeu as vestes com kerozene, ateou fogo; falecendo horas depois (A Nação, de 7 de outubro de 1910: Acto de Desespero).

À mulher da notícia anteriormente mencionada, excelentíssima e digna esposa de um laborioso artista, foram concedidos qualificativos que aliviarão o julgamento de seu também “acto de desespero”. Mas, e a esta, que também sentiu-se desesperada, que não se valeu, quem sabe, de uma “substância tóxica” por não ter dinheiro para adquiri-la, talvez, e assim suicidar-se com requinte, mas apenas de uma lata de “Kerozene” que era mais barata, o que se disse? Nada.

Numa leitura superficial, não faltaria à época quem pudesse exclamar: “que bobagem, só por isso alguém se matar [...]”. Ou, dizer: “Ah! Deve ser por outro motivo [...]”. Mas, se levarmos em conta quem era essa mulher - uma parda, pobre, sem estudo, na maioria das vezes sem família que, quem sabe, quantas vezes teve que enfrentar ou fingir não perceber olhares desconfiados a seu respeito só por ser parda e pobre - é possível imaginá-la tendo que enfrentar mais uma discriminação: parda e ladra; numa sociedade que não perdoa gente pobre, parda e mulher. Era muito para uma só pessoa agüentar e, nesse caso, a saída que Maria da Glória achou foi a morte. De uma foi dito apenas que se chamava Joana “de Tal” e, da outra, Maria “da Glória”, sem sobrenomes importantes que as ligassem a um também importante nome masculino.

Pior, ainda, a condição da notícia sobre a mulher encontrada carbonizada em seu “pequeno rancho”:

Hontem as 11 horas da noite, mais ou menos, ali para os lados do velodromo, foi chamada a atenção da policia, pelos signaes de incêndio que d’aquelles lados partiam. Alli chegada a patrulha que mais próxima se achava, encontrou, de facto, um pequeno rancho que estava preso em chamas.

No interior d'elle um dos moradores, uma mulher, que tinha-se deixado ficar ou a isso fora forçada, encontrava-se em estado de completa carbonização. A policia efectuou uma prisão no local. Ficam-nos as notas colhidas pelo repórter dessa folha que acompanhou todos os passos da autoridade, para ser amanhã fornecida minuciosa noticia aos nossos leitores (A Notícia, de 17 de outubro de 1905: Desastre ou Crime).

Diz a notícia que fora encontrada “no interior delle um dos moradores, uma mulher, que tinha-se deixado ficar ou a isso fora forçada”. Não se identifica a mulher e nem a pessoa que fora presa. Mas, como o fato é chamativo da atenção pública, o jornal finaliza que no dia seguinte será fornecida “minuciosa notícia” aos seus leitores, afinal, tratar-se ia de um “desastre ou crime”?

O que é possível perceber nessas notícias aqui elencadas, é que se tratam de atitudes discriminatórias. São mulheres, de uma mesma região, que atentam contra sua própria vida.

A divulgação, via jornal, aconteceu, porém, com cuidados diferenciados. A redação não é a mesma. Embora tenham sido fatos semelhantes, as justificativas, escritas nos periódicos, apresentam diferentes formas de organizações de idéias, visto que são mulheres que não pertencem ao mesmo grupo social e que, portanto, não partilham dos mesmos direitos, mesmo sabendo que às mulheres os direitos são restritos e controlados pela Igreja, pela família, pelo marido, pelo Estado, e também pela própria imprensa escrita - basta observar as notícias redigidas.

Mas não é somente a violência física ou simbólica que é possível perceber nesses jornais. Compreendo que o suicídio, nesse período pesquisado, pode ser visto como um dos instrumentos que algumas mulheres da fronteira também utilizaram como estratégias de enfrentamento contra restrições impostas as suas atuações e desejos tantas vezes negados a elas, seja de forma simbólica ou não, até mesmo assimilado, mas nem por isso aceito.

Os valores éticos e morais, que foram criados para organizar critérios de convivência, à época são tão fortes e interiorizados pelas mulheres, a ponto de levar ao desespero, principalmente pessoas que vivem tão pressionadas por grupos que ditam as regras, que não poucas vezes, – por medo, pavor e desprotegidos de direitos –, agridem a si mesmos tirando sua própria vida.

Nessa temática da violência, seja física ou simbólica, analisei também a apresentação de notas policiais do período que dizem respeito a prisões e a registros de mulheres, por motivos que vão desde a desavença com vizinhos até estados de embriaguez, quase sempre acompanhadas de parceiros do sexo masculino, ou de furtos, de desordens e atos de ofensa à moral e aos bons costumes da época. Também encontrado, nessas notas policiais, o registro de um apelo às autoridades para a segurança em via pública quanto ao assédio sexual. Foram notas coletadas que contribuíram de maneira significativa para a compreensão da questão da violência da qual as mulheres eram alvo na sociedade de então.

Vale lembrar, aqui, a observação feita por Soihet (1999, p. 363), ao analisar processos criminais sobre mulheres, quando nos possibilita ver que uma das fontes para encontrar

informações sobre os marginalizados pela sociedade são as páginas policiais. Nelas, encontramos muitas referentes às mulheres.

Mas como penetrar no passado dessas mulheres que praticamente não deixaram vestígios de seu cotidiano? Durante longo tempo, somente os feitos dos heróis e as grandes decisões políticas eram considerados dignos de interesse para a história. A partir de 1960, juntamente com outros subalternos como camponeses, os escravos e as pessoas comuns, as mulheres foram alçadas à condição de objeto e sujeito da história. Porém, a dificuldade em se obter fontes para buscar reconstruir a atuação das mulheres é desalentadora. Não existem registros organizados. No tocante às mulheres pobres, analfabetas em sua maioria, a situação se agrava. Entretanto, no meio dessa aridez, a documentação policial e judiciária revela-se material privilegiado na tarefa de fazer vir à tona a contribuição feminina no processo histórico. Dessa forma, embora buscando informações em jornais, periódicos e escritos literários, elegemos os processos criminais como fonte principal. A sua utilização revela-se fundamental para podermos nos aproximar do cotidiano de homens e mulheres das classes populares. Constituem uma das poucas alternativas nesse esforço de desvendar as preocupações e táticas relativas à sobrevivência, crenças, às aspirações, aos conflitos e solidariedades entre familiares, amigos, vizinhos; às expectativas e exigências quanto ao relacionamento afetivo, enfim, às regras que norteavam sua existência e conformavam sua cultura.

As páginas policiais dos jornais **A Nação** e **A Notícia**, na época, registram vários fatos ocorridos que culminaram ou na prisão ou no registro de mulheres por atos considerados ilegais.

Na análise das notícias colecionadas, em que se diz dos registros policiais sobre mulheres, encontram-se referências generalizadas àquelas pobres e de comportamento moralmente condenável pelos costumes da época.

Nessa perspectiva, a análise pode-se valer da contextualização do que era visto também em outras partes do País:

O Código Penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus “hábitos sadios e as boas maneiras”, reprimindo seus excessos verbais.

A violência seria presença marcante nesse processo. A análise do caráter multiforme da violência que incidia sobre as mulheres pobres e das respostas por ela encontradas é fundamental. Cabe considerar não só a violência estrutural que incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações (SOIHET, 2002, p. 363).

O jornal **A Notícia**, em fins do século XIX, publicou o caso da prisão de quatro mulheres por motivo de embriaguez e desordem social. No primeiro informe, ambos de mesma data, jocosamente comunica que “passaram mal acomodadas em noite do dia [...]” Roza Francisca e Clara Rodrigues, pelo motivo de andarem em “grossa pandega aguardentada” e, no segundo, que “foram recolhidas ao Quartel da Guarda Municipal”, pelo motivo de “desordem no becco”, as “ilustríssimas Maria Ciria e Maria da Conceição”:

Também passaram mal acomodados em noite do dia 12 do corrente, no mesmo ponto acima, Roza Francisca e Clara Rodrigues por andarem em grossa pandega aguardentada. (A Notícia, de 19 de outubro de 1899)
Foram recolhidas ao Quartel de Guarda Municipal no dia 4 do corrente, por desordem no becco as ilustríssimas Maria Ciria e Maria da Conceição (A Notícia, de 19 de outubro de 1899).

No jornal, ao se referir às duas mulheres como “ilustríssimas”, além de denunciar que foram recolhidas pela polícia e declarar o motivo, ou seja, desordem no beco, é possível, talvez, entender-se que a expressão “ilustríssimas” esteja aqui se referindo a duas mulheres já bastante conhecidas da comunidade, o que não significa que sejam de um nível social mais alto, visto que este tipo de postura não poderia ser comum nas mulheres consideradas de comportamento invejável e modelo a ser seguido.

Ofensa à moral e aos bons costumes, embriaguez e desordem parece ser o trio de motivos de vários recolhimentos ao cárcere de mulheres que se encontravam fora do circuito social dominante, acompanhadas de homens nessa época. É o caso dos registros encontrados em várias publicações dessa época.

Por ordem do sr. Subtenente do 1º distrito, foram recolhidos a correccional: Conceição Cordeiro, Gabriel de Araújo, Francisco Estupa, por embriaguez; Ramão Lemos, por embriaguez e desordem; Mafalda Prado e Ubaldina de Freitas, por desordens (A Notícia, de 25 de setembro de 1905).

“Foram recolhidos a sub-intendencia do 1º Distrito. Dia 20. Maria Olibia, Conceição Neves e Rosa Rodrigues Neves, por ofensa a Moral e desordem” (A Nação, de 21 de dezembro de Notas Policiaes).

Os registros mostram mulheres tendo atitudes bem opostas, a de uma figura delicada e frágil que fica perdida frente a qualquer situação que fuja a seu enquadramento familiar.

Percebemos, por essas notícias, mulheres sendo autuadas ou presas por atentar contra o pudor e a moral, desequilibrando a ordem estabelecida com motivos como embriaguez, briga de rua e furto:

Foram recolhidos a Sub-intendencia do 1º distrito: Dia 9 - Victorino Nóbrega - dia 10 - Maurícia da Rosa - dia 11- Camões Taborda de Nicolau Cardozo, dia 12- Dorothea Fernandes d'Oliveira, Estevão da Silva, Felix Maria Menson, Cezar Brauqui, Laudelino Lama, João Aguirre, Florêncio Rodrigues, Victalino Soares, Paula Gomes, Ângelo Maydana e Victalina Aguirre (A Notícia, de 13 de janeiro de 1906).

Movimento da sub-Intendencia de 5 a 8 do corrente: presos por embriaguez, Izidro Silva, Manoel Leal, Joaquim Candido de Oliveira e Ambrozio Carvalho. Preso por furto, Santiago Losmo. Chamados para averiguações: Luiz Ferreira, Joana Soares, Ozoriolina C. de Carvalho, Sophia Rodrigues Bianchi, Izidoro Mara e Severino Soares. Pagou a multa de 10\$ por infração do art. 86 das Posturas Urbanas, Manoel Leal (A Nação, de 1º de maio de 1911: Notas Policiaes).

Ursula de Menezes e João Rugerio, presos por furto e entregues ao Snr. Dr. Delegado de policia; João de Deus Souza e Manuel Rodrigues, presos por embriaguez e desordem... Foram chamados para averiguações: Faustina Larré, Alcibiades de Oliveira, Silvestre Nunes, Julio Cunha, Maria Rita, Maia Joanna Barbosa, Maria Pires, Solomé e Francisco Gick (A Nação, de 11 de maio de 1911).

À vista da população, tanto masculina como feminina, isso tudo era um escândalo quando são as mulheres suas protagonistas ou acompanhando homens nessas empreitadas.

Por outro lado, quanto às outras mulheres, consideradas “de sociedade” evidencia-se outra atitude: a preocupação dos homens de imprensa que – acreditavam que as mulheres eram tão indefesas quanto as crianças –, mobilizava e chamava a atenção dos poderes legais da sociedade para que se recolhesse um indivíduo de apelido “pianinho”, que estaria a desrespeitar as moças e senhoras da cidade, antes que fosse tarde, porque mulheres indefesas não podiam se defender sozinhas.

Pediram-nos chamássemos a especial atenção da policia para o individuo conhecido pelo alcunha de “pianinho” que, fazendo-se de louco deu para abraçar, na rua, às pessoas que vai encontrando, logo que sejam do sexo frágil.

Nestes últimos dias, nas proximidades do porto o “pianinho” tem tomado o dinheiro das crianças que encontra, caminho das vendas conforme nos relatou para passar bem e que a policia precisa dar-lhe um sério corretivo. (A Nação, de 7 de outubro de 1919: Vistas à Policia).

Isso parece mostrar que essa imagem tão frágil e abnegada de mulher foi criada para convencer e impor um modelo de comportamento ao universo feminino, mas que não pode ser absorvido por todas as mulheres, por diferentes motivos. Por isso, constato que não podemos falar em mulher, mas, sim, em mulheres.

Suas atitudes e comportamentos disciplinados ou não dependem dos níveis sociais a que pertencem ou pretendem compartilhar ou viver, pois as regras de convivência de um grupo social para o outro são diferentes. Os valores morais e os princípios éticos são mais fortes dependendo do nível social, intelectual ou econômico, e isso não é difícil de perceber.

Acho que é isso que nos encanta ao estudarmos o comportamento social, porque nos possibilita desvendar um leque de normas que são criadas para a convivência em sociedade.

Quero destacar aqui, ainda, que as transformações nas atitudes disciplinares e de posturas impostas à sociedade não são flexíveis apenas no que diz respeito aos aspectos econômicos e sociais, mas, também, fortemente impulsionadas a mudanças, dependendo das necessidades humanas da época; ou seja, com o tempo essas regras variam, modificam-se, podendo haver uma flexibilização ou uma maior rigidez.

Geralmente as mulheres de comportamento “irregular” estão acompanhadas numa lista em que aparecem denúncias masculinas, porém, não se destaca uma linhagem de parentesco, pois os sobrenomes são diferentes, o que não descarta a possibilidade de serem companheiros, visto que pessoas que possuíam pouco ou nenhum poder aquisitivo não casavam legalmente, apenas moravam juntos (“ajuntados”). Para tanto, não devia ser comum assumir o nome do companheiro, uma vez que essa exigência de sobrenome fazia parte do código do mundo das camadas mais ricas da sociedade, que assim colocava a mulher sob os cuidados e proteção de seu marido. Por outro lado, as “Marias de Tal” não desfrutavam muito da proteção econômica de seus homens, pois tinham que “batalhar” junto deles para sobreviver.

Mas, também, poderia ser possível observar, segundo Soihet (1999, p. 368) nos faz ver no contexto do projeto republicano de modernização acelerada do País, que a violência doméstica podia-se fazer presente sobre a mulher pobre:

O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de poder assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco o papel de dominador, típico desses padrões. Ele sofria a influência dos referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de insegurança. A violência surgia, assim, de sua incapacidade de exercer o poder irrestrito sobre a mulher, sendo antes uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e poder.

Essa explicação se completa pelo fato de que a tais homens, desprovidos de poder e de autoridade no espaço público no trabalho e na política, seria assegurado o exercício no espaço privado, ou seja, na casa e sobre a família. Nesse sentido, qualquer ameaça à sua autoridade na família lhes provocava forte reação, pois perdiam os substitutos compensatórios para sua falta de poder no espaço mais amplo.

Assim, defender-se sozinha era o mínimo que faziam em qualquer situação que viesse a se apresentar no seu cotidiano, o que não significa que também não tivessem suas normas e regras de convivência e de respeito. Seria o caso da mulher noticiada pela imprensa como apedrejadora da casa do seu vizinho?

Desde o 1º do corrente que o comerciante desta praça Sr. João Manoel Mussi, notava que eram jogadas, a horas tardias da noite, grande quantidade de pedras sobre as portas e sobre o telhado de sua casa. Depois de uma enorme vigilância, pode descobrir que a autoridade dessa “innocente”, brincadeira era uma mulher! Immediatamente o Sr. Mussi deu parte do ocorrido ao sub-intendente municipal. (A Nação, Locaes, de 6 de janeiro de 1906).

O diferencial, no entanto, é que elas tinham que enfrentar de frente os problemas, impondo com uma postura própria um respeito para viver num mundo tão desigual e tão injusto, o que não é difícil de perceber, quando lemos as notícias expostas dos jornais dessa época, pois o furto poderia ser uma forma de sobrevivência pela prática de atitudes que, após a ingestão de álcool, realizassem não pelo simples prazer de desafiar a lei e querer, sem compromisso, correr riscos.

Um dos motivos mais comuns na prisão ou recolhimento de mulheres pelas autoridades policiais da época era a bebida alcoólica. Se nos detivermos na análise das notas, podemos confirmar que tanto tais homens quanto essas mulheres bebiam muito e que sempre acabavam tendo problemas com a polícia, o que não era comum com as mulheres das classes média e alta da sociedade, pois se tinha muito “cuidado com a aparência”, porque dela dependia um bom casamento - o que nem sempre preocupava as mulheres que não nasceram numa família de posses.

Mas não só problemas de amor ou policiais as mulheres da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, à época, enfrentaram.

As páginas jornalísticas trazem, em seus artigos, alguns destaques de mulheres escravas, que aos poucos conquistavam sua liberdade por meio das cartas de alforria que

recebiam ou compravam de seus senhores. Existem notícias sobre mulheres negras ou pardas que são libertas por seus senhores:

Carta de Liberdade. Justiniano Belarmino Ribeiro, 1º suplente do juízo de órfãos desta cidade Uruguayana.

Faz saber que, em observância ao disposto na última parte do art.42 do regulamento a que se refere o decreto, nº 5: 135 de 13 de novembro de 1872 foram entregues, em publica audiência do dia 6 do corrente, as cartas de liberdade, pelo fundo de emancipação à preta Silvana e à parda Maria, por intermédio do seus senhores (O Guarany, 1883: Editais).

Liberdade concedida pelo fundo de emancipação ou sem ônus algum, mas também, às vezes, sob o compromisso de continuarem prestando serviço na antiga casa de servidão por mais algum tempo, ou, duramente conquistada por economias de anos que lhes permitiam comprar sua liberdade. Também se verifica que, às vezes, tal concessão era feita em conjunto com a alforria dada a um escravo do sexo masculino ou à prole.

A carta de alforria era concedida tanto pelo homem proprietário de escravos quanto pela mulher que os tinha nessa condição, mas também por herdeiros abolicionistas de antigos senhores de escravos.

Justiniano Berlamino Ribeiro suplente do juízo de [...] os faz saber que de conformidade com o disposto na ultima parte do art. 42 do regulamento a que se refere o dec. nº 5153 de 13 de novembro de 1872, foram entregues em publica audiência do dia 17 do corrente mez, por intermédio do seus senhores, as cartas de liberdade pelo fundo de emancipação, à parda Thomazia, escrava de José Caetano da Silva, à parda Mathilde, escrava de d. Egracia Alves da Conceição; à preta Belmira, escrava de d. Jeronyma Monjardim, e ao preto Antonio, escravo de Manoel Doria da Luz. E para constar se afixou o presente e outros iguais nos lugares do costume e publica-se pela imprensa. Eu João Adalberto de Oliveira, escrivão o escrevi. Uruguayana, 20 de abril de 1883 - Justiniano Berlamino Ribeiro (O Guarany, de 6 de maio de 1883: Cartas de Liberdade).

No inventário a que se procedeu ultimamente pelo falecimento de d. Felizarda Jacques de Almeida, foram, pelos herdeiros, declarados libertas as pretas Luiza de 24 anos de idade, e Bernarda de 52.

O Sr. Venâncio Luiz da Silva deu carta de Liberdade a sua escrava Maria Ignez, de 34 anos, com a condição de acompanha-o um anno na sua estância, libertando na mesma ocasião, sem onus algum a escrava Luiza, de 4 anos, filha d'aquela (O Guarany, de 6 de maio de 1883: Manumissões).

“O Sr. Antonio Rodrigues de Freitas libertou, sem ônus algum, a seus escravos Valerio de 35 e Thereza, de 27 anos de idade. O Sr. Domingos Vieira do Amaral também praticou a mesma ação com sua escrava Vicência, de 23 anos de idade” (O Guarany, de 31 de maio de 1883: Manumissões).

Em todos esses casos de liberdade a escravas, mais uma vez, vemos as mulheres como propriedade de alguém. Se não do marido e senhor, do senhor dono de escravos. Mas qual era a condição da escravidão em Uruguaiana? Pont (1986) narra sobre os escravos naquela que é considerada entre as primeiras cidades gaúchas na libertação de homens e mulheres negros.⁵ Aqui se nota, também, a influência franco-hispânica na região, uma vez que interessava ao capital um outro tipo de mão-de-obra que não a escrava.

Existia, segundo o autor, em Uruguaiana, um movimento abolicionista que desenvolvia suas atividades na região desde 1861. Conta-se que, para homenagear o brigadeiro Bento Martins de Menezes, após o término dos combates com Solano Lopes (1870), a Vila preparara várias festividades. Entre elas, escreve Pont (p. 505), a libertação de escravos incentivada pelo Grupo Abolicionista 18 de Abril; ressaltando-se, nesse episódio, que “um cidadão, chamado Frederico Fabricio Filho, endereçou uma carta ao Gen-Brigadeiro, pedindo que fosse ele o padrinho de uma escrava, uma menina, juntamente com sua filha Elvira”. Outros exemplos se foram secundando espontaneamente, e muitos foram os cativos libertos nessa ocasião.

Sobre o envolvimento de religiosos na campanha abolicionista na Vila de Uruguaiana, o autor registra além dos discursos do cônego Jean Pierre Gay aconselhando “aos homens o amor à liberdade dos homens escravizados”, que:

⁵ Segundo ele observa, “o Brasão de Uruguaiana, em seu ângulo esquerdo, no campo inferior destaca o símbolo da libertação dada aos cativos, muito antes da Lei Áurea, representando-o por uma corrente quebrada, com os grilhões partidos, marcando a data em que nosso município passou à cidade - 1874. No Rio Grande do Sul, em quatro cidades foram libertados os escravos, antes da legislação: Porto Alegre, Viamão, São Borja e Uruguaiana. [...] Mas a data de 1884, que se apregou como sendo de antecipo à Lei por quatro anos, não foi entretanto, a que deu início ao movimento libertário. Já em datas muito anteriores, encontramos eloqüentes manifestações em favor da libertação dos escravos, em nossa terra (PONT, Raul. **Campos realengos: a formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIGAL, 1986, v. II, p. 504-505).

Para concretizar a homenagem a Bento Martins e outros Oficiais veteranos, foi criada uma comissão que se encarregou de estudar a questão e fazer o alistamento de espontâneos compromissos por parte dos Senhores proprietários de escravos. O presidente dessa comissão especial, encarregado da libertação, foi o Padre Francisco Alves Barroso, então pároco de Uruguaiana.⁶

É interessante o registro encontrado nessa obra, sobre a concessão de liberdade e registro de marcas de gados para escravos, destacando-se nisso, o episódio referente a uma escrava parteira: “Joaquim Genro e os Rillo, registraram também, tendo o primeiro feito registro para a escrava Eufrásia. Deram-lhe liberdade, por ser parteira e atendia aos moradores de léguas entre Touro Passo, Caiboaté e Pindaí. Quando a declararam livre, os Genro ou Rillo lhe deram 2 quadras de sesmaria. Tia Eufrásia era estimadíssima” (p. 508).

Bastante ilustrativo, também, do fato de algumas mulheres escravas com idade avançada gozarem de notável estima junto a famílias da Vila de Uruguaiana, é a narrativa encontrada, aqui, sobre uma escrava de nome “Tia Engrácia”, que serviu na casa de um uruguaio nessa localidade radicado, de nome Dom Inácio Ochotorena e de sua esposa Dona Modesta. Conta o autor estudado que fora concedida alforria à escrava, para que se ocupasse com os “afazeres de lavadeira, inclusive atendendo a família”. Ocorria, no entanto, que, muitas vezes, a escrava em seu trabalho achava nos bolsos das bombachas do patrão moedas, que ela pacientemente recolhia e guardava para, no primeiro momento de contato com os patrões, honestamente lhes entregar “uma trouchinha onde estavam recolhidas as dispersas moedas do patrão e entre as de cobre, luziam algumas valiosas libras”, quando, então, comentava: “To achando que o Patrão ‘Chotoren’ ta querendo me esprementá. Não se faiz ansim cá nega veia!”⁷.

Os Jornais da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na cidade de Uruguaiana, à época estudada, ao publicarem suas notícias sobre cartas de alforria, nos levam a pensar sobre quem eram as mulheres que possuíam escravas: donas de fazendas, talvez viúvas que sem herdeiros tiveram que assumir a administração das estâncias que nesta região eram muitas?

⁶ PONT (1986, p. 506), obra citada, registra: “afirma-se que já em setembro de 1870, dezoito anos antes da promulgação da Lei Áurea, na Vila de Uruguaiana, se promoveram várias emancipações com doações de cartas de alforria [...] foram muitos os estancieiros que registraram marcas de gado em nome de seus escravos, para que estes marcassem seus próprios animais [...] estavam eles em condições de pagar suas próprias cartas-de-alforria, se o desejassem. Muitos escravos, nesta fronteira compraram dessa forma, sua própria liberdade”; conforme consta no Livro n. 1 de Registro de Marcas e Sinais, no Arquivo Municipal de Uruguaiana, citado pelo autor.

⁷ Lembrando do fato de que “cada família tinha uma preta que fora filha ou neta de escravos” e que “estas mesmo libertas, não desejavam abandonar os antigos patrões”, Pont (1986, p. 513-14) registra: “Quantas famílias de Uruguaiana se recordam saudosas das velhas Tias pretas, queridas, fiéis e abnegadas, que foram verdadeiras mães, não somente babás, mas até mesmo amamentando aos sinhosinhos [...]”.

A história nos mostra que nas regiões de fronteira não eram raras as revoluções, o que afastava os homens das suas casas, porque tinham que defender esse território e durante esses períodos que levavam meses ou anos quem tomava o controle da casa, dos escravos e da criação ou da produção agrícola eram as mulheres, sempre à espera que a guerra acabasse e de que seu marido voltasse para casa, o que nem sempre acontecia, pois muitos morriam na guerra e elas tinham que tomar para sempre a administração e defesa da estância: “mulheres valentes e bravas companheiras”.

Flores (2002, p. 221), quando se refere à violência na área da campanha do século XIX, afirma que a produção historiográfica de matriz positivista justifica a violência desse período como resultado do grande consumo de carne, ou porque a criança, ao presenciar os abates de animais acostumavam-se à violência estendendo essas práticas nas relações com os indivíduos como uma ação comum, normal no seu cotidiano, criando uma imagem de homem que é homem não teme frente a uma situação de violência. Outro fator seria a solidão em que vivia o campeiro, que o familiarizava com a morte.

Mas nem só de problemas policiais viviam mulheres pobres de bens materiais. Havia também aquelas que foram buscar, fora de sua cidade de origem, uma oportunidade para uma vida melhor, mesmo que para isso fosse preciso deixar sua família.

No jornal **A Nação**, numa de suas edições de setembro de 1906, a notícia publicada por uma mãe, pedindo informações sobre o paradeiro de sua filha, ilustra um outro tipo de violência: a condição feminina de ser entregue aos cuidados de uma família e de nunca mais ser vista.

“Marcelina Maria da Conceição deseja saber notícia de sua filha Eleonora Marcelina da Conceição, que fora há tempo para o lado Oriental, em companhia de uma família. Quem souber o paradeiro de Elenor queira informar nesta redação. Aos colegas pede-se a transcrição desta notícia”.

Aqui se vê o apelo da mãe que utiliza o jornal para reaver a filha. Mulheres sofridas, mas que batalham e não desistem de viver e nem atentam contra a vida e nem se entregam à bebida, mas que levam sua vida procurando sempre manter uma postura para que ninguém teça comentários maldosos a seu respeito: era preciso ser “pobre, porém de confiança” e saber se “comportar”. Por outro lado, na figura da filha que foi embora e que não mais manteve contato fica implícita a indagação: o que impediu a aproximação com a mãe, numa distância que não era assim tão grande?

Nas notícias coletadas e aqui apresentadas sobre a dimensão da violência como constitutivo importante de ser considerado quando se trata de buscar compreender aspectos da construção do imaginário do universo feminino, observa-se que a imprensa local registra

alguns casos ocorridos em outros lugares que não aconteceram na região e que são dados, talvez, como exemplares à sociedade, de crimes praticados e de castigos infligidos envolvendo as mulheres.

Além das notícias que são alinhadas como de violência explícita ou simbólica perceptíveis na época, também os jornais da fronteira oeste no período aqui trabalhado publicaram matérias de outros lugares. Como Uruguaiana teve muita influência francesa⁸, devido ao processo de imigração do início do século passado, divulgavam-se notas com notícias sobre a França.

As três notícias apresentadas a seguir demonstram como casos acontecidos em lugares distantes eram noticiados pela imprensa local, servindo ideologicamente à sociedade da época como casos exemplares de punição às mulheres. Começamos com o jornal **A Nação**, de 11 de outubro de 1905, onde aparece o ciúme como o motivo de um crime passionai: “Um Drama: Em Nantes (França) o tenente Thomaza matou a tiros de revolver a artista Rosa Noel, em ocasião que representava no Theatro d’alli. O móvel deste crime foi o ciúme”.

O que chama a atenção nesta notícia é o fato de que nos jornais em que pesquisei não encontrei nenhuma notícia desse porte referente a assassinato de mulheres em Uruguaiana, é claro que não posso afirmar que esse tipo de morte não acontecia nessa cidade. Então, por que não encontrei entre tantas que analisei?

Talvez a resposta esteja no fato de que a imprensa jornalística de Uruguaiana não divulgasse, para evitar possíveis influências ou para resguardar pessoas envolvidas em uma situação que sabemos ser muito constrangedora para a época, pois mexia com valores quase invioláveis numa sociedade tão conservadora.

A Notícia, de 19 de abril de 1902, publica:

⁸ Ver o texto de PONT, Raul: Franceses na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. In: BEUX, A. Franceses no Rio Grande do Sul (p.123-132); de onde se destaca: “Sua particularidade nos destinos de Uruguaiana, como em municípios vizinhos, ficou indelevelmente evidenciada nestas fronteiras do Oeste do Rio Grande, forjando forte delineamento étnico e deixando contribuição não pequena nas ilustres descendências, através dos nomes de famílias que aqui ainda residem e marcada nas obras deixadas pelos franceses do século passado” (p. 126). Lembra, ainda, o autor, nessa questão, de que “em 29 de maio de 1975, o Município de Uruguaiana instituiu sua bandeira. Na sinopse heráldica de seu signa ressaltam as nítidas influências gaulesas: As três cores, vermelho-vinho, branco e azul, tendo ao centro o brasão municipal, cujos suportes são os dois leões: um de prata, o de Castela e outro de ouro, o dos Luízes, fazem as expressões mais destacadas de sua ‘bandeira real’, simbolizando em cores e figuras, a lembrança perene da passagem dos franceses, nas plagas distantes do pampa rio-grandense” (p. 130-31).

Uma correspondência de Belgado refere que uma velha chamada Singelia Nitohes condenada à pena ultima por envenenar seu marido, foi fuzilada. Na Sevilla onde a guilhotina e a forca são igualmente desconhecidas, os condenados a morte são fuzilados. Esse espectáculo caríssimo naquella paiz, atraheu uma grande multidão de curiosos. A pobre mulher morreu corajosamente. As suas ultimas palavras, dirigidas aos soldados executores foram estas: “Façam boa pontaria, rapazes, mas não me desfigurem a cara”. A vaidade Trágica! (d’O Denver).

É possível analisar nesse episódio a imagem do feminino, muito bem assimilado pela sociedade no que diz respeito à vaidade feminina: mesmo frente à morte, existe a preocupação com a beleza.

Mas será que é só essa a leitura que se pode fazer nesse noticiário? Será que a frase recitada pela mulher não retratava sua valentia e coragem frente à morte, ou, quem sabe, queria afirmar que não se arrependia do crime por ela cometido?

Essa nota pode ser analisada da seguinte forma: não são só os homens que matam suas mulheres, as mulheres também usam as mesmas armas que os homens utilizam contra elas.

A Nação, de 30 de abril de 1920, publica “Condenação”:

O Almirante Baptista Franco, que matou o amante de sua esposa à saída do Teatro Phenix, no Rio de Janeiro, e que entrou no dia 27 do corrente, em 3º julgamento, conforme noticiou o nosso boletim telegraphico, foi condenado a 6 annos de prisão celular. O almirante Baptista Franco já esta há muito preso, faltando-lhe muito pouco para cumprir a pena que agora se lhe impôs.

Mais uma vez o ciúme, carregado de sentimento de posse, leva à morte de um e à prisão de outro.

Fica nas entrelinhas a mulher como causa motivadora da desgraça de dois homens: um, por desfrutar de seu amor perde o direito à vida; outro, por sentimento de pertença, perde o direito à liberdade; e à mulher cabe conviver com o peso da responsabilidade da desgraça da sina da vida de dois homens.

É possível verificar, até o momento, que mulheres que viviam na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na cidade de Uruguaiana, adotaram posturas diferenciadas em suas estratégias de enfrentamento e que essa diversidade está ligada ao nível social e intelectual ao qual elas pertenciam.

As mulheres que pertenciam a um grupo mais favorável economicamente tinham compromisso de seguir algumas normas de condutas, para serem aceitas pela “sociedade”, tais

como a maneira de se vestir, sentar, de conversar, de escolher leituras adequadas à sua condição feminina, de usar pouca maquiagem e perfume para não serem confundidas com as cortesãs, de apresentar gestos delicados para aparentar fragilidade, indicando que estariam precisando de uma figura masculina para sua proteção, proteção que significava levá-las até o altar.

Essas constatações sobre a condição feminina e suas estratégias de enfrentamento a um poder que, além de subjugar-las à dominação, quer ainda docilizar e normalizar seu comportamento, evocam algumas idéias de Michel Foucault que podem ajudar no entendimento dessa questão.

A exclusão feminina, numa visão perspectivada em Foucault, é mais uma das relações de poder existentes na sociedade, localizadas acerca do indivíduo – seu corpo, seu comportamento - e que visam, principalmente, a seu comportamento sexual.

A exclusão apresenta-se em proibições encontradas em enunciações, quando se censuram a fala e as expressões. Mas não se limita a isso. Essas relações de poder não apenas negam, restringem, proíbem, interditam falas e comportamentos. Essas relações estimulam outras falas e outros comportamentos. Nesse caso, refiro-me em especial à mulher que é subjugada a um plano secundário, dentro das tramas do poder, não apenas do poder institucionalizado como os marxistas afirmam, mas naquele que não é declarado, ou seja, nas relações de indivíduos que vivem numa mesma sociedade e que nem se conscientizam das relações de poder que estabelecem na sua convivência com o outro.

O que confirma essa conduta são os preconceitos aos quais as mulheres são expostas cotidianamente em sociedade. Mulheres, estas, sempre mantinham sua existência a servir o sexo oposto, seja organizando a casa e dedicando-se à educação dos filhos (se meninos, idealizando o caminho do pai; se meninas, aprendendo a ser uma mulher abnegada e obediente), seja subjugando-se para que seu marido ou companheiro possa obter sucesso intelectual e profissional. Para isso, elas não deverão disputar com o homem um lugar de destaque na sociedade e, quando isso ocorre, sua capacidade é colocada em dúvida, sendo julgada na sua honestidade e integridade de pessoa merecedora de respeito. Isso é uma violência, representada nos micropoderes, nas células internas das relações interpessoais.

A exclusão, pode-se entender, segundo Foucault, é apenas um dos efeitos do poder. Um dos efeitos negativos. A concepção foucaultiana do poder é mais ampla. Ele tem, ainda, uma dimensão de positividade, no sentido de que também constrói algo nas relações em que se verifica.

Nessa compreensão, Foucault (2003, p. 79) nos previne em “Vigiar e punir” de que precisamos parar de falar sempre em termos negativos do poder: que ele proíbe, exclui, reprime,

recalca, censura, abstrai, mascara, esconde. Segundo ele, o poder produz realidades e rituais da verdade, ou, ainda, como ele taxativamente escreve em “A vontade de saber”, primeiro volume de sua História da Sexualidade: “Já repeti cem vezes que a história dos últimos séculos nas sociedades ocidentais não mostrava a atuação de um poder essencialmente repressivo”.

É preciso, então, deixar o modelo do poder em que o Estado concentraria o poder e o emanaria às diferentes instâncias a ele socialmente relacionadas. É preciso superar a tradição da concepção de poder que utiliza o Direito como modelo, ensina Foucault, se quisermos bem compreender o funcionamento do poder. O melhor, diz ele, é pensarmos em termos de relações.

Mas é importante não confundir essa perspectiva com a falsa idéia de que essas instâncias de poder estariam projetando o poder do Estado. Foucault não menospreza a dimensão estatal, mas considera insuficiente para dar conta da realidade.

É especialmente nessa perspectiva – de propor um outro modelo para entender o funcionamento do poder na complexidade do real –, que Foucault escreve superando a concepção de que o poder é algo que alguma classe obtém, mantém e utiliza em termos de negatividade (exclusão, repressão, escondimento, etc.) contra uma outra classe, minorando sua capacidade de resistência. Diz Foucault (2003, p. 26), em “Vigiar e punir”:

[...] o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; [...] esse poder se exerce mais que se possui, que não é um “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.

Nessa perspectiva, o poder se apresenta como “um feixe de relações”, explica-nos Foucault (2003, p. 248) em sua “Microfísica do poder”.

Por essas e outras razões demonstradas por Foucault em seus textos, é que, penso, não se poderá compreender a exclusão da mulher valendo-se tão-somente do referencial tradicional ou marxista.

É preciso, coerente com o seu entendimento, perguntar pelas condições que possibilitaram o surgimento de certas práticas sociais e não de outras. Em outras palavras: o que fez com que essas e não outras práticas sociais surgissem?

Recordando seu entendimento da dimensão de positividade do poder, em que este também constrói comportamentos e modos de pensar, é preciso considerar que os

micropoderes vão-se relacionando e alcançando níveis mais amplos e gerais. Como diz Foucault (2003, p. 143) em “Vigiar e Punir”, trata-se de “humildes modalidades, procedimentos menores”, e que “são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos”.

Por aí já é possível se perceber a importância de entender a dimensão normalizadora e disciplinadora do poder, que gera mais do que exclusão no sentido de afastamento. Gera, também, positividade, no sentido de que produz comportamentos de auto-exclusão, em que certos espaços é a própria mulher que os introjeta como proibitivos ou inadequados à sua participação.

O poder normalizador e disciplinar produz corpos dóceis e atitudes de comportamentos que o reforçam. Como diz Foucault (2003, p. 143), em “Vigiar e punir”: “O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor.

Concluindo esse capítulo, percebe-se, ainda, na época em estudo por meio das notícias selecionadas com relação à violência sofrida por mulheres, que o código de postura daquelas não privilegiadas economicamente fazia serem confundidas, muitas vezes, como meretrizes. Por necessidade de sustento, trabalhavam fora, saíam sozinhas às ruas, muitas vezes tendo que se defender do assédio masculino. Para estas, era difícil manter atitudes de delicadeza e, para se defender, agrediam fisicamente. Também, não lhes sobrava muitas alternativas.

Pelas notícias analisadas, foi possível perceber que toda a cobrança implícita nos termos utilizados para a redação das matérias a elas referentes, na questão da violência, se fundamentava no ideário republicano de uma mulher necessária aos novos tempos. Uma mulher que pudesse, assumindo sua fragilidade feminina, ser também forte na organização e manutenção da harmonia do lar - lar em que deveriam ser gerados e cuidados os filhos necessários ao novo país.

Aquelas que, manifestavam toda uma contrariedade às normas de conduta dominantes eram punidas com o rigor do olhar da sociedade e da autoridade policial. Nesses casos não se discutia a causa da desobediência da norma, apenas se apresentava a sua transgressão e a conseqüente punição sofrida. Dupla punição: a primeira, pela ação policial; e a segunda, pela estampa na imprensa permitindo a vexação pública. E, ainda, talvez, uma terceira e mais forte: o sentir-se como um exemplo que não deveria ser seguido.

Todas aquelas que não se enquadrassem nos itens desse ideário moderno eram tidas como suspeitas. Não se discutiam as condições de que dispunham para cumprir com tal

ideário, mas se lhes atribuíam as conseqüências pela sua inobservância. Algumas delas chegavam mesmo a atitudes extremadas como o suicídio.

Às mulheres que, tendo enviuvado, restava, muitas vezes, tomar em suas próprias mãos a condução dos negócios, mandar nos empregados, cuidar e castigar os escravos, pegar em armas para defender suas terras de invasores, e defender suas filhas de forasteiros, que seguidamente pediam pouso. São mulheres, tanto as das estâncias como as que herdaram o comércio do marido, que – para manter a família e exigir o respeito dos outros –, rompiam com a imagem frágil das mulheres e mostravam força e coragem para enfrentar uma sociedade machista, elitista e católica que às mulheres reservava um papel passivo, de aceitação.

Grupos teatrais, oriundos de países como a Argentina, que por aqui passavam em direção ao centro do País, também influenciaram, acredito, na construção da imagem que a mulher e a sociedade em geral iam fazendo da condição feminina. Uma imagem que a mulher ia construindo para si: desde a questão de cosméticos até as de manutenção da saúde propriamente dita. É do que trato no capítulo seguinte, quando o olhar nos jornais revelou-me um pouco da vida em sociedade de mulheres na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na perspectiva de dimensionar a construção do imaginário do universo feminino à época nessa região.

3 SAÚDE E BELEZA FEMININA. A QUE PREÇO?

Padaria da União

Esta antiga e conhecida casa tem sempre em depozito de cerejas, farinha de trigo das famosas marcas Flor de Ceu, Extra, CO. Doble CC, ente de alfafa, milho, cevada, trigo, em grão e soccado, aveia, milho flocado, e de alfafa e muitos artigos e acabamentos superiores, biscuites, etc.

DE-
LAVOURA RUA TURADEMILLES N. 369

SABONETE BELLADONA
Invenção Resguardada

Este maravilhoso sabonete embeleza, amacia e restabelece de nova pelle estragada pelas doenças cutaneas e pelo uso de saboetas e pós de má qualidade. Extingue as caspas, espinhas e outras molestias da pelle.

A grande fama, que possui, o Sabonete de la dona, não tem e sua origem em pompas annuncios, nem consistiu em luxuosos empacotamentos, mas sim da sua superior qualid ade, como sabonete delicioso e de effectos poderosos, que com o uso della curas sobre o corpo sem apanha. Compõem-se de extractos de plantas finas e vegetaes, e outros materias de valor, este sabonete acciona sobre a pelle a maior limpeza, abrindo sempre os poros cutaneous, para a propria ventilação externa do nosso sangue.

Além destas vantagens physicas, o fabricante concede aos seus consumidores, em uma série de 100.000 sabonetes 100 premios no valor total de 5.000.000. São acompanhados os sabonetes com cupons numerados de 1 a 100.000, dos quais numeros, todos que fôr com 5 as suas tent e premio de 200.000, os que fôr com 4 zeros, o premio de 200.000 e o que tem 3 zeros fôr com o premio grande ao final de 2.000.000.

São portanto distribuidos 100 premios sendo 90 de 200, 9 de 2000 e 1 de 2.000.000.

Depois

AGUA JUVENIL, extingue as verugas, manchas e pontos, por completo, usando esta essencia absoluta, algumas gotas em banhos, embelezam extraordinariamente a pelle, dando a mesma cor natural.

ESSENCIA FORMOSA, com agua nas gotas desta maravilhosa essencia, curam-se as dores mais revoltosas dos dentes, não dão mais, nem apodrecem, como acontece com os remédios venenosos.

OILEO DE COCO, rectificado e perfumado para evitar a queda dos cabellos e augmentar o crescimento dos mesmos.

Nesta cidade, vende-se em todas as lojas perfumarias, farmacias e outras que vendem sabonetes.

O Fabricante Carlos d. Mont-verde
Depositaria em Uruguayana Kramer
Leões & Comp.

N. 925

Banco Pelote
—Pelotas—Rio Grande—Uruguay—

COMAS CORRE
COM RETIRADAS DE
Contas e letras a prazo

Cobranças de juros e dividendos, gestões, estadaes e negociações e debenturas, de Bancos e

Compra e venda de quaisquer outros títulos e Companhias.

Cobranças
negociação de valores
que se não recebem
com os diferentes bancos
de Brasil.

Vende e compra
diversas para qualquer
preço a 25% de desconto
para a Argentina e o
Uruguay e Dependentes.

Endereço telegraphico
Expedito das 10 de

HOTEL DO COMERCIO
DE
J. Peregrino Gonçalves

Figura 3 - Sabonete Belladona invenção resguardada

No processo de modernização do País, nos moldes europeus, como convinha aos interesses da recém-implantada República, retratar uma disposição nacional nessa perspectiva era fundamental para atrair investimentos estrangeiros.

Por um lado era preciso mostrar ao capital estrangeiro que o Brasil era viável para seus investimentos, porque já dava passos em direção a sua redefinição urbana e de produção nos moldes europeus.

Por meio de fotografias em cartões postais, por exemplo, apresentava-se sob ângulos bem cuidados novas edificações, largas avenidas e ruas espaçosas, praças e locais públicos, que aqui era um lugar bom para se morar e investir, mesmo que para isso fosse preciso, como de fato aconteceu, a destruição de cortiços e um novo esquadramento dos espaços com intenção disciplinadora, moralizadora, higienizadora e sanitária da vida pública e privada. No entanto, a história registra que houve resistência à demolição de tudo o que pudesse representar um elo com o passado ou uma medida de invasão da privacidade, como a resistência popular conhecida como a “Revolta da Vacina” em 1904.

Mas, por outro, era preciso mostrar aos brasileiros como se apresentar ao estrangeiro. Nessa perspectiva, de instruir aos brasileiros sobre como bem proceder segundo o modo de comportamento europeu, todas as iniciativas que se somassem a esse propósito eram bem vistas. Era preciso mostrar ao homem e à mulher, principalmente, como ser um brasileiro-europeu. Um exemplo disso, embora em época posterior ao período analisado por esta pesquisa, pode ser encontrado em Serpa (2003, p. 30), que estudou a condição feminina retratada pela revista *Cruzeiro* no período de 1928 a 1945)⁹:

Observamos, então, as mudanças do país apresentadas pela revista em temas que aparecem em diversos espaços e momentos históricos do período, que se concentram mais no final da década de 1930 e início da de 1940, especialmente com a variedade de produtos de utilidade doméstica e de higiene e beleza. Vários textos deixam transparecer as reais intenções de mostrar que a sociedade brasileira estava alcançando a modernidade através das transformações das cidades e do surgimento de uma nova forma de vida, agora mais urbanizada, moldando comportamentos [...].

⁹ O *Cruzeiro* foi um veículo de comunicação que contribuiu com mudanças: na parte gráfica, adotou técnicas pouco conhecidas no país, especialmente com a rotogravura; no fazer jornalístico, implementou a reportagem. Intencionalmente criado para ser porta-voz de uma nova ordem - a modernidade nacional -, surgiu para atingir todo o território brasileiro e dar uma idéia de Brasil-único e atual, numa correspondência de intenções entre o seu fundador e proprietário, Assis Chateaubriand, e o presidente Getúlio Vargas, que, com propósitos políticos definidos, concedeu empréstimos para a criação do magazine. Interessava então, politicamente, a Getúlio mostrar que o Brasil estava se modernizando.

A revista teve também toda essa tecnologia a serviço da construção da “nova mulher”, mas que não representava a realidade da maioria das brasileiras que viviam em condições sociais precárias e eram analfabetas. Ela mostrava uma imagem relacionada às mudanças de um país que despia suas mulheres das saias longas e as urbanizava com biquínis, *blush* e pó-de-arroz, ou seja, que buscava moldar o comportamento feminino com novas formas de vestir e de se mostrar para a sociedade. Essa imagem, que incluía a utilização da maquiagem e de produtos femininos de beleza como símbolo de moderno e novo, ilustrava as capas desde a primeira edição. Apresentava-se, então apenas a primeira revista moderna do país, mas um novo meio de retratar o universo feminino, objeto de estudo por nós delimitado nesta obra (SERPA, LEONI. **A máscara da modernidade da mulher na Revista o Cruzeiro de 1928 à 1945**. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 20).

É no contexto de implantação da modernidade no País que analisei as matérias encontradas nos jornais da época – delimitada para minha pesquisa – e que agrupei sob a questão do custo da saúde e da beleza feminina na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Observando a forma como se publicavam notícias referentes aos aniversários de mulheres, casadas ou solteiras, é possível perceber a presença de muitos enunciados que ainda hoje persistem no imaginário da dimensão do feminino.

Na redação de notas sobre aniversários de mulheres, o nome destas é geralmente acompanhado do nome de uma figura masculina a emprestar-lhe o reconhecimento pela sociedade. O nome masculino, quando acompanha o da aniversariante, sendo esta uma mulher casada, é o do marido, destacando-se algumas vezes a posição dele na sociedade. Notável, ainda, na apresentação destas notas na literatura jornalística da época, é a preocupação em acentuar também a ligação do jornal com a figura masculina:

“Parabéns. Faz annos amanhã a Exm^a. Srn^a. D. Veranisia M. V. de Corso, esposa do nosso favorecedor e amigo Corso, estancieiro em Corrientes” (A Notícia, de 22 de outubro de 1899).

“Fazem annos hoje. A exma. Snra. D. Ambrozina de Souza Soares, digna esposa do Dr. Erasmo F. Soares” (A Notícia, de 24 de outubro de 1899).

Mesmo em publicações coletivas, quando se informava do aniversário de várias pessoas na mesma nota, alguma delas podia ter o destaque em tela:

“Fazem annos hoje. A exm. Señorita Aguida; a virtuosa senhora d. Firmina B. da Silveira, digna consorte do nosso amigo João Antão da Silveira; o nosso excellento amigo Olegário Lisboa, empregado na Caixa da Amortização, na capital e a Sra. D. Leonor Cardozo Cupello” (A Notícia, de 17 de outubro de 1905).

Interessante, ainda, é o fato de que se encontra também publicação de notas sobre comemoração de aniversário de mulheres em que o seu nome não é citado, apenas o do marido:

Baile - Na residência do digno official do exercito Sr. Cap. Antonio da Cunha Mesquita, realizou-se no dia 3 do corrente, em regozijo ao aniversário de sua exma. Consorte, um esplendido Baile que, animado por crescido numero de gentis senhoritas e jovens, durou até às 4 horas da manhã. Tanto o Cap. Mesquita como as demais pessoas de sua exma. Família foram infatigáveis em ministrar toda a classe de cortezias e obséquios aos convivas (A Nação, de 7 de setembro de 1906).

Observa-se, também, a expressão “consorte”, para referir-se a cônjuge. Ora, essa palavra, segundo o entendimento que o dicionário¹⁰ apresenta, diz que se trata de um “companheiro na mesma sorte”. Mas de que “mesma sorte” se trata, nesse caso, em que o nome daquela, que deveria ser a homenageada com a festa, nem é mencionado pelo jornal que cita por duas vezes na mesma nota o nome do marido precedido de sua patente militar?

As características acima observadas na redação das notícias de aniversários de mulheres casadas também se fazem presentes de alguma forma quando se trata de mulheres solteiras. Agora, o nome da figura masculina, quando aparece nesses moldes, é o do pai, significando, com isso, que se trata de uma “senhorita”, moça de família:

“Faz annos hoje a interessante senhorita Clara Pereira filha do sr. Ricardo Pereira” (A Notícia, de 1 de novembro de 1899).

“Fez annos hontem a interessante menina Anna Sylvia Corso, filha do nosso favorecedor e amigo Florentino Corso” (A Notícia, de 16 de novembro de 1899).

“Fez annos hontem a galante senhorita Sarah Mena Barreto filha do Major Mena Barreto” (A Notícia, de 4 de dezembro de 1899).

Observa-se, ainda, por essas notas, que o nome da mãe não aparece, havendo, no entanto, sempre uma preocupação em destacar no nome masculino, quando aparece, a sua posição social, a conferir que se trata de uma moça que teve condições de receber uma educação esmerada e o conforto de um lar bem estruturado economicamente - o que poderia representar um forte atrativo para quem estivesse procurando por uma esposa:

“Faz annos, hoje, a senhorita Setembrina Bailet, filha do Sr. Sabino Bailet, construtor. Completa a manhã, mais um anniversário, o Sr. Coronel João Però, forte capitalista” (A Nação, numa de suas edições do ano de 1919).

Quando o nome do pai não aparece, secundando o da mulher e, em se tratando de uma mulher solteira, a condição “senhorita” aparece precedida por algum qualificativo que a distingue na sociedade do trabalho, não se tratando, então, apenas de uma “interessante”, “gentil” ou “galante” senhorita, mas de uma mulher que, tendo esses qualificativos, é vista também em função de sua atuação na sociedade-trabalhadora:

“Parabéns. Fazem annos hoje. O interessante menino Antonio Carlos de Carvalho e laboriosa senhorita Carlota Ferrua” (A Notícia, de 4 de novembro de 1899).

¹⁰ Dicionário Aurélio Século XXI.

Encontram-se, nas notícias sobre aniversários de mulheres casadas, alguns enunciados na constituição do imaginário do feminino à época, que são passíveis de serem percebidos, ao menos em parte ou com algumas variantes, ainda hoje:

- a) é importante e necessário ligar o nome da mulher ao do homem que lhe assegura reconhecimento social pelo casamento, mesmo que para isso o nome dela seja minimizado;
- b) é desejável que se saiba a posição social e a popularidade do nome masculino ao qual o feminino se liga;
- c) mulher é consorte do marido e deve, sempre, ser apresentada em relação a ele.

No caso de mulheres solteiras, destacam-se estes enunciados das notas selecionadas:

- a) moça solteira precisa ser apresentada como “senhorita”, de família, para ser bem-vista;
- b) mais importante do que o nome da mãe, ao lado do nome da filha, é o nome do pai;
- c) o nome do pai ao lado do nome da filha impõe respeito;
- d) de moça de família espera-se que tenha usufruído de uma esmerada educação, em que se incluem as condições morais para ser levada ao altar;
- e) pode a mulher se esforçar e trabalhar tanto quanto o homem, que as condições de reconhecimento e valorização social são diferentes.

A participação feminina nas atividades promocionais sociais parece ter sido um importante aspecto na constituição do imaginário feminino à época. É fácil ver nos jornais a publicação de notas que dão conta de publicar sobre acontecimentos sociais promovidos por associações em que se percebe, inclusive, mulheres atuando em sua diretoria:

A Sympathica “Soirée Uruguayanense” em o dia 7 do corrente, no salão superior do Club Commercial realizarão partida correspondente ao mez vigente, sob a presidência do Sr. Jordão de Freitas Leão.

São diretoras Exmas. Senhoritas, Irene Moreau, Francisca Amaral, Maria Austran, Chlory Ulrich e os distintos cavalheiros João Pedro Arreguy, João Ribeiro sobrinho, Nicolau Portella e José Rebés Sobrinho (A Nação, de 30 de outubro de 1905).

Mas, por outro lado, a existência de clubes de senhoras permite ver que a organização é presidida por uma delas:

Clube de Senhoras.

Convida-se as Exmas. Socias d'esta agremiação, para a reunião da assembléia geral ordinária, que terá lugar a 24 do corrente, às 4 horas p. m. na residência da Presidente, a Exma. snra. D. Lisbella Soares Paz, a fim de eleger-se a nova directoria, que deverá reger os destinos d'este club no anno social de 1905 a 1906. Uruguayana, 15 de novembro de 1905. A secretaria: Manoela Domingues (A Nação, de 15 de novembro de 1905).

Na promoção de “suntuosos bailes”, todo o cuidado para que a festa pudesse ser bem aproveitada por todos era zelosamente observado. Nesse sentido, chegava-se a ponto de solicitar às famílias que não se permitissem levar crianças porque estas serviam “unicamente para incômodos” dos adultos em festas. Então, enquanto as mulheres da alta sociedade bailavam, outras mulheres que trabalhavam em suas residências ficavam “tomando conta” das crianças:

Sumptuoso baile. “Hoje, a noite, realizar-se-há no salão superior do Club Commercial, um esplendido baile offerecido às pessoas que vierem a esta cidade visitar a exposição feira. A comissão de recepção é composta dos distintos moços: Honório Vasques, Celso Sá Brito, Tenente Pará da Silveira, José Majó, Mariano do Prado Barcellos, José Câmara Sobrinho, João Belloc, Álvaro Garcia, Luiz Codoniz e Pedro Belloc.

É de esperar que esse baile revista-se do máximo brilhantismo, attendendo aos esforços dos seus dignos iniciadores. A comissão por nosso intermédio, pede que previnamos às Exmas. Famílias quas seria conveniente não levar crianças ao baile.

Achamos que esse pedido é justo, pois, as criancinhas nada aproveitam da festa, servem unicamente para incômodos. Fica aí o pedido (A Nação, de 15 de novembro de 1905).

Datas cívicas se prestavam a grandes comemorações. Uma delas, a data de Independência do Brasil, poderia ser motivo para a promoção de um “concorridíssimo” baile, organizada por alguma agremiação social em que participam da directoria “senhoritas” e “distintos jovens”. É interessante notar, neste informe, que, em se tratando da organização de um evento social dessa natureza, o nome das diretoras apareça citado antes do nome dos diretores:

Soirée Uruguayanense - Esta sympathica associação, afim de comemorar o dia 7 de setembro Independência do Brasil realizará hoje à noite, no salão do Club Commercial, um esplendido baile que promete estar concorridíssimo.

São directoras as exmas. Senhoritas: senhorinha Menezes, Lavignia Dantas, Esther Saldanha e Helena Cartell, e directores, os distintos jovens: José Rebès Sobrinho, Izaac Palma, Carlos Desessard Junior e Cyro Villela (A Nação, de 7 de setembro de 1906).

Também na promoção de festivais, em que o “theatro” ocupava um lugar de destaque, inclusive com apresentação de companhias oriundas de países do Prata, que pela região passavam em direção ao centro do País, se percebe o envolvimento de grupos beneficentes de mulheres em sua organização e também operacionalização. A nota apresentada a seguir é explícita: o evento será promovido “em benefício do ‘O Club Beneficente de Senhoras’”. Seria razoável que um clube dessa natureza, beneficente, promovesse um evento assim para angariar fundos em razão de alguma atividade comunitária, mas não como informou o jornal em benefício de si. Jogo de palavras? Descuido na redação do texto? No mínimo, curiosa se mostra esta nota:

Vai amanhã a secna o espedido dra. O DEVER, em beneficio do “O Club Beneficente de Senhoras”. Informam-nos de que na bilheteria do Theatro estarão expostas à venda durante todo o dia 5, as localidades plátea e camarotes. Sabemos que não serão vendidas as entradas de galeria, por pedido dos amadores que estão encarregados da execussão da peça. As pessoas que desejarem assistir ao citado festival, poderão obter camarotes e cadeiras em mãos das exma. senhoritas: Regina Lago, Zaida Dantas, Edwiges Machado e Iñez Gay (A Notícia, de 4 de janeiro de 1902).

Curiosa, mas também elucidativa dos valores de uma época, é a confiança publicada expressa na forma de um pedido de devolução de jóias perdidas. Os lugares em que foram perdidas, um importante clube da cidade e a igreja matriz, supõe-se pelo tom da nota, que são freqüentados por pessoas capazes de proceder, em achando os tais objetos, a sua devolução: porque se imagina que sejam freqüentados por “pessoas de bem” que não ousariam, encontrando-os, ficar para si e mesmo usá-los nesses mesmos lugares sob o risco de ser envergonhados num encontro com os legítimos donos. Também fica aberta a possibilidade de os objetos preciosos serem achados por pessoas que não estiveram nessa data nos eventos ali produzidos, mas que, por conta de prestarem serviços de limpeza, terem tido a oportunidade de se depararem com eles; então, a estas, uma gratificação em que, na nota, não se especifica o valor talvez até para não dizer do quanto valem as jóias achadas:

“Perdeu-se. No Clube Comercial de 7 do corrente um pregador cravejado de brilhantes e na Igreja Matriz um brinco de ouro. Quem encontrar pode trazer a esta redação que será gratificado” (A Nação, de 20 de setembro de 1910).

As notas sociais não se limitavam ao informe de eventos promocionais de bailes ou aniversários. Quando, por exemplo, da passagem de alguém ilustre pela cidade também se noticiava. Na matéria colhida em jornal da época, trata-se da viúva de um eminente cidadão.

O que fica bastante claro, novamente, é a importância que se dava à época, de ligar o nome da mulher ao do marido e, nesse caso, indo além, ligando, por extensão, o seu nome ao do sogro importante. Dessa forma, garantia-se a respeitabilidade ao ler o nome da mulher. A esta, limitava-se o tratamento de “excelentíssima senhora” - importante sim, mas por ter seu nome ligado aos nomes de dois homens, um o marido e o outro o sogro, de destaque. A questão de se dar ênfase ao nome masculino em detrimento do nome feminino também fica clara quando se observa que também não foram citados os nomes das filhas:

D. Adelaide Gama. É esperada hoje nesta cidade de passagem para a Republica Oriental em visita as suas filhas, ali residentes a exma. sra. D. Adelaide Gama, viúva do nosso sempre saudoso amigo dr. Alfredo Gama filho do eméio brasileiro Marechal Barão do Batouy, ambos victimas dos luctosos e sangrentos sucessos de S. Catharina no ano de 1894. Apresentamos a exma. Senhora di Adelaide Gama nossas sinceras e respeitosas saudações (A Nação, de 15 de novembro de 1905).

Por outro lado, também a imprensa publica, sob o tom de algum favor concedido, notícias de mudanças de localidade. No caso selecionado é possível perceber que se tratava de uma mulher estancieira, que se transferia para sua estância localizada no Uruguai. Não aparece o nome do marido e nem se diz dela se era viúva, mas, por ser alguém de influência no mundo feminino, haja vista a expressão “suas numerosas amigas”, a imprensa lhe dá atenção:

“D. Maria Gonçalvez Borges tendo que retirar-se para sua estância em três Cruzes, na R. Oriental e não podendo despedir-se pessoalmente de suas numerosas amigas faz por este meio offerecendo seus limitados préstimos naquelle lugar” (A Nação, de 10 de janeiro de 1907).

Ter bom relacionamento com pessoas notáveis da sociedade era muito importante e dava *status*, assim como estar vestido conforme a moda. Curiosa nota mostra não tanto o fato de uma certa mulher ser conhecida pela família real, mas de ser conhecida pela imprensa:

Portugal. Família Real. Rio de Janeiro, 11 - A Família Real Portuguesa que se acha na Inglaterra, irá fixar residência na França. Ao seu embarque compareceram apenas 40 pessoas. Uma mulher que fora a bordo, despedir-se dos reis, aproximando-se da rainha Amélia beijou-lhe a mão, extraordinariamente comovida. D. Amélia, cheia de magoa, disse nunca supor ser tratada com tanta indiferença pelos portugueses que mostram-lhe sempre amizade. D. Amélia desfalleceu ao concluir essa phrase. D. Maria Pia estava bastante abatida, por ocasião do embarque. O rei D. Manoel o infante D. Affonso estavam bastante animados (A Nação, de 7 de outubro de 1910).

Essa notícia evidencia que as amizades davam notabilidade. Não é à toa que a senhora que vai-se despedir da família real passa mal quando as atenções à sua pessoa foram formais sem cumprimentos de intimidades, fazendo a se sentir desvalorizada e pouco reconhecida na sua angústia pela mudança da família real para a França.

Dessa seleção de notas apresentadas, decorrem alguns enunciados:

- a) Mulher também pode participar de diretoria de clube social, desde que a presidência seja masculina, exceção para agremiações só de senhoras;
- b) Criança em festa de gente grande só atrapalha.

O universo feminino sempre teve, na questão da moda, uma ênfase muito grande. No imaginário feminino e também no masculino, cabia à mulher zelar não só pela sua adequada apresentação no vestuário rigorosamente dentro dos ditames da moral, quanto ao cuidado pelo bom gosto em escolher aquilo que se considerava na moda à época. Desta sorte, os anúncios que se encontram nos jornais deram conta de oferecer artigos considerados indispensáveis para o bem trajar de senhoras e senhoritas:

Casa de modas em chapéus. Para Senhoras. Rua Duque de Caxias ao lado do Hotel Nacional (13 de novembro, 16 de novembro, 17 de novembro e 18 de novembro). *Avisamos à nuestra numerosa y distinguida clientela, señoras e señoritas, que acabamos de recibir um esplendido surtido em formas y adornos de los mas modernos, creado em la moda, lo que ponemos à su disposicion. Izabel y M. Ferrua* (A Notícia, de 14 de novembro de 1899).

Casa da Moda para Chapéus de Senhoras. Margarita e Izabel Ferrua. “Avisamos as exmas. senhoras e senhoritas desta cidade, que durante todos os dias da corrente semana fazemos exposições nas vitrines de nossa casa de chapéus e todas as classes e feitios. Grande sortimento de flores, plumas e demais enfeites da ultima moda que se vendem com 50% de abatimento por liquidação de negócios. Uruguayana - Rua Duque de Caxias até 31 -12 - 1901 (A Notícia, de 4 de dezembro de 1901).

Observa-se, nessas duas notícias, que são duas as mulheres proprietárias do estabelecimento que comercializa chapéus e outros artigos femininos. Por ser localizada na fronteira, cidade de Uruguaiana, uma das notícias, inclusive, fora redigida em espanhol. A língua espanhola era de fácil entendimento entre as cidades vizinhas naquela região do Estado, sendo facilmente encontradas algumas expressões em uso no lado brasileiro.

Sabendo-se que o interesse por artigos de moda é tido geralmente como prioritário para o universo feminino e secundário até certo ponto para o masculino, é facilmente compreensível o anúncio que dispõe do oferecimento começando pelas mulheres:

Preço Fixo de Tancredo Fontoura.

Casa commercial recentemente fundada na cidade do Itaqui tem um excellent sortimento de fazendas de todas as classes objetos de moda próprios a senhoras, finíssimo surtido para o sexo masculino e um grande Armazém de Molhados capaz de satisfazer ao mais exigente dos fregueses. É a mais barateira das casas do Itaqui (A Notícia, de 3 de março de 1900).

Nota-se, ainda, que se aposta na novidade: trata-se de uma “Casa commercial recentemente fundada na cidade do Itaqui”. As casas tradicionais contavam com o reconhecimento da comunidade, pelos longos anos dedicados a bem servir às famílias locais. Mas o novo é sempre visto como sinal de algo inesperado. Daí, a aposta na novidade como estratégia comercial para lidar com a concorrência do tradicional: a novidade chama a atenção, ainda mais em se tratando de moda.

O destaque dado à palavra moda nos reclames e a garantia da qualidade dos produtos oferecidos constituem-se num atrativo capaz de chamar a atenção dos olhos e de instigar o interesse pelo que se anuncia:

“Gravatas de pelle para senhoras e artigos de excellent qualidade de 2.500- 900 - 3.500 - 4.000 - 5.000 e - 6.000 cada uma. Venda a Dinheiro” (A Notícia, de 17 de novembro de 1905).

“Casa da Moda. Tem sempre da ultima moda sortimento completo de artigos. Fazendas finíssimas para *toilettes* de bailes, concertos e etc.” (A Notícia, de 17 de outubro).

“Moda - inicia amanhã sabbado 24 de abril a exposição de chapéos de senhoras modelo inverno. Casa Del Priore” (A Nação, de 27 de abril de 1920).

Destaca-se, nesse conjunto de reclames que apelam à vaidade feminina, alguns enunciados facilmente perceptíveis que colaboram para a constituição do imaginário feminino:

- a) mulher precisa sempre andar bem vestida, o que significa entender de moda;
- b) é um “pecado” a mulher não acompanhar o que a moda dita;
- c) é preciso estar atenta para as últimas novidades;
- d) não basta à mulher vestir-se adequadamente, é preciso que se vista com a qualidade que está na moda.

Mas a vaidade feminina nunca foi explorada apenas no quesito vestuário. Também os produtos de embelezamento concorrem para que a mulher possa ser vista como “bem apresentada” socialmente:

Mocidade e Beleza. Uma moça formosa que não possuir um cabelo abundante, lustroso e sedoso perde todo o esplendor de sua Belleza: ao contrário uma moça feita que possuir um cabelo bastante sedoso e brilhante torna-se elegante e admirável, pois o cabelo é o primordial elemento para o adorno.

O Cabelo, pois deve merecer muito cuidado. Todos devem usar a água de Quina - Moura, que é um preparado higienico, de aroma delicioso, estimula o crescimento do cabelo torna-o brilhante e sedoso.

A Água de Quintina A Moura é o cosmético mais recommendavel e o único preparado que destrói rapidamente as caspas.

A Água de Quintina A Moura não é preciso fazer apologia, pois o seu renome é espalhado pela trombeta retumbante da fama e decantado pela voz altisonante do povo.

A Água de Quintina A Moura vende-se em todas as bem sortidas casas de modas, livrarias, barbearias e todas as boas pharmacias e drogarias (A Notícia, de 4 de dezembro de 1901).

A beleza, aqui, aparece associada à condição da mocidade. Mas não basta ser jovem e formosa, se não houver o cuidado necessário para com os cabelos. Aqui, no imaginário feminino e também masculino, o cabelo - que é tido como “o primordial elemento para o adorno”, se não for “abundante, lustroso e sedoso” faz a beleza feminina perder todo o seu “esplendor”.

Observa-se, até aqui, que está sendo tratado do cabelo das mulheres brancas da época, mesmo que no anúncio o produto seja apresentado como renomado e “espalhado pela trombeta retumbante da fama e decantado pela voz altisonante do povo”, que, naturalmente, não era composto apenas de pessoas brancas. Mesmo assim, contraditoriamente, o anúncio diz que “todos devem usar”, sendo de fácil achado em estabelecimentos de “casas de modas, livrarias, barbearias e todas as boas pharmacias e drogarias”.

Tornar-se “elegante e admirável” implica ter cabelos da natureza prometida pelo produto anunciado. A mulher que não tivesse cabelos que pudessem ficar “abundante”, “sedoso”, “lustroso” e “sedoso”, não teria, então, “boa aparência”, não podendo tornar-se, portanto, “elegante e admirável”.

O apelo à inteligência feminina na hora de escolher seus produtos de beleza soa como um sinal de respeito à sua cognição, mas, contraditoriamente, se apela fortemente para o componente da vaidade, mesmo que para isso se distraia sua atenção com boa parte da

argumentação envolvendo assunto complementar, mas de forte atrativo ao ponto de a notícia principal não ser concluída no texto:

João Ferreira & Comp. vendem dois successos trescuriosos para carreira e suocencia.

Campo a venda
Vende-se uma tração de Campo de 1ª qualidade no Quarto districto deste município, no lugar denominado Gungalo, junto a Estação Vovro-Passo da Estrada de Ferro de P. A. à U. todo aramado e dividido, em duas invernações e um poteiro, contendo matias no fibrocay, com cercas a cinco fios e matarias de ley, com aguada todas permanentes; quem interessar dirija-se ao proprietario, Claudonor Freitas no Estabelecimento o Alegrete.
N. 883 (2ª ordem)

CHACARA—VENDE SE
uma magnifica chacara, com boas accommodações para familia.
Tem poteiro para animaes e é toda fechada.
Informações nesta redacção.
N. 172

Padaria da União
—DE—
Esta antiga e conhecida casa tem sempre em depozito de cereaes: farinha de trigo das famacasmarcas Flor CO. Extra CO. Double CO. de centeio, milho, cevada, trigo em grac e soccado, aveia, milho P. e os mais e de a lfa e muitos artigos de consermentes e sorramos superiores, biscoute, etc.
IRIRIGUAYANA—RUJA TIRADUITES
(N. 100)

N. 938

SABONETE BELLADONA
Invenção Resguardada

Este maravilhoso sabonete embelleza, amacia e restabelece de novo a pelle estragada pelas doenças cutâneas e pelo uso de sabonetes e pós de má qualidade. Estingue as caspas, espinhas e outras moléstias da pelle.

A grande fama que goza, o Sabonete Belladonna, não tem a sua origem em pomposos annuncios, nem consiste em luxuosos empacotamentos, mas sim: da sua superior qualidade, como sabonete delicado e de effeitos poderosos, que com o uso delle produz sobre o corpo humano. Composto com azeites finos e vegetais, e outros materiais de valor, este sabonete acciona sobre a pelle a maior limpeza, abrindo sempre os poros cutâneos, para a propria ventilação externa do nosso sangue.

Antes desta vantajosa physica, o fabricante contendo em suas considerações, em quantidades de 100.000 sabonetes 100 premios no valor total de 2.000.000. São acompanhados os sabonetes com cupons numerados de 1 a 100.000, dos quaes os primeiros, todos que tiverem com 2 no seu termo e premio de 200.000, os que finalizar com 1 no termo, o premio de 200.000 e o que tiver 3 no seu termo recebe o premio grande actual de 2.000.000.

São portanto distribuidos 100 premios sendo: 90 de 200, 9 de 2000 e 1 de 2.000.000.

Depois
AGUA JUVENIL, extingue as veredas, manchas e pempas, por completo, usando esta essencia absoluta, alguns gotas em banhos, sobre banhos extraordinariamente a pelle, dando a mesma cor natural.
ESSENCIA FORMOSA, com alguns gotas desta maravilhosa essencia, curam-se as dores mais revoltosas dos dentes, não dá um mais, nem apodrecem, como acontece com os remedios venenosos.
OLEO DE COCO, rectificado e perfumado para evitar a queda dos cabellos e augmentar o crescimento dos mesmos.

Nesta cidade, vende-se em todas as lojas perfumarias, farmacias e outras que vendem sabonetes.
O Fabricante—*Carlos de Mont-verde*
Depositaris em Uruguayana Kramer
Leões & Comp.
N. 986

HOTEL DO COMERCIO
—DE—
J. Peregrino Gonçalves

homens
Cosinha de 1ª ordem
Preços
H. CANALE H.ºs. (proprietarios)
NOTA—Descuidar das pessoas oretoras do hotel e que no portão guarda contra para lerrar sobre
n. 956

Banco Pelote
—Patris—Re—Grande—Un
CONTAS CORRI
COM RETIRADAS L
Contas e letras a pr

Cobranças de juros e dividas gerenas, estafadas e ranchos e debenture, do Banco e

Compra e venda de quaisquer outros titulos e Companhias.

Cobranças
empresarias de quaes quer naturezas em todos os departamentos do Brasil.
Vende e compra sobre para qualquer parte do Brasil e para a Argentina e Uruguay e Dependencias.

Endereço telegraphico
Expediente das 10 da

O Elixir de N
do pharmaceuti
JOAO DA SILVA
Approved pela Exma. Jus de Janeiro e premiado nas g Chicago 1883—Estado do Rio E' um poderoso
Anti-syphilitico
Anti-rheu
Anti-e
Anti-

E' o depurativo do sangue curas assombrosas Milha pontanos tendo sua fama

Para evitar confusões exija-se
AUTO
Vende-se em todas as pharmacias ou casas de taio do Brasil.

Figura 4 - Sabonete Belladonna

Sabonete Belladonna. Invenção Resguardada. Este maravilhoso Sabonete embelleza, amacia e restabelece de novo a pelle estragada pelas doenças cutâneas e pelo uso de sabonetes e pós de má qualidade. Estingue as caspas, espinhas e outras moléstias da pelle. A grande fama que goza, o Sabonete Belladonna, não tem a sua origem em pomposos annuncios, nem consiste em luxuosos empacotamentos, mas sim: da sua superior qualidade, como sabonete delicado e de effeitos poderosos, que com o uso delle produz sobre o corpo humano. Composto com azeites finos e vegetais, e outros materiais de valor, este sabonete acciona sobre a pelle a maior limpeza, abrindo

sempre os poros cutâneos, para a própria ventilação externa de nosso sangue. Além destas vantagens físicas, o fabricante concede aos seus consumidores, em uma série de 100.000 sabonetes 100 prêmios no valor total de 5.600\$00. São acompanhados os sabonetes com cupons numerados de 1 a 100.000 dos quais números, todos que findar com 3 zeros tem o prêmio de 20\$000, os que findar com 4 zeros, o prêmio de 200\$000 e o que tem 5 zeros finais recebe o prêmio grande ao final de 2.000\$000. São portanto distribuídos 100 prêmios sendo: 90 de 20\$, 9 de 200\$ e 1 de...2.000\$000.

Água Juvenil, extingue as sardas, manchas e pânulos, por completo, usando esta essência absoluta, algumas gotas em banhos, embelezam extraordinariamente a pele, dando a mesma cor natural.

Essência Formosa, com algumas gotas desta maravilhosa essência, curam-se as dores mais revoltosas dos doentes (dentes?), não dói mais, nem apodrecem, como acontece com os remédios venenosos.

Óleo de coco, retificado e perfumado para evitar a queda dos cabelos e aumentar o crescimento dos mesmos.

Nesta cidade, vende-se em todas as lojas, perfumarias, farmácias e outras que vendem sabonetes. Fabricantes - Carlos de Monteverde. Depositários em Uruguayana- Kramer Leaes & Comp (A Nação, 11 de setembro de 1909).

Anúncios de produtos são feitos e endereçados para quem possa consumi-los. No caso dos quatro produtos listados no reclame, o destinatário são as mulheres. Mas não todas. Nota-se, por exemplo, que a “Água juvenil” faz referência a “sardas”, que somente são encontradas em mulheres brancas. Aqui, mais uma vez, como no anúncio do produto para cabelos do reclame anterior, está-se pensando nas mulheres, mas não em todas, apenas nas brancas que, supostamente, teriam as condições econômicas para adquiri-los.

A vaidade feminina deve seguir algumas normas de comportamento e postura, para evitar a vulgaridade, ou, até mesmo, para não ser confundida com as cortesãs. Para tanto, deve-se ter todo o cuidado, que vai desde a escolha dos cosméticos, das vestimentas, do uso do perfume – que deve por regra ser suave –, assim como a maquiagem muito leve - quase imperceptível; a escolha dos lugares a ser freqüentados, as pessoas com as quais se convive, a freqüência aos cultos religiosos aos domingos com a família também passam por todo um controle. Todos esses cuidados lhe dão uma condição feminina aceita e valorizada na época.

Também os produtos indicados para a promoção da saúde feminina são colocados em anúncios que disputam a preferência das mulheres por suas marcas. É interessante perceber nestes reclames a existência, por exemplo, de duas marcas de medicamentos à base de óleo de bacalhau que evidenciam a relevância de se ter a preferência das mulheres na hora da compra:

Emulsion Martinez. O melhor reconstituente para os enfraquecidos! O poderoso fortificante para as crianças de tenra idade e para mães que amamentam seus filhos. Não repugna ao paladar, apesar de ser preparado com poderoso óleo de fígado de bacalhau. Este poderoso remédio está recomendado pelas principais notabilidades medicas da América do Sul, como o melhor dos reconstituintes no gênero. Agrada ao paladar e não contem substancias nocivas (A Notícia, de 12 de janeiro de 1902).

Emulsion de Escott. Compuesta de aceite puro de hígado de bacalhau de Noruega, com Hipofoffitos de cal y de soda. Es la cura más rápida, más permanente y más positiva de la ANEMIA.

Esta enfermedad ataca com más frecuencia à las mujeres, debido à que la sangre de las mujeres contiene más águas menos sustaneo mineral que la del hombre. La Elmulsión de Scott es el. Regenerador de La Sagre. Por excelência, la purifica, la nutre la enriquece, restituy as cuerpo lãs carnes y lãs fuerzas, y dá al rostro el color resado de la buena salud. Es el reconstituyente más poderoso y más eficaz, tanto para la nina que va à la escuela, como para la madre que cria. Muy superiora todos los vinos tónicos, píldoras y preparaciones de hierro que se recomiendan, los cuales ennegrecen los dientes; enferman el estómago; causam estrñimiento y no curan la Anemia. Nuestra marca de fabrica representada por um “hombre llevando à cuesta um gran bacalao” se encontrará adherida à lãs cubiertas de papel color salmón que envuelven los frascos de la Emulsion de Scott Legítima. Emulisiones que carecen de ésta marca deben rechazarse como producto inferiores que no tienen más semejanza com la Emulsión de Scott Legítima que la que hay entre uma moneda buena y outra falsa. La de Scott cura. Las imitaciones empeoran. Scott & Bowne. Químicos. Nueva York (A Noticia, de 27 de julho de 1906).

O primeiro anúncio apresenta um produto sul-americano, feito à base do óleo de bacalhau, e, apelando ao sentimento da nacionalidade, ampara-se na autoridade médica sul-americana e enfatiza que não possui substâncias nocivas à saúde:

“Este poderoso remédio está recomendado pelas principais notabilidades medicas da América do Sul, como o melhor dos reconstituintes no gênero. Agrada ao paladar e não contem substancias nocivas”.

Trata-se, nesses dois anúncios, de dois produtos que se apresentam como fortificantes da saúde para crianças e mulheres. O segundo, de fabricação estrangeira, invoca no seu anúncio a condição de ser o produto legítimo, fazendo um apelo a que o público saiba distinguir e recusar imitações. Redigido em espanhol, pelo motivo de que visava a alcançar também argentinos ali residentes ou do outro lado daquela fronteira, mas, também, pela proximidade da cidade de Uruguaiana com outras cidades uruguaias de língua espanhola:

Nuestra marca de fabrica representada por um “*hombre llevando à cuesta um gran bacalao*” se encontrará adherida à lãs cubiertas de papel color salmón que envuelven los frascos de la Emulsion de Scott Legítima. Emulsiones que carecen de ésta marca deben rechazarse como producto inferiores que no tienen más semejanza com la Emulsión de Scott Legítima que la que hay entre uma moneda buena y outra falsa. La de Scott cura. Las imitaciones empeoran.

A importância do testemunho de uma autoridade médica nacional no reconhecimento de um produto de origem estrangeira também foi estratégia utilizada pelo segundo produto, visando conquistar a simpatia das mulheres no momento da compra de medicamentos fortificantes para si e para sua família:

Cada vez mais me convenço. O distincto especialista das moléstias das senhoras e das crianças, o dr. Victor David, do Rio de Janeiro, doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, numa delicada carta dirigida aos senhores Scott & Bowne, afamados chimicos de New York, diz em parte o seguinte: “Tendo empregado a Emulsão de Escott com os maiores resultados em diversas moléstias, taes como na tuberculose, no rachitismo das creanças, nos longos annos cada vez mais me convenço que é um produto pharmaceutico, de composição racional e de fácil assimilação, pois já vae preparado para ser absorvido pelos vasos chyleferos, entrando no organismo para reparar os seus prejuízos, o que vem provar o juízo seguro que fazemos de sua aplicação nas moléstias debilitantes”. Terminando direi que a Emulsão Escott é um alimento reparador para as pessoas enfraquecidas, principalmente para as senhoras no estado de gravidez e durante o aleitamento (A Nação, de 9 de dezembro de 1905).

No anúncio de um outro produto, agora destinado especificamente à saúde feminina, percebe-se o interesse pelos produtos estrangeiros. Interessante é notar, que neste anúncio o medicamento concorrente é citado nominalmente, afirmando-se, inclusive, que possui “inconvenientes”.

La Salud de la Mujer. Na Drogeria e pharmacia de Roch, Capdecill John & Comp. Montevideo. “Cura as hemorragias, as Leucorreas as Flores brancas, Transtornos na Menstruação, Inchação do Ventre, Catharro Cervical e todas as demais enfermidades do Útero, por mais antigas que sejam. Este poderoso remédio, é superior à Argentina, Apiolina e etc. pois que além de resumir todas as propriedades desses medicamentos não possui os inconvenientes dos mesmos (A Notícia, de 4 de dezembro de 1901).

Na constituição do imaginário feminino à época, percebe-se a existência na hora da escolha de ter que se decidir por um produto nacional ou de origem estrangeira, de um forte apelo

à sensibilidade e responsabilidade da mulher para consigo mesma e para com a sua família. Produtos estrangeiros são vistos com o mérito de serem usados, acredita-se, também em outros países considerados mais desenvolvidos, como é o caso da Emulsão de Scott fabricada por químicos de Nova York. Por sua vez, os produtos fabricados no próprio país levam ao crédito de serem feitos em função das necessidades desse próprio país, o que sugere que foram fabricados em função de toda uma realidade que se conhece muito bem. Dessa forma, se o produto estrangeiro apresenta a fama de ser utilizado por pessoas de outras partes do mundo considerado mais desenvolvido, os produtos medicamentosos nacionais amparam-se no fato de que procuram atender naquilo que se faz sentir de mais imediato da realidade nacional.

O forte apelo aos testemunhos de autoridades médicas, para a promoção de medicamentos, é corroborado também pela presença de testemunhos de pessoas que possuem autoridade em outra área que não a médica na comunidade. Nesse caso, o depoimento adquire maior valor porque seu autor faz referência a acontecimentos em sua própria família: sua mulher e sua filha. Para não limitar a eficácia do medicamento a duas situações específicas, o autor faz, ainda, referência à extensão dos bons resultados colhidos com o seu uso em muitas pessoas pobres da região em que vive:

A Nova Medicina. Não posso deixar de felicitar-me pela feliz hora em que tive em mãos o livrinho “O Novo Médico”, de Souza Soares. Minha senhora, há muitos anos em tratamento medico em Uruguayana, sem colher resultado, acha-se hoje completamente boa, com os específicos do Novo Médico do Visconde de Souza Soares. Minha filha que abortou doze vezes, com a Uteririna nº 2 conseguiu corrigir esse mal e hoje está criando um filho, uma criança robusta e bem disposta. Aplicando aqui em campanha os Específicos de Souza Soares gratuitamente em muitas pessoas pobres, tendo colhido muito bons resultados, em molestias do fígado, estomago, partos, febres diversas, delirium tremens e muitas outras. Annibal Antão Proisco Servolo, Oficial reformado do exercito e coronel da Guarda Nacional. Cayboathé, Município de Uruguayana, Rio Grande do Sul. A venda nas principais drogarias e pharmacies (A Nação, de 14 de dezembro de 1905).

Também chamava a atenção da leitura feminina, à época, anúncios de remédios apresentados como infalíveis para diversas moléstias, atestados pela autoridade de algum “farmacêutico” de renome:

Saúde da Mulher. Preparado pelo pharmaceutico Joaquim Lagunilla. O remédio infallivel. Contra as hemorragias do útero, contra a irregularidade da menstruação, cura a Leucorrhêa, flores brancas, e o catarro cervical etc., etc. A venda no único deposito de Uruguayana casa de Miguel Vieira (A Notícia, de 3 março de 1900).

“Saúde da Mulher. A vida das senhoras, preparado por Joaquim Lagunilla, procurem na - Pharmacia Moura- Rua Duque de Caxias nº 83. 955” (A Notícia, de 6 de julho de 1902).

Mulheres portadoras de enfermidades há algum tempo e que se reconhecem curadas pelo uso de um determinado medicamento, são utilizadas por fabricantes ou comerciantes para a promoção de seus produtos:



Figura 5 - Os cuidados com a saúde feminina

Kisto no Útero [Foto feminina]. Leonor Siqueira Aragão. Leonor Nunes Siqueira Aragão, residente na cidade de Pesqueiras, à rua 15 de Novembro, declara que se achando sofrendo durante o espaço de 3 anos, dois dos quais esteve em Recife, tratando-se com diversos médicos, sem conseguir melhoras, os quais diagnosticaram sofrer eu de um kisto no útero e ser preciso fazer uma operação. Recolhendo-me ao hospital Pedro 2º não quis sujeitar-me a intervenção cirúrgica, porque julgava sucumbir na operação, obtendo alta deixei o hospital. Ao regressar a casa resolvi usar o Santo Remédio: Elixir de Nogueira do Phamaceutico chimico (químico) João da Silva Silveira e com o uso de 6 vidros apenas, consegui ficar curada de tão terrível moléstia. Como prova de reconhecimento, auctoriso a publicação do presente - Leonor Siqueira Aragão. Pesqueira, 26 de abril de 1913 (A Nação, de 7 de setembro de 1919).

O depoimento feminino acerca de alguma enfermidade própria de mulheres curadas pelo uso de um medicamento específico, quando diversas tentativas de intervenção médica não deram resultado, por certo iria provocar o imaginário de mulheres em situação semelhante, contribuindo, assim, para a venda do produto: “com o uso de 6 vidros apenas, consegui ficar curada de tão terrível moléstia”.

No que tange à legitimidade da publicação de tais depoimentos, os anunciantes zelam para que eles sejam considerados como autorizados e de livre e espontânea vontade feito por mulheres que foram pelo seu uso reconhecidas como curadas. No caso a seguir, o depoimento busca notoriedade junto ao público feminino, amparando-se, ainda, no fato de que se trata de uma mulher de outro Estado:

A Saúde da Mulher. Cura incômodos de senhoras. “Srs. D. Olga Ferreira Esteves. Srs. Daudi & Oliveira - cura, radicalmente, com A Saúde da Mulher, de alguns incommodos próprios do meu sexo, venho espontaneamente atestar a elficacia de tal medicamento, que aconselho a todas as senhoras”. Laboratório - Daudt & Oliveira - Rio. Olga Ferreira Esteves (Rio de Janeiro) (A Nação, de 7 de setembro de 1919).

O importante seria não só a venda direta desses produtos, mas garantir o investimento do público feminino na sua divulgação. Isto é, não bastaria que os produtos fossem adquiridos pelas mulheres, era necessário que estas, além de adquiri-los para casos específicos de enfermidades suas, pudessem promovê-los em suas conversas domésticas ou sociais para outras mulheres portadoras dessas moléstias. Então, a divulgação seria, por um lado, pelo fato de alguma mulher portadora de tais moléstias ter sido curada e, por isso, estar recomendando como milagrosos para outras que ainda estejam sofrendo desse mal. Por outro lado, se não fossem portadoras de moléstias da natureza anunciada, pelo simples fato de terem lido em

jornais o depoimento de outras mulheres que do medicamento fizeram uso e se dizem curadas, poderiam bem informar conhecidas suas que sofressem de moléstias iguais ou que conhecessem alguém que estivesse sofrendo para retransmitir a informação.

O comércio dos medicamentos visava a mulheres não só como possíveis consumidoras desses produtos, como também como suas promotoras. Ao jornal, por sua vez, interessava tais anúncios, pois que a atenção feminina não se limitava aos reclames de notícias sociais e de ofertas de vestuário e adereços de moda.

Também a oferta de serviços médicos são objeto da leitura de mulheres nos jornais. Haja vista que, neles, se anuncia o tratamento de moléstias e de doenças específicas da condição feminina:

Dr. Pedro Armando Lartigau. Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - Ex-interno, na mesma capital, do Hospital geral da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital particular - Casa de saúde Dr. Eiras. Especialidade: - Cirurgia, vias urinarias, partos, moléstias de senhoras, moléstias nervosas e mentaes. Consultas e chamadas a qualquer hora em sua residência Rua Duque de Caxias nº 37. Assistência gratuita aos pobres (A Notícia, de 20 de outubro de 1899).

“Dr. Rego Lins. Diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Aceita chamados para esta cidade, campanha e municípios visinhos. Consultas grátis aos pobres. Residência: rua 13 de Maio nº 56 Uruguayana” (A Nação, de 13 de setembro de 1906).

Destaca-se nos reclames a ênfase dada à formação do médico, apresentando-o como diplomado por uma faculdade de Medicina, estando, portanto, apto, à época, para o exercício dessa profissão. Também chama a atenção o oferecimento de consulta gratuita às pessoas pobres.

Por meio dos pobres, o médico, também pode-se tornar conhecido das famílias abastadas, pois só irá chamar o médico, o pobre doente que está sob a guarda de alguma família de posses. Na verdade, o quem chama não é o doente, e sim o seu patrão ou a sua patroa que leu o anúncio no jornal. Pobre poderia, afinal, gastar dinheiro comprando jornal? Só assim os de poucas posses teriam um atendimento médico, do contrário eram cuidados com remédios e chás caseiros.

Também o oferecimento de tratamento em sanatório estrangeiro, para “epidemias próprias de *las mujeres*”, são objeto da atenção das mulheres quando da leitura dos jornais locais. Neste reclame a redação foi feita em espanhol: trata-se de uma clínica em Montevidéo, no Uruguai, próximo da região em que o jornal que o publicava era produzido. Os motivos

são os de alcançar também pessoas de outras nacionalidades que residiam ali naquela região. Como se sabe, o idioma espanhol sempre foi de fácil entendimento na região.

“Sanatório - 25 de janeiro. *“Del Doctor Poney. Calle Cuareyn 86 Montevideo. Tratamento de las Epidemias próprias de las mujeres. Pension diária \$ 4. Operaciones cirurgicas precios convencionales”*”.

Notícias referentes ao estado de saúde de mulheres da região também são visíveis nos noticiários da época, importando perceber, aqui, como a sociedade se solidarizava com tais comunicações, em função da matéria muitas vezes publicada apelativamente, nesse sentido, pela imprensa local. Em algumas vezes o nome feminino é suprimido, bastando que aparecesse o nome do “consorte”:

“Esteve ligeiramente enferma a exma. esposa do nosso bom amigo Nicolau Ugarte. Esteve ligeiramente enferma em dias da semana passada a senhorita Clotildes Marengo. Aparecida enferma está, porém, já livre de perigo, motivo pelo qual felicitamos (A Notícia, de 4 de dezembro de 1901).

Noutras vezes, mesmo quando aparece o nome feminino, esse se fazia acompanhar do nome masculino que lhe conferia reconhecimento de consorte na comunidade:

“Tem estado enferma, a respeitável senhora de Gregório Thevenet, modelar consorte do nosso bom amigo Lorenço Thevenet” (A Nação, de 9 de dezembro de 1905).

Hontem á noite acometida de uma congestão pulmonar a Exma. Sra. D. Odila Carvalho Teixeira, digna consorte do nosso companheiro de trabalho Dr. Rafael B. Teixeira. O estado da distinta enferma é grave. Fazemos votos pelo seu pronto restabelecimento (A Nação, de 8 de maio de 1911).

Também quando se trata de senhoritas, o nome masculino do pai acompanhava na comunicação jornalística:

“Tem estado enferma, guardado o leito, a senhorita Flora de Oliveira Tavares, dilecta filha do nosso distinto correligionário e amigo Sr. Francisco Nunes da Silva Tavares. Que pronto se restabeleça são os votos que ardentemente fazemos” (A Nação, de 30 de setembro de 1905).

Em todos esses casos, é possível perceber a presença masculina dando respaldo à mulher, como que sem o nome e o sobrenome da figura masculina, à qual ela se liga por matrimônio ou filiação, não teria identidade. No entanto, quando se trata de senhoras, talvez viúvas, o tratamento dado a elas na notícia não dispensa o qualificativo de excelentíssima:

“Tem obtido sensíveis melhoras em seu estado de saúde, que já bastante animador, a exma. Sra. D. Elvira B. Ferrari” (A Nação, de 9 de dezembro de 1905).

“Em a madrugada de 25 do corrente foi victimada de um desastre a exma. Sra. D. Palmira Palma. É o caso que incendiando-se o cortinado do seu leito, ficou aquella senhora, que está há muito enferma, bastante maltratada” (A Nação, de 28 de dezembro de 1905).

Nota-se, em todos esses casos, um enunciado já identificado nas notícias festivas: é importante para a mulher ter seu nome ligado a um forte nome masculino. Tal enunciado se verifica também em casos de se contar com a solidariedade da comunidade na expectativa do restabelecimento da saúde.

As notícias de morte de mulheres também revelam alguns aspectos interessantes para a análise da constituição do imaginário sobre o feminino à época, evidenciando enunciados que, mesmo sofrendo alguma metamorfose do tempo e das idéias, costumam surgir ainda hoje. Destaca-se, numa dessas notícias, a longevidade alcançada por uma mulher: 120 anos; fato que nos dias de hoje seria matéria de grande destaque:

Foram sepultados no cemitério d’esta cidade, no mez de janeiro do corrente anno: 2-soldado Gabriel da Cunha, 23 annos, solteiro; bronquite. 6-Helena Elisa Preis Leães, nesta cidade, 28 annos, casada; febre typhoide. 9-Maria Antonia, viúva, d’esta provincia, 120 annos; enteralgia. 10-José 14 mezes, filho de Antonio Francisco da Silva; gastro-enterite. 14-Catharine Romero, Correntina, 90 annos; Velhice (O Guarany, de 1883).

A necessidade de ligar o nome da mulher ao de alguma figura masculina, que dê amparo ao seu na sociedade, também nos casos de notícias sobre morte aparecem:

“Noticias do Rio de Janeiro, dizem haver alli fallecido no dia 21 do corrente a respeitável Snr D. Maria Valls de Almeida. A finada era filha do Snr. Frederico Valls antigo commerciante desta praça e natural desta cidade. Aos seus numerosos parentes aqui residentes os nossos pezames” (A Notícia, de 27 de outubro de 1899).

Em alguns casos, nem mesmo o nome da falecida era mencionado, bastando que se dissesse o nome masculino, fosse do pai ou do marido, ao qual ela estava ligada:

Victimadas pelo sarampo, falleceram, em dias da semana passada, duas virtuosas senhoritas, filhas do finado Manoel Bento de Almeida, e cunhadas do snr. Severo Luzardo. Este facto produziu profunda magoa nos corações de todas as pessoas que conheceram as inditas victimas. Uma dellas era noiva do Snr. Manoel Martins de Oliveira. Paz aos seus restos e pezames à sua familia (A Notícia, de 4 de janeiro de 1902).

No caso dessa notícia, verifica-se que o pai das duas mulheres já é falecido, mas é, mesmo assim, citado o seu nome. O nome de um cunhado é citado. Cita-se, ainda, o nome do noivo de uma delas. Ou seja, três nomes masculinos, aos quais elas estão ligadas, são citados, e nenhuma vez o nome delas.

A notícia da morte de uma “venerada rio-grandense” permite perceber que, em alguns casos, o nome feminino também poderia ocupar em primeiro plano a redação da matéria, o que não dispensava, mesmo assim, a menção de sua ligação a um importante nome masculino:

D. Maria V. Caldas.

O telegrapho acaba de transmitir nos a infausta nova do passamento da respeitável matrona cujo nome encima estas linhas. Não é simplesmente diante da dor de um colega estimável, que nos curvamos cheios de respeito condoído. Fazemol-o também diante de esquife mortuario de uma patricia de educação esmerada que soube impor se pelo seu talento não vulgar, à estima e a consideração de quantos a conheceram.

D. Maroca, pois que assim era ella designada por aquelles que tiveram a ventura de conquistar-lhe a intimidade sympathica, manejava com facilidade o idioma pátrio quer fallando quer escrevendo. Ouvimol-a por diversas vezes orar sobre assuntos diversos e a palavra fluente correta e burilada, conseguia sempre prender a atenção dos circunstantes. Prosadora e poetisa inspirada, o seu gênio folgazão e alegre ageitava-se mais com a satyra que foi sempre o seu forte.

A revolução federalista trouxe-lhe como resultado a morte do esposo amado que, fazendo parte do governo provisório de S. Catharina, cahiu em poder do Coronel Moreira Cezar que o mandou fuzilar. O animo da infeliz senhora abateu-se desde então e nunca mais lhe vimos pendente d’aquelles lábios a satyra ferina com que tão bem sabia fulminar quellas a quem ridicularizava. Coberta do lucto da viuvez, chorosa e minada pela dor, acabada de transpor os humbraes da eternidade essa venerada Rio Grandense!

Que durma em paz enquanto nós rendemos, daqui deste recanto, neste rápido bosqueijo uma homenagem sincera: ao mérito da patricia illustre, da esposa dedicada e da maiternissima.

Aos seus parentes e filhos e com especialidade ao nosso velho amigo Caldas junies as nossas mais sinceras condolências (A Notícia, de 22 de outubro de 1899).

Necrologia. “D. Mimososa Caldas, victimada de uma febre typhoide, falleceu no dia 19 do corrente, na capital do Estado, a Exma s. d. Mimososa Porto Alegre Caldas, discinta e modellar consorte do nosso intellegente collega Senhor Caldas Junior, operoso director e co-proprietário do “correio do Povo” e dilecta filha também, nosso collega Senhor Apelle Porto Alegre. Com abundancia de coração, enviamos aos inconsolaveis esposo e pãe, os nossos sentimentos (A Nação, de 30 de setembro de 1906).

A notícia termina com o entendimento de que a morte é um sono, um sono em que aqueles, que foram justos e bem queridos em vida, dormem em paz. A religião católica, naquela época, enfatizava em sua doutrinação que, enquanto não chegava a hora própria da ressurreição, os justos descansavam em paz até a sua completa redenção naquele tempo propício prometido. Era essa a noção da morte que era formada na constituição do imaginário

feminino à época e que contribuía, de alguma maneira, para que, se não fosse de um todo aceitável – o que humanamente parece ser impossível –, fosse ao menos suportável da parte dos que ficavam.

A notícia jornalística sobre a morte de mulheres permite que se perceba a necessidade, para dar vulto à matéria, de citar-se nomes masculinos, o que não se verifica no caso da redação legal, publicada no mesmo meio de comunicação à época:

Faço público que estando se procedendo por este juízo e primeiro Cartório de orphãos ao inventário dos bens deixados por Amabilia Joaquina de Freitas e achando-se ausente os herdeiros Antonio Teixeira de Farias e Inocência Penha e Ataliba Teixeira de Farias, o primeiro em lugar incerto e os últimos em Concórdia, Republica Argentina, cita-se os pelo presente com o prazo de 30 dias para virem assistir a todos os termos do referido inventário sob pena de revelia. E para os fins de direito passa-se o presente que será publicado na forma da lei. Uruguayana vinte e um de junho de mil novecentos e dois. Eu Franklin Pedroso de Albuquerque escrivão, o escrevi, João da Câmara Vasques. Esta devidamente sellada, conforme F. Pedroso. Uruguayana 21 de junho de 1902. O Escrivão. Franklin Pedroso (A Noticia, de 6 de junho de 1902).

Também a necessidade de ligar o nome ao de uma figura masculina de notabilidade na comunidade aparece no caso em que na notícia aparece o nome de um rapaz falecido e de sua mãe, não aparecendo o nome do pai. A menção de ligação a um importante nome masculino, no caso, se dá com a citação de nome dos patrões do filho:

Deixou de existir no dia 17 do corrente, o inditoso jovem Diogens de Oliveira, filho da respeitavel senhora Malvina de Oliveira. O finado que contava 18 annos de idade, era muito considerado em nosso meio pela sua contracção ao trabalho. Diogens foi, desde a fundação da casa filial dos snrs. Bárbara & Filhos, empregado honesto e laborioso, havendo conquistado de todo o pessoal da casa, merecida consideração (A Noticia, de 21 de dezembro de 1902).

De igual necessidade se reveste a notícia da morte de uma mulher, tragicamente acontecida. No caso, não é citado o nome do marido, mas o do irmão:

Depois de prolongada agonia de mais de 5 dias, falleceu hoje, a 1 hora da tarde a desventurada senhora d. Idalina Palma. Infrutíferos iam sendo todos os recursos da sciencia para debellar o mal que, aos poucos, lhe consumia a existência, quando um casual incêndio ateado nas cortinas do seu leito, veio acelerar-lhe a marcha para o tumulto. D. Idalina deixa dois filhinhos menores, órfãos do seu carinho affecto. Aos seus irmãos João Palma e D. Palmira Palma, apresentamos as nossas mais sinceras condolências (A Notícia, de 13 de janeiro de 1906).

Campanhas de vacinação contaram com a participação de mulheres à época. Mesmo sendo presididas por homens, nota-se a participação efetiva de algumas mulheres da comunidade, contribuindo com alguma soma em dinheiro.

Pela Família

Termina hoje o prazo para o recebimento das quantias subscritas na lista que organizamos para se mandar vir o Serum contra a Peste Bubônica.

Como é natural devemos nesta questão proceder com Maximo escrúpulo pois que devido ao facto de não sermos bastante conhecidos, poderão, sobre nós, recahir suspeitas diante de qualquer falta.

Assim ficam todos avisados de que publicaremos quarta-feira os nomes d'aquelles que assignaram e não pagaram, no Balancete ligeiro que também nesse dia publicaremos.

Fazemos esta declaração para que não haja razões de queixas por essa falta de delicadeza que redundaria em deshonra para nós e para si a omittissemos.

Quarta-Feira providenciaremos no sentido de obter Serum.

De todas as transações que fizemos, daremos conta aos nossos leitores.

Constituem a comissão Provisória os seguintes cidadãos: Baldomero Bárbara. Eleázar de La Linde e Antonio Azevedo (A Notícia, de 20 de novembro de 1899).

Subscrição publica. Promovida pela A Noticia para se mandar vir serum Anti-Pestífero contra Peste Bubônica. Quantia angariada no dia 26 do corrente em meia hora. Quantia já publicada 410.000. Intendente Portugal (para indigentes) 200.000, Jose Affonso Wamosy 10.000, Leôncio Lago 20\$000, Carolina Carvalho 30\$000, Urbano Villella 50\$000, Theobaldo De Souza 20\$000 (A Notícia de 28 de 1899).

Subscrição publica. "Promovida pela A Noticia para se mandar vir o Serum Anti-Pestifero contra a Peste Bubônica. Quantias já publicadas, 1.310:000. Intendência Municipal 1.000:000, Cristiano Koeler 10.000, José Pedro Machado 10.000, Francisco M. da Silva 10.000, Major Balbuno de Castro 10\$000, Gasparina Dantas 20\$000, Josephina Gonçalves 10\$000, Alcides Silva & C. 10\$000, João Jacques Valença 10\$000, Maximo R. Machado 20\$000. Soma Rs 2:420\$000 (A Notícia, de 1 de novembro de 1899).

A preocupação com a saúde em nível regional se faz presente nas notícias jornalísticas da época, meio pelo qual chamavam a atenção de toda a comunidade, solicitando o auxílio de todos os cidadãos uruguaianenses para algum problema muito sério naquele momento. O que

não estava limitado à participação masculina; e foi possível perceber, quando apareceram nomes de mulheres que assinaram lista de contribuição e também a quantia por elas doadas.

Este capítulo, em que tratei da saúde e da beleza feminina, evidenciou alguns enunciados que ajudaram a compreender um pouco do que constituía o imaginário feminino nessas questões no contexto da implantação da modernidade no país, em que era preciso mostrar ao mundo que o processo de europeização aqui era possível.

Nestes enunciados, destacou-se a preocupação em ter o nome da mulher ligado a um forte nome masculino, seja do pai ou do marido, mostrando à sociedade que se tratava de uma mulher de família. Bem casada ou, no caso de ser solteira, uma senhorita, pelo sobrenome ligado ao seu nome, deveria ter tido uma esmerada educação e preparação para a constituição de uma nova família pelo casamento.

No caso de mulheres cujo nome ou sobrenome não estivessem fortemente ligados pela presença de uma figura masculina de reconhecimento na sociedade, e que precisassem trabalhar e amparar-se apenas na sua própria figura, o esforço pelo reconhecimento social parece que deveria ser redobrado. Até mesmo para, no caso de precisarem estar fora de casa por muito tempo, não serem confundidas com meretrizes.

Quanto à moda feminina, no vestuário, nos adornos e nos produtos de beleza, a oferta comercial fazia um forte apelo à vaidade feminina, dentro do requisito de que as mulheres precisavam estar bem vestidas para serem vistas como mulheres respeitáveis, porque de boa família. O exagero poderia fazer serem malvistas. Uma mulher bem apresentada, nesses termos, também servia para que a figura masculina fosse prestigiada, pois demonstrava que estava sendo bem-sucedido em sua responsabilidade de sustentar com qualidade e conforto a sua casa e com isso evidenciar cuidados com a família, em especial com a esposa.

Também a oferta comercial de produtos, para que a mulher tivesse uma boa saúde, apelam para esse requisito social necessário à mulher que era apresentada à sociedade como digna de ser uma boa esposa e de bem cuidar da família. A mulher, além de ter que se apresentar como zelosa de sua aparência física, precisava ser saudável, capaz de procriar. Nos reclames comerciais, era valorizada a voz feminina para veicular esse enunciado, pelos testemunhos que davam da eficácia de determinado produto farmacêutico, dando legitimidade à publicação.

A oferta de tais produtos para a saúde feminina, de forma freqüente na imprensa, evidencia a preocupação da sociedade em bem cuidar do sexo, à época considerado frágil e dependente.

Mas essa preocupação pode ser compreendida em um duplo sentido de significado. Primeiro, evidenciando uma preocupação com o corpo feminino, apto à procriação, disciplinarizado e normalizado não só pelos ambientes que elas poderiam frequentar sem medo de serem malvistas, mas também com saúde e encantos necessários para docilizar, disciplinar e normalizar o lar. Uma outra possibilidade de sentido estaria na preocupação social com a boa imagem masculina: era preciso que o homem demonstrasse à sociedade que tinha condições de bem cuidar de sua família, não só pela provisão do teto, da roupa, da alimentação, mas também do conforto e dos tratamentos médicos necessários à promoção da saúde da família.

Com isso, apresento que a saúde e a beleza feminina tinham um preço a ser pago pelas mulheres, o preço de serem dóceis, submissas, disciplinadas e normalizadas dentro de regras e princípios de recatamento e práticas sociais e religiosas que as faziam bem-vistas pela sociedade. Um preço majorado pelo acréscimo dos juros do poder masculino que tinha, entre seu orgulho, o fato de poder apresentar à sociedade uma mulher bem vestida, bem cuidada, bela, com saúde, mas habilmente dependente do sustento masculino, seja pelo nome do pai ou do marido. Um preço que mulheres que não se enquadravam nessa condição feminina, considerada ideal ao período tinham duplamente a pagar, pois que, mesmo sem a ostentação do masculino formal na figura do pai ou do marido protetor, elas precisavam pagar de outra forma, mostrando que também poderiam ser mulheres de bem para a época, apesar de terem que se dividir entre o trabalho para o sustento de si ou de sua família e o cuidado da própria casa.

A preocupação em evidenciar duplamente sua honestidade, pelo trabalho e pelo recato, por outro lado, as dispensava de certas obrigações que tinham as mulheres dependentes do nome masculino consideradas ideais - como, por exemplo, a obrigação de se mostrar dócil, dependente e eternamente agradecida à proteção masculina do pai ou do marido. Foram mulheres que, pela sua conduta de honestidade e de enfrentamento a valores considerados próprios à mulher considerada ideal, mostraram outras possibilidades de se viver o feminino. Assumiram sua própria vida, independentemente da presença real da figura masculina, muito embora as condições de trabalho e de tratamento dispensados a elas se dessem também na mesma forma de cobrança da sociedade, do ponto de vista de uma sociedade estritamente masculinizada em seus ditames e valores. O fato de não terem seu nome ligado a um forte nome masculino não significava que fossem liberadas da condição de submissão feminina, senão cobrada pela presença real de um pai ou de um marido, pela presença invisível da sociedade que era organizada em ideais masculinos.

4 A CONDIÇÃO DO FEMININO NA ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA

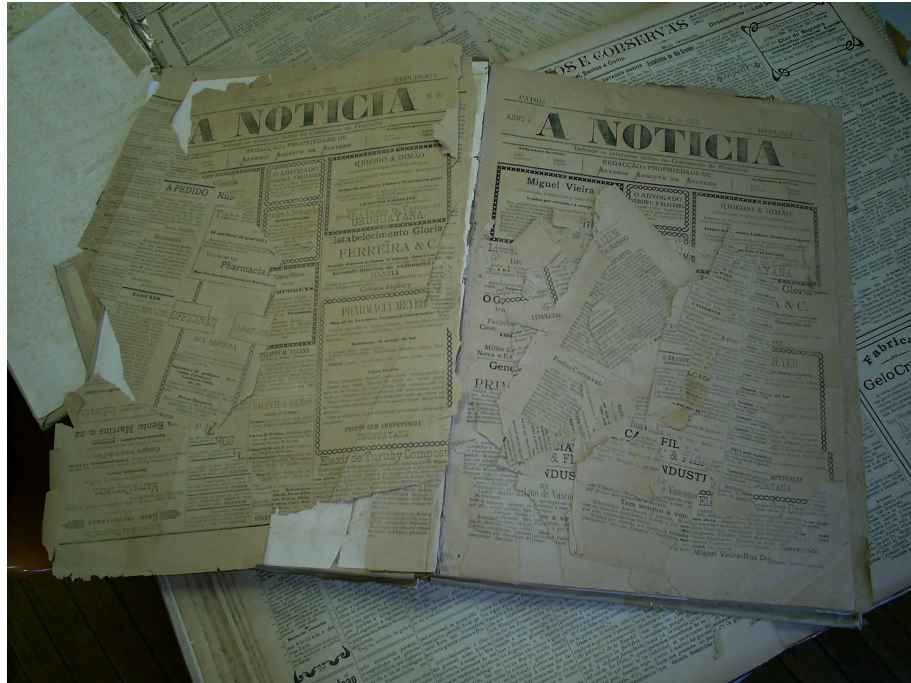


Figura 6 - Notícias que ressaltam a organização familiar

No contexto da Belle Époque, Soihet (2002, p. 363) nos permite ver que as mulheres “estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento”. Segundo ele,

Cesare Lombroso, médico italiano e nome conceituado da criminologia no final do século XIX, com base nesses pressupostos, argumentava que as leis contra o adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência, seriam despidas do sentimento de maternidade, características inata da mulher normal, e consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social.

Flores (1988, p. 105) registra a questão da organização da estrutura familiar no Rio Grande do Sul, à época, dizendo que “as famílias dos estancieiros classificavam-se como famílias extensas [...] por terem elementos patriarcais, onde o homem era a cabeça do casal e vivia com diferentes tipos de parentes na mesma casa”. Na continuidade, o autor apresenta que:

O capataz, por sua condição econômica e por ser administrador da estância, formava família estável, tendo como base o matrimônio. Os agregados, peões e escravos, por sua pobreza, constituíam famílias instáveis, gerando filhos que muitas vezes eram abandonados junto com a mãe, na nova gravidez.

“A ‘pureza’ era fundamental para a mulher, num contexto em que a imagem da Virgem Maria era o exemplo a seguir”. Segundo Soihet (2002, p. 363), que assim escreveu, retratando a condição feminina no contexto do final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX:

“Ser virgem e ser mãe” constituía-se no supremo ideal dessa cultura, em contraposição à “mãe puta”. E, assim, mulheres abandonadas expunham suas vidas em práticas abortivas toscas e apressadas, outras se desfaziam do recém-nascido nas situações mais trágicas. Transformavam-se em monstros, numa cultura alimentada pelo estereótipo do amor de mãe como instintivo, “porquanto as feras indomáveis, essas mesmas, com sua asperidade, têm amor”. Outras que arriscaram viver sua sexualidade, com outro parceiro que não seu marido, foram assassinadas em nome da “legítima defesa da honra”

No que se refere ao matrimônio, Flores (2006, p. 108-11) apresenta que “católica por tradição e por imposição do governo, a sociedade do século XIX no Rio Grande do Sul considerava a virgindade um símbolo de pureza”. Neste sentido,

o próprio casamento, dentro dos princípios de santo Agostinho, era meio de procriação, sendo condenada como pecado venial qualquer relação sexual que não fosse para aumentar a prole, por estar envolvida no prazer. As leis previam a anulação do matrimônio se a noiva não fosse virgem. [...] A facilidade com que a negra e a índia se entregavam a qualquer um, conforme depoimentos de viajantes, também contribuía para a condescendência das uniões ilícitas, geradora dos chamados “filhos das macegas”. Algumas mães, pressionadas pela miséria, ou pelas convenções sociais por pertencerem aos segmentos médio e superior da sociedade, abandonavam os recém-nascidos à caridade pública.

Sobre a dimensão educativa considerada inerente à condição feminina na família, Flores (2005, p. 113) destaca que “na dimensão espacial da vida social, cujo núcleo era formado pela família, destacava-se a mulher com sua tendência educacional e moralizadora dos filhos, preparando-os para formar nova família, conforme os preceitos da Cristandade latina ocidental”. Tais considerações de Flores (2005) mostram-se importantes aqui, porque neste capítulo trato da condição do feminino na organização da família.

A união de um casal, para ser reconhecida socialmente e assim valorizada na perspectiva da constituição de uma nova família nos parâmetros da religião, precisava percorrer antes de sua consumação os trâmites legais. O principal desses atos era a publicação, na imprensa local, do edital de casamento.

No texto que compunha o edital ficava bastante claro, de forma objetiva, o entendimento de que os documentos necessários para solicitar o enlace reconhecido pela lei foram apresentados, estando, portanto, os consortes “habilitados” para estabelecer o “contrato” matrimonial. Mesmo assim, em sua declaração, o edital abria a possibilidade de que em alguém “conhecendo algum impedimento, acuse-o para fins de direito”.

Os editais, coerentes com a objetividade perseguida pela redação legal, não usam adjetivos esmerados, como acontece nas notas da imprensa que noticiam casamentos, para qualificar os pretendentes ao matrimônio. Deixam também claro que, nos termos da lei, o enlace romântico trata-se, verdadeiramente, de um contrato firmado em bases legais, como se vê nestes dois textos, um no início e outro no fim da primeira década do século XX¹¹:

Editais.

Juízo de casamento do 3º districto do termo de Uruguaiana.

Contrataram casar-se o cidadão Leonardo Ferreira da Costa e d. Senhorita Dias Ferreira, ambos naturaes deste Estado e residentes neste 8º districto.

Apresentaram os documentos em forma legal.

Se alguém conhecer algum impedimento, acuseo para os fins de direito.

Cayboathé, 8 de janeiro de 1902.

O escrivão - Clarimundo Leal (A Notícia, de 12 de janeiro de 1902).

Edital.

Antônio Pereira do Conto, Escrivão da Provedoria e Casamentos de Uruguaiana.

Faço publico que por este Cartório habilitam-se para casar Gaspar Vieira do Amaral e dona Octacília Marques Ferreira, solteiros, naturaes deste Estado e residentes neste distrito. Se alguém conhecer impedimento, acuse-o para os fins de direito.

Uruguayana, 19 de outubro de 1910 (A Nação, de 18 de outubro de 1910).

Firma-se, com isso, na constituição do imaginário feminino à época, a importância do ato perante a legalidade da sociedade: estabelece-se um contrato entre duas famílias. Se ao homem caberá providenciar o sustento da nova família, honrando sua parte nesse contrato, à mulher caberá a responsabilidade, por sua vez, de desempenhar-se a contento no seu mister de servir ao marido, de cuidar da educação dos futuros filhos e de zelar pela administração

¹¹ Os destaques em negrito, nestas e em outras citações dos jornais que aparecem a seguir, são meus.

doméstica do lar. Isso tudo, na verdade, não está escrito nesse contrato com tais palavras. Mas são enunciados potentes que são firmados nesse momento em função da concepção tradicional de família. Nessa concepção, as responsabilidades estão muito bem divididas. O “contrato de casamento” firma, entre outros enunciados desses decorrentes, o domínio do homem por ser o “chefe” da nova família e à mulher a “submissão natural” para que o novo lar se constitua e seja bem-visto pela sociedade que o reconheceu legalmente.

No contexto da modernização acelerada da sociedade brasileira, nos moldes da implantação do Capitalismo, “a preocupação com o casamento crescia na proporção dos interesses patrimoniais a zelar. No Brasil do século XIX, o casamento era boa opção para uma parcela ínfima da população que procurava unir os interesses da elite branca. O alto custo das despesas matrimoniais era um dos fatores que levavam as camadas mais pobres da população a viver em regime de concubinato” (SOIHET, 2002, p. 368).

Conforme se observa em Pedro (2002, p. 303), quando cita a influência das idéias positivistas na disciplinarização da sociedade gaúcha,

A ditadura da República Científica, implantada no Rio Grande do Sul através da Constituição de 14 de julho de 1891 e influenciada por Júlio de Castilhos, previa o casamento monogâmico como forma de manutenção da ordem, através da disciplinarização dos indivíduos. Fazia parte desse projeto político a moralização da sociedade. O casamento civil era o destino desejado aos homens e especialmente às mulheres. Em 1893, o *Jornal Exemplo* lembrava a todos que:

O casamento civil é hoje a instituição que lança os fundamentos da família.

O casamento religioso, na época monárquica, teve seu papel importante; mas, após a vinda da República, seu efeito tem sido considerado apenas de crença [...].

Para boa marcha da sociedade, para garantia dos bens e felicidade da família, os pais sempre devem casar civilmente, embora unam-se por laços compatíveis com suas crenças religiosas.

A exigência do casamento civil, além de figurar na constituição e ser divulgado pelos jornais, era cobrada das camadas populares, num claro descompasso com a vivência dos mais pobres. Em Porto Alegre, no final do Século XIX e início do XX, “amaciarse” envolvia responsabilidades e era considerado como equivalente ao casamento civil pelas camadas populares. Entretanto, para o aparato jurídico-policial, esse tipo de relação não era considerado como casamento.

Mas um grande evento como o casamento exigia uma apresentação impecável, tanto da noiva como dos convidados. A cidade parava para ver esse acontecimento e analisava todos os convidados. Esse evento era como um desfile de moda e elegância. A noiva, o noivo, seus pais e padrinhos, seus convidados, todos se preocupavam com a imagem no bem vestir e trajar, refletindo sua condição e suas posses na sociedade. Receber um convite para uma festa dessas, em se tratando de famílias ricas, já era sinal de um *status*, motivo até para esnoabar os que

não foram convidados, e uma boa oportunidade de se relacionar com a classe poderosa. O povo se divertia assistindo de longe, ficando na praça e dela a olhar todos os convidados que chegavam. Comentavam sobre as roupas e os calçados dos presentes, contavam em detalhes o vestido da noiva, tiravam modelos para depois copiar mesmo com tecidos sem qualidade. Era uma diversão, um acontecimento na cidade, em que, mesmo não sendo convidado, o povo participava.

A imprensa também é utilizada para a oferta de tudo aquilo que se considera pela sociedade como indispensável ao conforto do casal no início da constituição da nova vida familiar. Destaque se dá à oferta comercial de “enxovaes completos” para as noivas, especificando o mínimo necessário a elas, de forma que, ao conferir sua lista, não esteja faltando nada. Um reclame, encontrado na metade da primeira década do século XX, assim apresenta esses “detalhes” que fazem parte do imaginário feminino quando se trata de sua preparação para o casamento:

Enxovaes Completos Para Noivas. “Luvas de película e de seda especialidade em seda para vestidos por preços baratissimos. Alpacas, cambraias, piquets, zephir nansut, etc. Rendas, tiras bordadas e fitas o que há de mais moderno e chic. Lenços de seda, linho e algodão, completo sortimento de perfumarias (A Noticia, de 17 de outubro de 1905).

A imprensa, que publica os editais em sua redação objetiva, também escreve notas sobre a efetivação do ato legal de firmar o contrato do matrimônio. Nessas notas a linguagem é esmerada em adjetivos, com algumas particularidades interessantes de evidenciar na análise feita.

Quatro notas extraídas do jornal **A Notícia**, publicadas no ano de 1899, dão uma amostra de como a imprensa acrescentava valor à matéria do matrimônio enfatizando os nomes não só dos nubentes, mas também daqueles que estavam diretamente envolvidos em tal “consórcio”:

Consoziaram-se hontem conforme noticiamos a Exm^a. Snr^a. D. Tiloca Carrilho e o Snr C. M. Curiós Mariano de Campos.
Paranimpharam o acto. Por parte do noivo tanto no civil como no religioso os Snrs. Coronel Maciel com sua Exm^a. Snr^a. E o Coronel Portugal com D. Amália Fabrício e por parte da noiva os Snrs: Fausto Martins Ribeiro e Chatinha Carvalho e Frederico Però com sua Exm^a. Snr^a. (A Notícia, de 22 de de outubro de 1899).

Observa-se que o tratamento, tanto para os noivos como para os padrinhos, a dois homens acrescentou-se a sua função na sociedade, coronel, ou seja, militar de alta patente. Das mulheres citadas entre as pessoas que “paranimpharam” o “acto”, faltou o nome de uma delas. Numa sociedade em que geralmente se fazia referência ao nome do homem não sendo obrigatório citar o nome da esposa, é, no mínimo, curioso que, quando todas são citadas, se deixe de mencionar uma delas. Esquecimento da imprensa? Como essa mulher e as outras da sociedade viram esse fato? Um lapso na redação jornalística? Teria sido corrigido, se assim fosse entendido?

Dois dias após essa publicação, o mesmo jornal noticia um outro “consórcio acontecido dez dias antes “no lugar chamado Cayboaté”, em que um “estimado moço” compromissou-se com uma “galante senhorita” que é “filha do fazendeiro d’aquelle distrito”. Observa-se nessa nota que o nome do fazendeiro é citado, mas não o de sua esposa:

Consociaram-se também no 3º Distrito deste termo, no lugar denominado Cayboathé, no dia 14 de outubro, o estimado moço Francisco Rosses com a galante senhorita Maria José Nunes filha do fazendeiro d’aquelle distrito o Snr. José Nunes. Testemunharam o acto por parte da noiva, Snr. Ventura Rosses e sua cunhada Zola Rosses e por parte do noivo o Snr. Pedro Nessi e D. Engracia B. de Moura. O jovem par chegou no dia 20 do corrente a esta cidade, seguindo em breve, o Snr. Francisco Rosses a negócios particulares, para Possadas. Aos Recém casados, muitas felicidades (A Notícia, de 24 de outubro de 1899).

Quando a redação legal do edital fala de contrato, a redação jornalística na apresentação de notas sociais permite-se dizer que se trata romanticamente de um “enlace” em que um “estimado moço” une-se “pelos indissolúveis laços do matrimônio” com uma “gentil senhorita”. Novamente a citação de nomes considerados de destaque na alta sociedade dão o relevo ao evento.

Uma notícia publicada na mesma data daquela anterior é apresentada como um complemento a uma notícia divulgada sobre um casamento, em que se justifica o fato pela necessidade de acrescentar que as duas cerimônias, civil e religiosa, realizaram-se na casa da família da noiva. Com detalhes da festividade, o jornal destaca a presença de pessoas “altamente colocadas d’esta cidade, citando algumas delas, todas masculinas, sendo duas de alta patente militar:

Locaes.

Como complemento a noticia dada em nosso ultimo numero sobre o enlace matrimonial capitão Marcos Curius e D. Tiloca Carvalho acrescentamos agora, que as cerimônias civil e religiosa realizaram-se em casa da família da noiva.

Tocaram durante a realização das cerimônias matrimoniaes, as duas bandas militares dos corpos aqui estacionados.

Entre as pessoas altamente collocadas d'esta cidade que alli se achavam, notamos a presença dos Snrs. Sergio de Oliveira, Felisberto Leão, Emilio Giralt, Commandante da Guarnição Tte. Coronel Maciel e Major Távaro. Findas as cerimônias religiosas, foi servida uma mesa de finíssimos doces regada por deliciosos líquidos.

As 11 ½ da noite os noivos retiraram-se, acompanhados dos respectivos paranimphos até a sua nova residência.

Ao novel mel [...] (A Notícia de 24 de outubro de 1899).

Essa publicação mostra que o casamento que se realizou é de pessoas importantes na cidade (foi realizado, em suas duas cerimônias na casa da família da noiva) que ocupam cargos de alta patente no exército de Uruguaiana, o que fica evidenciado, por exemplo, pela presença das duas bandas do exército animando a festa. Destacam os convidados como pessoas altamente colocadas socialmente, ou cidadãos enriquecidos, e, por isso, importantes na sociedade.

Ela ressalta que o casamento foi realizado “no civil e no religioso”, ou seja, dentro das normas da lei dos homens e da Santa Igreja, como um exemplo a ser seguido por todas as famílias que almejam ser respeitadas como modelos de estrutura familiar bem-sucedida.

No entanto, sabe-se que, no contexto geral de um país, que desejava acelerar sua modernização tendo os olhos fitos na Europa, essa premissa de que a organização familiar começa com um bom casamento não era possível muitas vezes na prática das pessoas marginalizadas pela condição econômica:

As moças brancas, mas pobres “sem dotes e sem casamento, abandonavam os sobrenomes de família para viver em concubinatos discretos, usando apenas os primeiros nomes”. Assim, concubinas, mães solteiras ou filhas legítimas viviam em sua maioria no anonimato.

A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto (SOIHET, 1999, p. 368).

O anúncio da realização de um casamento, publicado pela imprensa uruguaiana à época, não registra o nome da mãe da noiva. Apenas o nome de seu pai, militar de alta patente. Também não faz referência aos pais do moço:

“Unem-se amanhã, pelos indissolúveis laços matrimoniaes, o estimado moço Antonio Carvalho e a gentil senhorita Bárbara Ortiz Portugal extremecida filha do Coronel Portugal” (A Notícia, de 3 de novembro de 1899).

Ao dizer que se unirão “amanhã, pelos indissolúveis laços matrimoniaes”, a informação mostra que se trata de um casamento legal e, principalmente religioso, primeiro porque para a Igreja Católica o casamento é indissolúvel e não é permitido casar novamente e, segundo, porque dificilmente os jornais publicariam com grande ênfase um casamento que não fosse formalizado por ato religioso.

É notável, nas informações apresentadas pela redação jornalística ao noticiar casamentos, menção à condição da mulher: senhorita - ligando o nome desta ao do pai, citando-o por extenso. Isso indica que se trata de uma moça “de família”, que tem no amparo a figura paterna que lhe dá ao nome o reconhecimento de que está sendo levada ao altar segundo os preceitos morais mais rígidos da família estabelecidos pela Igreja, para “consociar-se” com alguém considerado socialmente “digno”.

“Pelos Lares. Consorcio - Consociou-se, hontem o digno moço Sr. Alcino de Castro com a gentil senhorita Verônica Pessano. Ao distincto par auguramos as mais residentes felicidades” (A Nação, de 18 de outubro de 1910).

Interessante de se notar, nessas notícias, também, é que o nome do noivo vem sempre citado primeiro. O da noiva, se faz acompanhar do nome do pai. O de pessoas que, com seu nome socialmente reconhecido, podem prestar relevância ao evento, também são citados, e os adjetivos utilizados dão conta de que se trata de “pessoas de bem” (estimado, digno, gentil, galante [...]).

Contraído o matrimônio nos moldes religiosos e segundo a legislação, a cada parte contratante cabia o cumprimento de enunciados que lhe diziam de suas obrigações. Uma delas, atribuída à mulher, era a de “dar filhos ao seu marido”. Nessa concepção, cabia a ela acolher a semente masculina, gerar o desenvolvimento em seu ventre de algo que era do homem e, no tempo certo, “devolver-lhe”: “deu à luz um seu filho”. Essa mentalidade constitutiva do imaginário feminino da época fica bastante evidente quando se lê em uma nota jornalística: “O sympatico artista Arthur Lerena teve a amabilidade de avisar-nos, muito contente, que sua esposa deu à luz um seu filho brasileiro. O intelligente actor mostra muito contentamento por esse facto. Parabéns e obrigado (A Notícia, de 3 novembro de 1899).

Nessa nota observa-se, também, que apenas o nome do marido é citado, o da mãe não, resume-se sua apresentação à condição de “sua esposa”. O mesmo fato ocorre nesta outra nota: “Deu a luz a uma interessante criança, em a noite de 28 do passado, a exma. esposa do nosso amigo José Telechêa. Parabéns (A Notícia, de 2 de julho de 1902).

A maternidade era muito importante para as mulheres casadas e vista quase como uma obrigação. A cobrança não se limitava ao marido ou à família no geral; o apelo social era muito grande. A imagem criada era de que as mulheres que não conseguiam dar à luz um herdeiro ou herdeira estavam condenadas à infelicidade eterna e seu casamento fadado ao fracasso. Na maioria das vezes elas podiam ser vistas como mulheres doentes e impossibilitadas, como se essas mulheres nunca fossem conseguir realizar-se como pessoas. A realização feminina se limitava à maternidade. Acredito que isso esteja muito mais ligado à preocupação masculina, pois o homem mostrava sua virilidade por meio da gravidez feminina - motivo de tanto orgulho para os homens. É só prestarmos atenção aos anúncios sobre nascimentos, de bebês: os nomes dos pais são os mais citados. A mulher dá à luz, mas é o pai o mais parabenizado.

Pedro (2002, p. 298), registra que “diferente do contexto nacional da Proclamação da República, no qual predominaram as idéias liberais, no Rio Grande do Sul prevaleceram as idéias positivistas de Augusto Comte, influenciando os governantes e a intelectualidade local por várias décadas”. No que se refere à condição feminina, segundo a autora,

A predominância das idéias positivistas significou a repetição, nessa região, dos mesmos discursos homogeneizadores dos papéis femininos: identificou a mulher como tendo uma natureza complementar à do homem, apresentando uma diferença que justifica sua educação específica.

Mesmo assim, significaram um certo avanço, “homens de amanhã” - coisa rara até então.

Para o pensamento positivista, divulgado em Porto Alegre pelo Centro Positivista, ser mãe era o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar. Assim, os papéis familiares de filha, irmã e esposa eram uma espécie de preparação para a função de mãe. Nesses escritos, a autoridade masculina e a submissão feminina eram compreendidos no binômio “obediência e amor”.

Nesse caso as mulheres obedeciam, porque eram delicadas e meigas (PEDRO, 2002, p. 298).

Sabe-se, no entanto, que, de maneira geral, um dos mais notáveis enunciados inferidos do contrato de casamento é aquele que diz que cabe à mulher zelar pelo crescimento forte e saudável dos filhos. Nesse aspecto, o cuidado com a alimentação deles deve ser sua

preocupação constante. O conceito de saúde, por essa época, ainda estava ligado à robustez física, muitas vezes entendida como sinônimo de gordura.

Conforme observa Pedro (2002, p. 299), quanto às principais tarefas destinadas à mulher,

para os positivistas a função feminina consistia em “aperfeiçoar a natureza humana”. Ela então deveria “agir mais especialmente sobre seus filhos, seu esposo, seus pais. Precisa ter deles um conhecimento profundo. É por isso que sua inteligência é mais sintética: tem mais contemplação concreta, mais meditação indutiva, mais aptidão para generalizar”.

Diretamente de outras doutrinas, o positivismo não afirmava a inferioridade intelectual das mulheres, mas sim que sua inteligência era completa à do homem.

O aleitamento materno era uma das obrigações da mulher para com os recém-nascidos. Porém, era comum algumas mulheres, após dar à luz, não terem leite o suficiente para alimentar seus filhos e, assim, recorriam às amas-de-leite: negras fortes e de confiança das famílias locais, que recomendavam para quem delas precisasse.

Mas esse não podia não ser o único motivo para dispor dos serviços da ama-de-leite. A vaidade também poderia ser um fator relevante na procura desta “profissional”. Alguns homens acabavam rejeitando suas mulheres nesse período de amamentação. O seio, um órgão feminino muito sensual, agora servia para alimentar uma criança; então, como poderia ser acariciado como um desejo sexual? Chegava a ser repugnante para alguns e pecado para os mais católicos. Muitas mulheres, com medo ou receio de perder seu marido, ou querendo impedi-los de buscar amantes, lançavam mão das amas-de-leite.

Os anúncios de procura ou de oferecimento destes serviços de amamentação deixavam claro que a ama-de-leite devia ser limpa e com boas recomendações: havia toda uma preocupação com os hábitos, caráter e formação desta mulher-ama-de-leite, porque havia a crença de que por meio do leite materno pudessem ser transmitidas doenças ou, até mesmo, ocorrer influência na formação do caráter daquela criança em formação: “Ama. Nesta typographia se indica, a quem precise uma ama de leite aceiada e com optimas recomendações” (O Guarany, de 9 de maio de 1880).

Também o trabalho da mulher-parteira era necessário e muito valorizado na comunidade, principalmente no interior, em que os serviços de um médico fossem de difícil acesso, fosse por distâncias geográficas, fosse por condições de oferta desse profissional diplomado ou também por questões de ordem econômica:

Parteira. Recém chegada a esta cidade onde vem estabelecer-se, fica à disposição das pessoas que carecem dos seus serviços profissionais dentro e fora da cidade. Reside inteiramente à Praça de Paysandú casa de João Zacouteguey. Chamados a qualquer hora. Assistência grátis aos pobres [...] (O Guarany, de 9 de maio de 1883).

Até a chegada do médico, quando havia este por perto, era à mulher-parteira que cabia os preparativos da gestante no trabalho de parto - uma espécie de enfermeira, forjada pela própria experiência de vida. Acontecia, também, de que tardando o médico ou na sua não vinda, era ela quem efetivamente ajudava a mulher a dar à luz. Um informativo encontrado sobre uma peça teatral, publicado na imprensa local, ilustra esse fato:

Drama Instar taneec

Personagens

Uma senhora

Uma parteira

Um médico

Uma criança recém-nascida.

O Theatro representa um quarto de cama. Um jarro com tisana e uma chávena sobre a mesinha de cabeceira. Alguns vidros de pharmacia.

Cena I

A Senhora (deitada na cama ao fundo do theatro), a parteira (mexendo um remédio em um copo com uma colher)

Parteira - Tome minha senhora, beba isso.

Senhora - Sinto que o momento fatal se aproxima. Padeço horriavelmente.

Parteira - O doutor não pode tardar e além disto estou eu aqui

Senhora - Ah! Ah! Meu Deus! (recahe sobre o travesseiro)

O doutor chega a tempo. A situação é renovada de Aristophanes. Mas a continuação pertence exclusivamente a de I' Isle d' Adam.

O doutor (vindo à bocca da scena, com um recém-nascido ao collo)

É um rapaz

Parteira - É magnífico (A Notícia, de 4 de novembro de 1899).

Também se encontra, por outro lado, notas na imprensa que dão conta de desajustamentos familiares provocados por descumprimento masculino de sua parte do contrato matrimonial:

A Pedido. “Um marido injusto e pae desnaturado. Há procedimentos tão revoltantes, offendem a moralidade publica e o dever natural. É desse quilate aquelle de que vamos tratar, e que o publico sensato e morigerado repele. Existia no município da cidade de Alegre, um casal que vivia na melhor e mais amistosa união e intelligencia, estimulando-se e respeitando-se reciprocamente.

A esposa como extremosa consorte e carinhosa, mãe, adorava e idolatrava a seus filhos e esposo. Este, não sabendo apreciar essas bellas qualidades, e desconfiado de si próprio, tornou-se zeloso.

E sem que procurasse convencer-se de seu injusto pensar, nelle continuou, não obstante as constantes provas que de sua esposa. Dessa imprudente e infundada desconfiança resultou que, esse injusto marido e desnaturado pae concebe-se a idéia de procurar um meio de reduzir sua mulher e filhos a completa miséria. Envelado por esse tresloucado e bárbaro pensamento o levou affeito, abandonando [...] (O Guarany, de 9 de maio de 1880).

A nota é “a pedido”, sem assinatura. O desprezo pelo feito é tanto que nem o nome de “aquelle de que vamos tratar” é citado. Trata-se do rompimento de um “dever natural” que resulta num importante enunciado contido no contrato do matrimônio: ao homem cabe zelar pelo sustento e conforto de sua mulher e prole. Isso ofende a “moralidade pública”.

A causa atribuída à descontinuidade da harmonia que reinava no lar é dada a ciúmes do marido, que, apesar das provas de honestidade dadas a ele pela sua mulher, o levaram a abandonar o lar, reduzindo “sua mulher e filhos a completa miséria”.

A nota é escrita num tom que provoca o repúdio nos leitores pelo acontecido, porque trata-se do rompimento unilateral de um contrato sagrado: “o consórcio”. Trata-se, ainda, do rompimento “dos laços sagrados do matrimônio”, o pecado cometido contra um dos sacramentos da Santa Igreja. Isso leva à lembrança de que um “público sensato” deve repelir tais acontecimentos, julgando pelo exposto na nota e solidarizando-se não apenas na dor sentida pela família abandonada, mas também na repulsa ao seu protagonista.

Mais do que noticiar um fato, a matéria é um alerta às duas partes consorciadas: à parte masculina, o lembrete de que sua função nesse contrato é mais do que legal, é moral e religiosa, porque “um homem deve deixar seu pai e sua mãe para compor nova família com sua mulher” e repetir o gesto do Pai Criador, gerando e criando com todo cuidado seus próprios filhos; e, à feminina, para que se lembre sempre, de que nenhum cuidado é por si só suficiente e que deverá estar sempre atenta para evitar tais acontecimentos:

“A esposa como extremosa consorte e carinhosa, mãe, adorava e idolatrava a seus filhos e esposo. Este, não sabendo apreciar essas bellas qualidades [...]”.

Nessa notícia é possível perceber a preocupação social com a manutenção da família. A atitude do marido injusto, do pai que abandona a família, deixando sua esposa e filhos na miséria, num período histórico no qual a família se torna um importante pilar para manter a ordem e garantir uma moralidade, precisava ser condenada socialmente. Atitudes como essa não deveriam ser aceitas como algo comum ou banal, mas, sim, negadas e recriminadas, pois tratava-se de uma postura indigna e desonrosa: o homem que deixa sua família passar necessidades não deveria ser merecedor do respeito do outro.

Expressões como: “ofende a moralidade”, “tresloucado e bárbaro”, mostram o quanto essa sociedade reprovava e condena o homem que abandona sua família: [...] “o publico sensato e morigerado repele”.

Mas a idéia de indissolubilidade do casamento, apesar de majoritária na sociedade católica, não é unanimidade. Notícia de localidade vizinha dá conta de debates sobre a possibilidade do divórcio: “Continua na Câmara de Montevideo, a discussão sobre a lei do divórcio, tendo a esse respeito pronunciado eloqüentes discursos o deputado Paullier” (A Nação, de 18 de novembro de 1905).

O divórcio devia ser assunto de preocupação das famílias nessa região fronteira, principalmente por se tratar de algo tão atacado pela Igreja e que afetava e tirava a tranquilidade, em especial das famílias que eram tidas como modelos. O casamento, além de indissolúvel para a Igreja, era a forma de se manter uma certa ordem na sociedade: todo homem e mulher bem-casados, trabalham e zelam pela sua família, devendo ser exemplos de pai e de mãe. A família contribuía para a manutenção da organização social vigente.

Mas, no contexto geral da *Belle Époque*, em que procurei analisar a situação específica retratada pelos jornais pesquisados, é necessário compreender com Soihet (2002, p. 368), que, no país que desejava alinhar seus passos à modernidade européia, “embora o casamento para a classe dominante fosse a única via legítima de união entre um homem e um mulher, constituindo-se para a última no ideal mais elevado de realização, era proporcionalmente pequeno o número de pessoas casadas em relação ao total da população”. E a autora explica:

O fato é que no seio dos populares o casamento formal não preponderava. Isso se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedades, mas pelos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que se soma, em alguns casos, a pretensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia (SOIHET, 2002, p. 368).

Muitos enunciados que constituem parte do imaginário feminino à época, mas que ainda hoje se verificam ao menos em parte, destacaram-se da leitura atenta das notas selecionadas para a composição deste terceiro capítulo, e podem ser transcritos com as seguintes expressões:

- a) a união de um casal só tem reconhecimento social se for legal e religiosa;
- b) o casamento é um contrato, em que as duas partes sabem muito bem o que lhes cabe no consórcio;
- c) ao homem cabe o sustento da família, por isso é ele o chefe da casa;
- d) à mulher cabe servir ao marido, cuidar da casa dele e dos filhos dele;
- e) quem casa quer casa;
- f) os laços do matrimônio são indissolúveis;
- g) é preciso casar perante os homens e perante Deus;
- h) para casar é preciso ser virgem;
- i) é preciso contrair casamento para se ter filhos;
- j) a mulher deve dar filhos fortes e saudáveis ao seu marido;
- k) a mulher deve zelar para bem atender ao marido, pois é ele quem lhe dá sustento;
- l) o abandono do lar significa o rompimento dos laços sagrados do matrimônio;
- m) o que Deus uniu os homens não podem separar.

Um traço em comum aparece ligando todos esses enunciados: a união entre o homem e a mulher deveria ser geradora de filhos, num lar em que, amparado ou não pela legislação e pela religião, cada um tem um papel definido. O papel dito próprio da mulher, de “rainha do lar”, fosse num ambiente miserável ou não, se enquadrava na política republicana de modernização do país. Nessa política, cabia à mulher o zelo pela geração e criação de filhos fortes e saudáveis, que pudessem ser disciplinados para a nova sociedade que surgia. O País, à época, era arrancado de uma estrutura agrária muito forte, deixando recentemente o trabalho escravo e substituindo-o pelo trabalho assalariado, contando para tanto com a força de trabalho do imigrante. Mas, fosse no campo ou na cidade, era preciso que desenvolvesse sua própria mão-de-obra para construir um novo país que caminhasse na marcha da modernidade européia. Ordem e disciplina eram palavras que se esperava que fossem aprendidas desde o berço, ensinadas pela mulher-mãe. Bons costumes, vida regrada e moralizada, saúde e educação suficiente para lidar com o capital e seus reflexos também no campo eram indispensáveis aprendizados desde o lar. Era, portanto, nessa perspectiva, politicamente “fundamental” o papel da mulher, observado nos moldes dos enunciados acima, encontrados na análise da condição do feminino na organização da família.

5 A RELIGIÃO NA FORMAÇÃO DA MULHER



Figura 7 - A mulher e a formação religiosa

Plutarco¹² já havia escrito que poderemos encontrar uma cidade sem muralhas e sem o uso do dinheiro, mas que jamais encontraremos uma cidade ou um povo que não tenha seus deuses, seus ritos e práticas religiosas. Uruguaiana não fugiu à regra.

Segundo Villela (1971, p. 185), “o ato primeiro da vida religiosa de Uruguaiana, indiscutivelmente assenta no Decreto nº 21, datado de Alegrete a 24 de fevereiro de 1843, pelo qual o general Bento Gonçalves da Silva criava uma Capela Curada, com a denominação de Capela do Uruguai”,¹³ passando, posteriormente, à designação de Capela de Sant’Ana do Uruguai.

¹² Plutarco (66-120 d.C.), autor grego de “Vidas dos homens ilustres”, em que biografava personagens que foram líderes na história grega e romana passadas.

¹³ Segundo esse autor, [...] “ao tempo do Império a Igreja estava vinculada ao Estado e conseqüentemente este tinha atribuições para criar circunscrições religiosas, como era o caso das capelas curadas, que criadas pelo governo, eram após entregues à curatela de um sacerdote que também podia ser indicado pela autoridade civil, de quem recebia um ordenado mensal para suas despesas” (p. 185). Conforme ele escreve, “a Catedral de Uruguaiana cuja construção teve início na segunda década deste século, somente foi inaugurada com uma missa em sua cripta no dia 4 de fevereiro de 1943” (*Sic*, p. 192).

A vida religiosa de matriz católica em Uruguaiana girava em torno da Igreja Matriz no século XIX. Villela (1971, p. 186) registra um documento em que o Imperador Dom Pedro II e a Imperatriz do Brasil eram apresentados como protetores do templo:

Sua Magestade o Imperador, atendendo ao que representarão os membros da Comissão encarregada pelo povo da Parochia de Santa Anna do Uruguay, Bispado de São Pedro do Rio Grande do Sul, de dirigir a edificação de um Templo que sirva de Matriz na mesma Parochia: - Há por bem permitir que sejam inscriptos o seu Augusto Nome, e o da Sua Magestade a Imperatriz, como Protectores da referida Matriz. E para sua resalva se passa o presente. Palácio do Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1861.
(Assignado) José Idelfonso de Souza Ramos - (Está colado o sello com o escudo e armas do Império). (*Sic*)¹⁴

A participação da mulher nas práticas religiosas constituía-se aprendizado muito valorizado para sua formação social. A importância de ser ligada ou vista em eventos que vão desde celebração de festas até cerimônias fúnebres, estava na composição do estatuto de sua boa educação, mostrando a mulher como aquela que se dedica ao outro, pois faz parte de sua essência feminina o caráter solidário, pois sua vida deve ser compartilhada abnegada, e submissa à vontade das outras pessoas. Assim, não tendo muito tempo para se perceber como uma mulher que tem desejo, e necessidades próprias, dava menos trabalho aos familiares. Aproximando-se dos santos e santas, assimila uma vida sem malícia ou pecados, segundo os preceitos religiosos.

Numa tradição da igreja católica, na promoção das festas religiosas é marcante a presença feminina:

As Festas do Espirito Santo

Realizaram-se com todo o esplendor sagrado e profano que requerem, as festas do Espirito Santo.

O festeiro Sr. Conego Gay, esforçou-se por dar-lhe o maior brilho possível e a população secundou tão louváveis esforços animando com a sua presença todos os actos da festa.

No domingo, 16 dia da solenidade religiosa, o templo encheu-se literalmente com os fiéis, offerecendo conjunto de cores das “toilettes, que esmaltavam o recinto sagrado algumas das quais não seriam desdenhadas pela mais orgulhosa odalisca.

¹⁴ Segundo registra o autor, “sòmente em 15 de agòsto de 1910, pela Bula “Praedecessorum Nostrorum” é que a Diocese do Rio Grande do Sul foi elevada à dignidade de Arquidiocese, quando foram, então, criadas as seguintes Dioceses a ela subordinadas: PELOTAS - SANTA MARIA - URUGUAIANA e FLORIANÓPOLIS” (*sic*). Uruguaiana, conforme escreve Villela (1971, p. 188), teve sua primeira paróquia (Paróquia de Uruguaiana) criada pela lei de 29 de Maio de 1846; e a segunda, a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, fundada em 8 de maio de 1928.

A missa foi acompanhada a vocal e instrumental, sendo a musica escripta pelo Sr. Toribio Guerra e executada pelas senhoras e cavaleiros que seguem:

Solos pelas exmas Sr. as e Srs.

- Lauda Mus D. Aldina Noronha,
- Domine Deus D. Julia Mendes,
- Que Tollis, D. Josephina Moraes,
- Quisedes e quoniam, J. Penaforte,
- Ao Pregador, D. Julia Barbosa
- Et Encarnatus D. Joseph.

Moraes, Benedictus, Jayme Curtoy, e o Agnus Dei (duo), por D. Josephina Moraes e Penaforte.

As mesmas senhoras cantaram nos coros em que também tomaram parte os Srs. Penaforte, Grivot, Dr. Jayme e Curtoy.

Os alumnos da 1ª aula publica cantaram o “Tantum ergo”.

A exma. Sra. D. Corina do Nascimento acompanhou todos no organ.

A execução foi em geral excelente, sendo para sentir que as péssimas condições acústicas da igreja e a elevação do coro, nos roubasse o praser de apreciarmos melhor os dotes vocaes das distintas executantes.

Todos os outros actos da festa correram bem, tendo sido brilhante a parte pyrotechnica, que nada deixou a desejar.

As cavalhadas estiveram a altura da reputação dos corretores, mostrando-se, uns, dignos descendentes dos antigos sectários da reputação dos corredores, mostrando-se, uns, dignos descendentes dos antigos sectários do Islam e os outros filhos dos guerreiros que lhe conquistaram palmo a palmo a península onde arvoraram para sempre o estandarte da cruz. Se algum por acaso rodou do ginete, foi para dar razão ao nosso folhetinista, e por culpa da perícia na arte de equitação.

O Sr. Cônego Gay deve estar satisfeito pelo esplendido êxito de que vio coroados os seus esforços e pelo qual felicitamos.

Rei morto, rei posto, sahi o eleito fosteiro para o anno o Sr. Luiz Manoel de Souza, de quem muito espera a população, bem como dos cavaleiros eleitos para os outros cargos (O Guarany, de 23 de maio de 1880).

Pelo teor dessa notícia é possível perceber que festas religiosas, como essa do Espírito Santo,¹⁵ eram motivo de muito entusiasmo e se constituíam num especial momento para senhoritas e senhoras, porque poderiam servir como uma oportunidade para mostrar seus talentos artísticos, tocando alguns instrumentos musicais, dessa forma animando a festa religiosa.

¹⁵ A Festa do Espírito Santo.

Por sua vez, na matriz cristã protestante¹⁶, verifica-se na igreja que também a participação em cerimônias e grupos sociais religiosos evangélicos, na qualidade de organizadoras ou, até mesmo, dirigentes, era uma das ocupações femininas “inatas”, talvez, por servir como um remédio para as mais inquietas, aquelas que desejavam muito mais que um casamento e filhos, estudar, ter uma profissão e uma vida mais ativa, com deveres sim, porém, com direitos respeitados. E, por não poderem enfrentar a família, encontravam na religião a aceitação do papel que lhe reservaram dentro dessa sociedade: o da aceitação à submissão, primeiro ao pai, depois ao marido.

Nos anos de implantação do metodismo em Uruguaiana, na primeira década do século XX, encontra-se, além do nome do Dr. João C. Corrêa que aqui já havia estado bem antes, o nome de Thomaz Carey, segundo registra Pont (1985, p. 7):

“Um outro missionário [...] cidadão inglês, ligado aos Diretores da Cia Brasil Great Southern, que aqui faziam os projetos e assentamento da estrada de ferro. Juntamente com Eduardo Joiner, iniciaram uma Escola Dominical, com assistência regular”.

¹⁶ Villela (1971, p. 192) registra entre as igrejas de matriz protestante, todas datadas do século XX, a igreja metodista como a única datada do século anterior a esse: 1875; atribuindo ao dr. João da Costa Corrêa a sua fundação. Pont (1985, p. 7) também escreve que em data anterior a 1905 o reverendo João Corrêa já havia estado na localidade; informando, ainda, que residia em Montevideo e que “periodicamente fazia viagens por esta fronteira, desempenhando funções de médico itinerante e comerciava medicamentos homeopáticos, aviados pelo próprio facultativo”, sendo que, conforme o autor, “o mais das vezes o Dr. Corrêa os ministrava sem receber pagamentos, conforme os casos” (p. 7). Grande era o prestígio da igreja metodista na cidade, em que vários de seus pastores de origem norte-americana também trabalhavam no “Collégio União” adquirido do huguenote francês Aleixo Vurlod ainda na primeira década do século XX. Aleixo Vurlod e suas filhas tornam-se membros da igreja metodista e continuaram trabalhando no colégio então sob a administração dos religiosos metodistas norte-americanos. Villela (p. 193) cita uma nota publicada no jornal “O Comércio”, de 25/4/1905, em que se lê: “Domingo, 23 de abril, às 7:30 horas, da noite, no salão onde celebra o culto evangélico, professaram publicamente sua fé em Cristo, unindo-se à Igreja Metodista, as seguintes senhoras, senhoritas e cavalheiros: Adelaide Wurlod - Clotilde Marengo - Tereza Wurlod - Danieta Owel - Luiza Wurlod - Amélia Delacoste - Ana Cardona - Ernestina Cardona - Conceição Cardona - Carmem Cardona - Ana Silva Corso - Maria Corso - Helena Corso - Hercília Romaguera Corrêa - Joana Couto Canto - Mathilde Lagisquet - Rosa Winckler - Eduardo Mena Barreto - Fernando Wurlod - Fernando Kruger e Augusto Eliseu de Freitas”. Pont (1985, p. 7), fazendo referência a essa notícia, lembra que o jornal acrescentava: “O ritual era o mais simples, sem ostentação de luxo. Após aquela cerimônia, fez-se a coleta destinada à caridade, seguida da celebração da Santa Ceia, segundo o ritual metodista, da qual participaram os comungantes. É digno de notar a ordem, o respeito mais austero durante os atos religiosos, pelo seletor e numeroso auditório. O movimento evangélico está prosperando notavelmente [...]”. O primeiro pastor metodista listado por Villela, na obra em referência, é Eduardo Everett Joiner (1903). Os reverendos J.W. Price (1913) que junto com o bispo W. Lambuth adquiriu o colégio União de Aleixo Vurlod, e G.D. Parker (1915) também aparecem na lista dos reitores norte-americanos que dirigiram o colégio. Em Uruguaiana, a igreja metodista conta com o templo central e o templo São Paulo, além de suas capelas.

O recinto de reuniões era no Salão da Sociedade Italiana, gentilmente cedido e muitas reuniões se realizaram no salão da Loja Maçônica Cruzeiro do Sul 2ª à rua Monte Caseros.

Muito ajudou, nos primeiros tempos, a Sra. Maria Joana Laffite. Era uma senhora de nacionalidade francesa, que lecionava em cursos particulares, diversas matérias; orientada pelo Prof. Aleixo Vurlod que há muitos anos mantinha aqui o antigo Colégio União, à rua Bento Martins, antes chamada Rua Direita, desde o ano 1870.

Mais tarde esta senhora desposou ao Sr. Lagisquet, há pouco chegado de Pelotas, juntamente com Carlos Desessards e outros jovens de nacionalidade francesa. [...]

Todos os filhos do Prof. Aleixo Vurlod receberam comunhão e se tornaram membros ativos da Escola Dominical e dos cultos. Foram também, os primeiros professores do antigo colégio União, logo que o Prof. Aleixo cedeu o nome e o acervo material do União ao Professor Revdo. Johan Price.

Desse ambiente favorável e alicerçado em firme base moral, surgiria a idéia de construção do Templo. Teve sua pedra fundamental lançada em 1907. O reverendo Johan Price, missionário itinerante, então chamado “cavaleiro da Cruzada de Cristo”, percorria o Estado do Rio Grande do Sul, à cavalo e foi um dos mais fortes esteios do cristianismo [...].

A presença feminina em celebração ou ensino religioso de natureza protestante, mesmo que num papel desempenhado secundário ao principal do pastor, pode ser notada como revestida de importância na sociedade uruguaiana à época:

Culto Evangélico

Esta agremiação religiosa reuniu-se na noite de domingo no salão da sociedade Italiana, onde funciona a liga Epworth

Às 7 ½ horas teve começo o culto da liga, sendo competentemente dirigido pela inteligente Senhorita Anna Sylvia Corso.

Às 8 horas recebeu água baptismal a menina Julia, filha do Sr. Augusto Elizeu de Freitas e de D. Doraliza Canto Freitas.

Apresentaram-a a gentil Senhorita Amanda do Couto canto e Snr. Adélia Castilhos.

Seguiu-se o culto regular, que terminou às 9 horas sendo dirigido pelo respectivo pastor Mtr. E Joinier que dissertou sobre o caracter de pregação de São Paulo em Corinto (Cap. 9) (A Nação, de 11 de outubro de 1905).

O culto, observa-se pela notícia divulgada, é metodista e realiza-se nas dependências da sociedade italiana, uma vez que o templo dessa igreja evangélica em Uruguaiana ainda não estava construído. Eduardo Joinier era o pastor local.

O que chama a atenção nessa matéria não é o fato de as crianças receberem a água baptismal, referindo-se ao batismo, sacramento obrigatório para todas as crianças filhas das famílias católicas, nem o fato de que o culto das 7 horas e trinta minutos ter sido dirigido por uma mulher e pela forma como a matéria se refere a ela, como senhorita, o que nos indica que é solteira. O que se destaca, isto sim, são os atributos, como inteligente.

Díspare no contexto das práticas religiosas na cidade mostrava-se a de natureza metodista. O metodismo, sabe-se por sua história, chega ao Rio Grande do Sul, não diretamente dos Estados Unidos da América, mas pelo Uruguai; - por intermédio de um missionário de nome João Correa.

A Igreja Metodista, desde suas origens na Inglaterra do século XVIII, sempre teve uma grande preocupação com a educação e com a fé esclarecida das pessoas. Em seus registros históricos é possível perceber que para ser ministro não bastava a eloquência ou a emoção, era preciso muito estudo, leitura e dedicação à prática reflexiva para bem poder orientar os fiéis.

A atenção especial dedicada às mulheres distinguia o metodismo no contexto das demais igrejas cristãs, pois que a elas não se reservava tão-somente o papel de bem cuidar do lar. Isso é possível inferir pela própria história de seu mentor, o inglês John Wesley que, juntamente com seu irmão e amigos universitários, desencadeiam em Oxford todo um movimento de renovação espiritual dentro da Igreja Anglicana - que, por sua vez, como verificamos na história, já foi um movimento de reação com Henrique VIII.

O lar da família Wesley tinha na mãe, Suzana, a figura da educadora. A ela cabia alfabetizar os filhos utilizando-se da Bíblia. John, de brilhante inteligência desde moço, foi rigorosamente letrado pela mãe, nutrindo por ela grande respeito e admiração pela capacidade feminina de educar pela palavra divina. Assim, no Metodismo, desde suas origens históricas e distribuição pelo mundo, as mulheres que acompanhavam os missionários norte-americanos sempre desempenhavam um papel lado a lado com o marido, não ficando restritas à condição de dona-de-casa. A elas cabia, muitas vezes, o desempenho da função do ensino, da alfabetização e da música entre as crianças dos fiéis.

Especificamente na cidade de Uruguiana, é possível perceber pelos registros do Colégio União a participação de mulheres metodistas nas práticas escolares. Esse colégio não foi fundado pelos metodistas, estes o adquiriram, na primeira década do século XX, de seu fundador - um velho mestre-escola francês, de nome Aleixo Vurlod, que o fundara em 1870: No rol de antigos professores destaca-se a presença significativa de mulheres que atuavam tanto no ensino formal do colégio quanto nas classes da Escola Dominical e nas sociedades da Igreja Metodista. Já à época de Vurlod, o colégio era misto - o que consistia inovação para a época -, e, além do velho professor, suas filhas também ministravam o ensino para meninos e meninas. Com a chegada dos missionários na cidade, o velho huguenote e suas filhas tornam-se membros da Igreja Metodista.

Nas práticas celebrativas dessa Igreja, não só em Uruguaiana, mas em geral, é comum ver a participação bastante ativa das mulheres, não se restringindo apenas a acompanhar o marido e os filhos nos cultos.

É claro que não se pode deixar de falar sobre o papel social que os cultos evangélicos ou a missa católica também desempenhavam: eram momentos de encontros, por isso tão esperados; como os domingos na missa, onde muitos namoros poderiam iniciar a partir das trocas de olhares e, onde, também, se ficava por dentro da moda e dos acontecimentos.

Na história do Metodismo no sul do Brasil, encontramos a fundação de importantes colégios que existem até hoje por mulheres de: no século XIX, o colégio Americano, na capital gaúcha, fundado pela professora Carmen Chacon, que chegara ao Rio Grande do Sul acompanhando a família do reverendo João Correa, proveniente do Uruguai; e, no século XX, em Santa Maria, o colégio Centenário, por missionárias norte-americanas.

Até hoje, em prosseguimento a essa tradição histórica, tanto no sul quanto nas demais regiões do país em que o Metodismo possui templos, é significativa a existência de escolas de ensino dominical religioso ou formal secular, desde a educação básica até a universitária. Destaca-se o número significativo de mulheres, não só na prática do ensino como também da administração de tais estabelecimentos de ensino.

A Igreja, tanto na matriz católica quanto na protestante, sempre procurou colocar em evidência na justificativa do zelo para com a família, para com os filhos -, o que está escrito nos Dez Mandamentos no Antigo Testamento: “Honrar pai e mãe afim de que se prolongue sobre a face da terra a tua existência”.¹⁷ Nesse sentido, também a condição da mulher não era isenta da cobrança:

Locaes.

Referente à necrologia do nº 782 da notícia, recebemos e publicamos, a seguinte carta:

Cidadão

Antonio Augusto

Deparei com a notícia de falecimento de meu desafortunado pae Fidellis Martins, em vosso conceituado jornal e não estando conforme em sua ultima parte, o seu sepultamento, que mesmo com bastante sacrificio como filha estremosa dei caixão e carro fúnebre e se nem um acompanhamento teve foi por ter sido marcado as 9 horas do dia e fizeram seguir as 7 horas por não estar presente nem uma de suas filhas; o que bastante sinto.

Portanto, tendo dado essa notícia mal informado, peço-lhe ratifica-la, a para que o público fique sciente que não foi indiferente com quem por um dever sagrado me é imposto.

Pelo que lhe ficarei eternamente grata.

¹⁷ No livro de Êxodo, capítulo 20, versículo 12.

Da criada

Antoninha Martins

Uruguayana, 26 de junho

É caso para bendizermos a sorte toda vez que d'estas questões comnosco se suscitam, há sempre alguém, pelo geral a aparte mais interessada, que se encarrega de confirmar, precisamente, aquilo que levamos dito.

Neste caso o ponto que melindrou a Srta. Missivista, foi o referente ao modo porque fora feito o sepultamento de seu pae, o inditoso Fidellis, e, nesse sentido, pede retificação deixando, entretanto claro que elle não tem lugar pelo facto de serem verificadas as nossas afirmações.

Sentimos não poder satisfazer, com a nossa habitual delicadeza, o pedido que nos dirige a assignataria da missiva acima, porque, de suas próprias palavras, inverdade alguma existente à corrigir (A Notícia, de 28 de 1905).

Pelo teor da notícia, observa-se uma espécie de censura à família pelo fato de não haver acompanhamento desta ao sepultamento - o que não ficou sem a devida resposta de uma de suas filhas, mostrando que a culpa não cabia nem a ela nem a suas irmãs, mas sim à mudança, sem autorização da família, de horário. Fica a observação da cobrança que a sociedade sempre faz ao zelo dos filhos para com a memória dos pais.

Uma das práticas religiosas da Igreja Cristã Católica à época e ainda hoje, consiste na celebração da missa, onde, em algum momento se diz da intenção de realizá-la em favor da alma de alguém falecido.¹⁸

Missa

Agélica Valença Goularte aos parentes e pessoas de amizade para assistirem a missa por alma de seu inesquecível esposo: Polydoro Silveira Goularte que mandei celebrar sabbado 18 do corrente na matriz d'esta cidade, às 9 horas antecipando sinceros agradecimentos a todos quantos se dignaram comparecer (A Nação, de 7 de outubro de 1919).

No costume católico de mandar rezar missa para os falecidos, reside a intenção de iluminar as almas, o que serve como um conforto, principalmente, aos parentes mais próximos. Divulgar em notas de jornais a celebração de missas dessa natureza justificava a todos que a família do falecido era instruída nos ditames dos dogmas católicos, como, por exemplo, da crença na existência do purgatório. Na matriz protestante, o que se fazia era um

¹⁸ Observe-se que a intercessão pelas almas dos mortos, por meio da celebração de missas e de preces individuais, é uma prática eminentemente católica, não se verificando em Igrejas Cristãs Evangélicas, sejam estas do ramo do protestantismo histórico (Luterana, Calvinista, Anglicana) ou de seus desdobramentos diretos (metodista) ou mais recentes como as pentecostais e neo-pentecostais. O purgatório, local onde as almas arrependidas de seus pecados devem permanecer ainda algum tempo em expiação, para sua purificação e, assim, obterem condições para sua ascensão ao céu, é um dogma da Igreja Católica Apostólica Romana; não aparecendo, inclusive na Igreja Ortodoxa.

culto em ação de graças pela vida da pessoa, uma vez que essa Igreja não tem o dogma do purgatório.

Este capítulo evidenciou formas de exercício de poder amparado pela justificativa religiosa de maneira a contribuir na operacionalização de valores considerados ideais na constituição do universo feminino, que se elaborava sempre em função de um fim maior: a constituição da família - pelo casamento, pela procriação e pelo cuidado do lar.

Pode-se, também, afirmar que a religião na formação da mulher para o casamento e o cuidado da família colaborou fortemente para o desenvolvimento dos enunciados encontrados e trabalhados nos capítulos precedentes, quando, inequivocadamente, acentuavam o papel a ser desempenhado pela mulher na sociedade à época: constituir-se em mulher de família, casada, saudável, capaz de gerar filhos e zelosa nos cuidados do lar.

Dessa forma, amparado em fortes bases religiosas dominantes à época, o discurso sobre a mulher e seu corpo promovia a exclusão ou, no mínimo, restringia a sua presença e participação em outros âmbitos da sociedade. Mas, principalmente a excluía da sexualidade, em nome da maternidade, como se fossem inconciliáveis.

A exclusão feminina, convém lembrar novamente, numa visão perspectivada em Foucault, evidencia-se como uma das relações de poder que existem na sociedade, que trabalham o corpo do indivíduo e seu comportamento, principalmente o sexual. A exclusão se verifica não só de maneira a negar falas e comportamentos, mas de modo a estimular outras falas e outros comportamentos.

É nessa perspectiva, então, que finalizo este capítulo, afirmando que na questão da religião na formação da mulher da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, no período pesquisado, as relações de poder precisam ser compreendidas. Não se trata, em analogia ao entendimento foucaultiano, de entender que existia de um lado um poder centralizado - a Igreja - que proibia censurando e punindo comportamentos femininos por ela ditos como indesejáveis à condição da mulher cristã. Porém, entender que, conforme explicou Foucault, o poder não só tem a dimensão negativa da interdição, mas induz, ainda, a formas de construção de comportamentos e de saberes.

6 CULTURA E FEMINILIDADE



Figura 8 - A mulher e a cultura

Neste capítulo, trato da relação entre a cultura e a condição feminina na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, contextualizando o período analisado ao restante do país, que se perspectiva politicamente nos ideais republicanos de mostrar que nascia um novo tempo - um novo país que tinha tudo para modernizar-se e acompanhar o que acontecia na Europa.

Nessa contextualização, é possível compreender como o esquadramento dos espaços urbanos e locais públicos ou restritos demonstram a percepção de Foucault ao escrever sobre a disciplinarização e docilização dos corpos, tendo como uma das estratégias a delimitação de seus espaços de convívio e aceitação social.

No discurso e na prática dos políticos que se respaldavam na visão dos médicos higienistas e sanitaristas, percebia-se claramente a intenção de romper com tudo o que tivesse ares de antigo e, em seu lugar, apresentar amplas avenidas e ruas, praças e parques que dificultassem a aglomeração pública. Isso estendeu-se também à intimidade das moradias populares. Era preciso dizer ao povo como se trabalhar higienicamente, a fim de se adquirir, pela prática, bons hábitos para aquisição e manutenção da saúde necessária ao capital.

Também uma forte ideologia de moralização pública, aliada a uma forte vigilância policial dos indivíduos e de seu corpo, desde as suas habitações até os lugares freqüentados em horário de lazer, tudo era metricamente controlado na perspectiva de que se arejasse o ambiente de tudo o que era sinal de passado e de possibilidade de entrave a um olhar desejoso de ver no novo país uma oportunidade de investimento, como o olhar dos estrangeiros - avidamente desejado pelos políticos locais.

O corpo feminino era extremamente controlado pela autoridade pública, pois, na possibilidade de uma sua manifestação considerada inadequada, a ordem estaria comprometida. Era preciso controlá-lo, torná-lo adequado às exigências dos novos tempos. A mulher considerada de “boa família”, solteira ou casada, devia cumprir zelosamente o que dela se esperava em termos de conduta pública ou privada, tendo bem esquadramento seu espaço de aparição e atuação social. À mulher pobre, que não tivesse a dita sorte de ter encontrado um bom casamento e que precisasse ir à rua para trabalhar ou mesmo por ela transitar ao encontro de outras de sua condição social - para visitas ou momentos de lazer em locais públicos, mas fortemente controlados para se evitar a desordem e a imoralidade, a situação se agravava.

Por um lado, todo um ideário de mulher-perfeita para a época. Uma mulher preparada para, casando-se, gerar com saúde os filhos do novo país que surgia. Uma mulher com educação digna de se portar em ambientes sociais em que acompanhava o marido, dando mostras de ser uma digna consorte. O mesmo ideário era apresentado à mulher pobre e dela cobrado em termos de atuação. Dessa também se exigia que se preparasse para bem gerar filhos fortes e saudáveis. A semelhança, entre elas, está no fato de que se pedia para ambas a geração e a criação de filhos fortes e saudáveis, necessários ao capital dos novos tempos. A diferença, no entanto, implícita no pedido que a elas se fazia em nome da organização do lar,

residia no fato de – que às primeiras – a condição de gerar filhos fortes e sadios era na perspectiva de que eles estariam substituindo, algum dia, os dirigentes atuais do País, ocupando o lugar, muitas vezes, dos pais na administração dos negócios privados e na política. Às segundas, por sua vez, filhos úteis ao trabalho manual na fábrica.

Soihet (2002, p. 365) mostra o quanto a preocupação com a condição feminina, nessa perspectiva, mesmo extremada, era justificada pela autoridade moral da época que esquadrihava os lugares vistos com bons olhos para a mulher ser vista ou, ao contrário, ser tida como suspeita¹⁹:

Com base no comportamento feminino dos segmentos médicos e elevados, acresce em relação às mulheres as prescrições dos juristas acerca da impropriedade de uma mulher honesta sair só. Coadunava-se tal norma com a proposta burguesa, referendada pelos médicos, sobre a divisão de esferas que destinava às mulheres o domínio da órbita privada e aos homens, o da pública. Embora as mulheres mais ricas fossem estimuladas a freqüentar as ruas em determinadas ocasiões, nos teatros, casas de chá, ou mesmo passeando nas novas avenidas, deveriam estar sempre acompanhadas.

A rua simbolizava o espaço do desvio, das tensões, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer vigilância constantes sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização. Essa exigência afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deviam sair às ruas à procura de possibilidades de sobrevivência; implicava liberdade de circulação pela cidade, pois dependiam de um circuito ativo de informações, bate-papos, leva-e-traz, contratos verbais.

Com o advento da República, tudo o que pudesse significar um entrave ao olhar investidor de estrangeiros no País era visto com maus olhos e extremamente desclassificado, ou, melhor, classificado como anti-moderno, como um entrave ao desenvolvimento do País, prejudicando sua marcha para acompanhar o ritmo da nova ordem do capital na perspectiva

¹⁹ Nesse contexto, acentuou-se a repressão contra as mulheres, como foi vivenciada pela jovem Lídia, presa sob a alegação de estar proferindo “palavras ofensivas, na Praça da República, à moral pública”, tendo resistido tenazmente à prisão e produzido lesões corporais nos guardas que buscavam efetivá-la.

Na delegacia são das mais ásperas as referências ao comportamento da acusada, chamada de “mulher vagabunda” por um dos guardas-civis. O delegado em seu relatório reforça a imagem moralmente negativa de Lídia. Qualifica-a de “mulher prostituta, desordeira e ébria” que “à Praça da República ofendia a moral pública proferindo obscenidade e levantando as roupas, ficando desnuda”.

Lídia, porém, teria reagido com “garra”, agredindo a dentadas os guardas. E, no seu depoimento, diz que nada fez para ser presa. Voltava da Festa da Penha e estava se divertindo no Campo de Santana, quando foi maltratada pelos guardas-civis, que a trouxeram e lhe deram pancadas. Era lavadeira e nunca estivera em delegacia.

Na pretória, uma das testemunhas, o guarda-civil Reginaldo de Oliveira, deixa escapar o verdadeiro motivo de toda a questão, ou seja, de que Lídia, na Praça da República, fora: “convidada a retirar-se dali, porque existe ordem do delegado de não permitir a permanência de mulheres ali, não atendeu a essa ordem e começou a dizer palavras obscenas” (p. 365).

européia. Por outro lado, tudo o que pudesse sinalizar como possibilidade de somar-se ao empreendimento republicano de modernização do país era visto com bons olhos.

Nesse sentido, o controle social era mais do que necessário, segundo a ideologia da época. Era preciso colocar tudo sob controle, o que era presente e o que podia significar futuro, incluindo-se, aqui, a formação de um novo brasileiro, sob uma ideologia marcadamente eugênica de melhoramento da raça. Nisso tudo, a preocupação em definir socialmente o que cabia à mulher, seu perfil de reprodutora desse novo brasileiro e sua nobre função de zeladora da harmonia do lar, era imprescindível. Era preciso educá-la nessa perspectiva, tanto a mulher rica quanto a pobre. Quanto à rica, era considerado “normal” que apresentasse todos os predicados idealizados pelo ideário republicano para sua atuação na nova sociedade. Quanto à pobre, dela se cobrava o que perpassava todo o ideário, descontando-se, naturalmente, aquilo que podia ser específico àquelas que tivessem condições familiares que as sustentasse. Mas, o que era comum, a todas, era a auto-vigilância de seu corpo em todos os sentidos. Uma auto-vigilância reforçada pelo controle da própria sociedade, da Igreja e, para casos considerados extremados de transgressão, pela autoridade policial.

O que fica claro é o empenho das autoridades em impedir a presença dos pobres em certos locais, no esforço de afrancesar a cidade para o desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar mostras de “civilização” aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair. No caso das mulheres, acrescentavam-se os preconceitos relativos ao seu comportamento; sua condição de classe e de gênero acentuava a incidência da violência. O desrespeito às suas condições existenciais traduzia-se em agressões físicas e morais. Foi o que ocorreu, na situação em pauta, através da imputação à Lídia do exercício da prostituição, a mais infamante pecha para uma mulher na época.

Em Florianópolis, no início do século XX, além das tentativas de “reajuste social” das mulheres dos segmentos populares, havia a preocupação de que adquirissem um comportamento “próprio para mulheres”, marcado pela presença das características já nomeadas de recato, passividade, delicadeza etc. Fato que facilitava a repressão e a arbitrariedade policial, pois, não se enquadrando nesse esquema, fugiam às normas próprias de sua “natureza”.

Ocorre que esse processo não se desenrolou sem uma efetiva resistência dos membros das camadas populares, inclusive da parcela feminina, que disputava, palmo a palmo, o seu direito ao espaço urbano. Deve-se ter em mente que para muitos a rua assumia ares de lar onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento. Também era nos largos que as (p. 367) mulheres costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir, da mesma forma que se aglomeravam nas bicas e chafarizes, não raro, brigando pela sua vez. Em grande proporção responsável pela manutenção da família, a liberdade de locomoção e de permanência nas ruas e praças era vital para as mulheres pobres, que cotidianamente improvisavam papéis informais e forjavam laços de sociabilidade (SOIHET, 2002, p. 365).

A vida cultural uruguaianense, perspectivada nesse contexto do País, pode-se inferir pelas matérias analisadas dos jornais da época, era muito ativa. Não são raras as notícias que divulgam e convidam as pessoas que vivem nessa cidade para se fazer presentes, prestigiando os artistas que se apresentavam a um público que lhes era muito assíduo.

“Hoje no “Carlos Gomes” será levado a scena o magnífico drama - O sonho de um Malvado. Auguramos esplendido desempenho dessa peça, pois, basta dizer se que ella está a muito destinada para ser levada a beneficio de exímio artista sr. Bonaplata que conforme está anunciado, será hoje” (A Notícia, de 25/10/1889).

Pelo texto dessa matéria, é possível ver que o teatro, além de tramas e comédias, apresentava concertos de altíssima qualidade, e não faltava platéia, pois todos queriam fazer parte de grupos intelectualizados e de bom gosto.

O que facilitava tais apresentações era, observa-se, a posição geográfica de Uruguaiana²⁰, que, sendo vizinha da Argentina, possibilitava que esses grupos teatrais e artistas diversos que se dirigissem à capital do Estado, ao chegar a Uruguaiana fizessem uma parada para descanso, e, dessa forma, organizassem suas apresentações - o que se tornou quase que obrigatório a todas as companhias que aqui passavam. Essas apresentações aconteciam, também, quando voltavam da capital (Porto Alegre) ou de outros locais mais para o centro do país, para seu país de origem. Assim, ganhavam todos, a população por acompanhar o que de mais novo estava-se produzindo no teatro; e as companhias e artistas diversos que, antes de chegar a seu destino ou de retornar a seu país, lucravam financeiramente e também divulgavam seus trabalhos.

Theatro.

Realiza-se hoje no Theatro “Carlos Gomes” um concerto do qual faz parte o exímio violonista Dalmau, que tanto sucesso tem obtido nas principaes captaes onde se tem exibido.

Dalmau será acompanhado ao piano pela repautada professora Stª Thereza Oliveira.

Os artistas que ora nos visitam vem procedidos de grande nomeada. (A Nação, de 15/11/1905)

Locaes.

²⁰ Uruguaiana limita-se “ao Oeste com a República Argentina; ao Norte, com o município de Itaqui; ao Leste com o município de Alegrete e Quaraí e ao Sul com a República Oriental do Uruguai” (Soares, 1942, p. 160). Villela (1971, p. 61-62) registra que, “já ao tempo da pacificação da Revolução Farroupilha a nova povoação contava com mais de cem casas, achando-se então em grande desenvolvimento pelo fácil acesso às capitais platinas, Buenos Aires e Montevidéu. [...] Grandes foram os trabalhos e sacrifícios arrostados pelos moradores da nova povoação e posteriormente Vila de Uruguaiana, dadas as dificuldades de contato com os centros fornecedores de gêneros da Província, contudo, aos poucos foram os comerciantes percebendo que Montevidéu e Buenos Aires estavam mais ao alcance de suas ordens e o contrabando que já se fazia em pequena escala passou a ser realizado de tal maneira que aos poucos anos de vida, Uruguaiana podia se dizer que vivia quase que exclusivamente em função daquelas duas grandes capitais platinas”.

Estréia por estes dias no Theatro Carlos Gomes uma companhia de Zarzuelas que está trabalhando em Libres (A Notícia, em sua edição de número 328).

Theatro e Artistas.

Fez a sua estréia, Domingo, com <<O Prólogo de um drama - La Chinalera e com permissão Del Marido >> >> a Campainha Dramática e de Zarzuela Comica dirigida pelo intelligente artista Arthur Lerena.

A pouca concurrencia contribuiu muito para que o espectáculo desmerecesse do que devia ser.

Em todo caso, pelo que vimos, podemos afirmar que *Lerena, Dias e Carretero* são artistas que podem ser ouvidos em qualquer parte. A *sympathica* Munhoz que já é bastante conhecida de nosso publico, apresentou-se nos como sempre, *sympathica* e graciosa (A Nação, de 29/10/1899).

Alguns adjetivos são, parece-me, escolhidos com bastante cuidado para se referir às atrizes. As palavras são de simplicidade para não despertar nem uma interpretação maliciosa, ou, até mesmo, para não ofender as senhoras e senhoritas da sociedade, que, na sua maioria, são chamadas por excelentíssimas senhoras, elegantes, ou senhoritas de belos modos e muito recatadas.

“Estréia hoje a campainha Dramática e de Zarzuelas Cômicas dirigida pelo artista Arthur Lerena.

A distinta atriz Munhoz, foi já contractada para fazer parte da nova Campainha” (A Notícia, de 29/10/1899).

Nesse texto verifica-se que o adjetivo dispensado à artista é de “distinta atriz”; o que significa que a comunidade tem muito respeito pela artista que se apresenta e que é conhecida de todos, pois devia conviver nos salões de recepções, em saraus - muito comum, nos encontros de intelectuais, a presença de artistas de teatro, em especial daqueles ou daquelas que conquistaram um certo *status* e respeito, por meio da admiração que conseguiam despertar em seu público, fosse pela beleza, talento, inteligência, postura, nível intelectual e comportamento invejável, muitas vezes servindo até mesmo de modelo.

Silva (2001, p. 35), mesmo que se reportando a período posterior ao compreendido por esta coleta de matérias de jornais que apresento neste capítulo, permite-nos visualizar um pouco do que era Uruguaiana nas décadas iniciais do século XX: “Pelo rescenseamento executado em 1920, verificou-se que a população da cidade era de 14.868 e o número de prédios de 2.644. Existiam 29 fábricas, dois saladeiros e algumas oficinas”. Diz a autora, que nesse contexto fronteiriço “[...] a vida cultural [...] era extremamente ativa. As pessoas tinham opções de lazer, o teatro era uma arte extremamente presente. Num único fim de semana três peças chegavam a desfilar no palco do Cine Teatro Carlos Gomes”.

Silva (2001, p. 35), apresenta uma interessante matéria sobre uma peça encenada e sua repercussão na opinião jornalística que nos possibilita perceber um pouco dessa atmosfera cultural em que a sociedade uruguaiana também se movimentava à época:

No verão de 1920, a 'Nação' noticiava: "Sábado, com fraca concorrência, a troupe Cancelli e Zapparoli, levou à ribalta o conhecido drama - As Duas Órfãs. O espetáculo começou pelas 10 horas e foi até 1 hora e tanto. A peça foi bem representada. Apenas o vestuário daquela gente nobre estava [...] assim [...] pouco condizente com a época em que se passa a ação do lindo drama. Tivemos, então, saude das duas noites que nos deu a campainha Francisco Campos, com essa bela peça [...]."²¹

A autora apresenta ainda em sua análise sobre essa matéria veiculada na imprensa escrita que "a despreocupação com o registro correto de detalhes como a hora certa, não se mantinha ao desenvolver uma crítica". Segundo observa,

Nada escapava aos cronistas da cidade, com pretensões de vanguarda intelectual, por constituir-se em parada obrigatória das companhias de teatro em trânsito entre Argentina e Brasil. Implacavelmente, uma a uma as "apresentações eram duramente julgadas: "[...] Domingo, com boa concorrência, tivemos a revista "A Espanhola em Pelotas", que diga-se de passagem, não agradou a assistência. Trata-se de fato, de uma peça banal, que, a fora duas ou três cenas, não vale coisa alguma [...]" Às vezes, uma ou outra das inúmeras companhias acertava em cheio com o gosto dos fronteirços: "[...] Ontem em récita extraordinária, subiu à cena a burleta "A Roceirinha", que teve bom desempenho pelos artistas, principalmente por Clotilde Duarte, Correa Leal e Ribeiro Cancelli, que trouxeram a platéia em constante hilaridade. A concorrência, que era bastante grande, muito aplaudiu esses artistas."²²

O cinema era um outro atrativo cultural para a vida das famílias uruguaianas em seções que ocorriam aos sábados e domingos; momentos esses em que os maridos dispunham de mais tempo para desfrutar com suas esposas e filhos.

Lembrando, como a notícia afirma, de que o evento era familiar, é possível interpretar que os filmes que passavam nas telas do cinema não expunham as senhoras a constrangimentos frente a seu marido:

²¹ No texto da autora, a citação de que ela faz uso aparece em tamanho de fonte menor. Na sua transcrição optei por manter o tamanho de fonte que estou utilizando para as citações em bloco.

²² Registro aqui a mesma observação que fiz à nota anterior.

“Cynema. Diante de numerosa assistência o Cynema Familiar, tem dado suas secções de sabbado e domingo. As fitas expostas foram magníficas” (A Nação, em 18/10/1910).

Digno de observação é esse registro sobre a existência do cinema na vida cultural da cidade, datado de 1910. Uma cidade do interior recém-nascida de uma vila, elevada à categoria de cidade somente em 1874, já desfrutando dessa “modernidade” para a época.

Outra atividade artística extremamente valorizada eram os concertos. A presença feminina era muito respeitada no desempenho da execução do concerto; apesar do tenor ser muito elogiado, as senhoritas foram um destaque à parte segundo a notícia. As mulheres, na sua educação, principalmente as que pertenciam a famílias mais abastadas, aprendiam música e a tocar instrumentos como pianos e outros, pois nas tardes de saraus eram elas, as mulheres, que divertiam os convidados tocando ao piano - tipo de conhecimento que era muito valorizado na época.

Diversões.

Concerto Lyrico.

Efectuou-se sabbado último, o concerto realizado pelo tenor portuguez Almeida Cruz, auxiliado pelas Exm^a senhorinhas Julieta e Joaquina Botafogo.

As partes do concerto foram executadas e muitíssimo aplaudidas.

O tenor Almeida Cruz possui Bella Voz: extensa e harmoniosa.

Cantou admiravelmente, salientando-se, pelos aplausos recebidos no recitativo ed. Arioso di Canio, da Opera Pagliacci.

As senhorinhas Julieta e Joaquina Botafogo foram prolongadamente victoriadas pela brilhante execução que deram à parte de piano e bandolim.

O sympathico tenor Almeida dará o 2º Concerto e o publico Uruguayanense terá ensejo, mais uma vez, de ouvir a sua bella voz e applaudi-lo como bem merece (A Nação, de 18/10/1910).

Os concertos eram, entre tantas outras atividades culturais, uma das muito apreciadas pelas pessoas de bom gosto e de uma elevada cultura. Neles, a figura feminina é muito comum, pois o conhecimento musical fazia parte de sua esmerada educação, já que cabia às mulheres saber receber convidados em suas casas nos encontros de negócios e nas festividades oferecidas pelos maridos. Era de bom tom as senhoras ou senhoritas recitar ou tocar ao piano ou ao violino.

Concerto

Consta-nos que no dia 8 de setembro realizou-se no Theatro Carlos Gomes um sarau musical, em benefício das obras da Matriz que, ha pouco, foi destruida pelas chammas. Applaudindo e louvando a piedosa conduta das Exmas Senhoras e Senhoritas que levaram a effeitos essa delicada festa, nos é grato mencionar-lhes os nomes acompanhando-os das impressões que produziu o desempenho de suas respectivas partes.

A Estudantina Ondinas do Uruguay,” regida pela distincta professora Senhorita Maria Autran, composta das Ilustres jovens Eremita Corrêa e Silva, Tula Ochotorena, Julieta Botafogo, Virginia Braz, Joaquina Botafogo, Emma Saldanha, Eponina Corrêa e Silva, Clory Ulrich, Alice Saldanha, Emilia Autran, Virginia Mary e Candida Autran, executou com perfeição as bonitas produções musicas; En Consultant les Fav vetes, e a Walsa, de Francia.

A Senhorita Sarah Guimarães cantou com expressão e sentimento a romanza <<Livro Santo>> de Pinsutti e a conhecida Walsa da Bohemia de Puccini, revelando notaveis qualidades e modulações de sua voz de soprano, exstensa, firme e, sobretudo, sonora.

- A Exma. Sra. D. Maria Vasques interpretou conscienciosamente com sua voz atraenthe e educada os belos trechos das Operas Fosca e Bohemia <<Vissi d’Arte>>, Walsa de Leoncavallo.

- A Exma. Sra. Ambler executou ao piano a grande Polka de concerto, <<Polka de la Reina>> vencendo com maestria as suas dificuldades.

- A Senhorita Esther Barboza, na grande Phantasia de concerto para piano, de J. Asuher, <<Festa Napolitana>> conseguiu traduzir e expressar o sentimento e o pensamento do autor; revelando apreciaveis dotes de pianista.

- A Senhorita, Julieta Botafogo na exexução do <<Tannhauser>> para bandolim, instrumento de sua predilecção, teve mais uma vez, oportunidade de provar a sua pericia e gosto em maneja-lo; arrancando-lhe as notas mais nitidas e suaves.

- A Senhorita Candido Autran executou no violino, o delicado solo <<Cantabile e bolero>> fazendo vibrar o magico instrumento de forma a arrancar geraes applausos.

- As Senhoritas Tula Ochotorena, Julieta Botafogo, Virginia Braz, Joaquina Botafogo, Emma Saldanha, Clory Ulrich, Alice Saldanha, Eremita Correa e Silva e Candida Autran, ao bandolim, executaram a Havaneira de <<Pantierno>>, com perfeição.

- A Senhorita Maria Autran regente da Estudantina <<Ondinas do Uruguay>>, obteve sucesso verdadeiro, nosso difficil posto, confirmando assim as foros de maestra habil e competente de que goza.

- Os acompanhamentos ao piano foram executados com a maxima correcção pelas Exmas. Senhora Ambler e Senhoritas Maria Autran e Joaquina Botafogo.

- Emfim o programa escolhido e adaptado foi precisamente realizado, segundo as informações que nos foram ministradas por diversos amigos que concorreram à sympathica função.

- A Exma. Sra. D. Amalia Fabricio Leão, Presidente da Comissão organizadora d’esse festival, apresentamos as nossas felicitações pelo exito da util e encantadora festa que proporcionou aos que assistiram-na, agradaveis momentos (A NAÇÃO, de 13/9/1906) .

Silva (2001, p. 36) também observou que a atividade artística dos concertos e dos recitais era do agrado dos uruguaianenses e que “vez por outra algum morador da própria cidade destacava-se nesse campo de atividade, normalmente exercido em paralelo com outras atividades profissionais, principalmente no caso de imigrantes italianos, acostumados a estudar música no país de origem, quando pertenciam a setores urbanos da sociedade de onde provinham”. Fazendo referência ao jornal a “Nação”, numa de suas edições do verão de 1920, a autora registra a seguinte notícia:

O nosso jovem conterrâneo Vicente Fittipaldi, que ainda adolescente já é um artista consagrado, arrancando expansões de sentimento da alma do seu violino, provavelmente realizará o seu concerto, entre nós, na próxima terça-feira. Acompanhá-lo-á, ao piano, o maestro Donizzeti, que anda partilhando das glórias do conspícuo uruguaianense, através de sua excursão de arte pelo Estado Gaúcho. Vamos ter, pois, o prazer de ouvir o jovem conterrâneo na interpretação das melhores músicas clássicas.²³

Pelas matérias analisadas dos jornais e pela leitura atenta do que se registra sobre a história de Uruguaiana, seja pela literatura existente, seja pela tradição oral, evidencia-se também a presença de espanhóis e franceses que aqui fixaram residência - muitos deles vindos de sua pátria não diretamente ao Brasil, mas por outros países, como pelo Uruguai, por exemplo.

É o caso notável do jovem Aleixo Vurlod, vindo de Lyon, na França, para Montevideo, capital uruguaia, no início da segunda metade do século XIX, juntamente com outros jovens para trabalhar em atividade bancária. Não voltou para sua pátria quando cessou seu trabalho no novo país que o acolhia, mas veio para o Brasil, precisamente para a então Vila de Uruguaiana, a convite de franceses que aqui residiam a fim de educar os filhos destas famílias acostumadas à tradição das letras de sua pátria. Jovem culto, de notável erudição, logo mereceu a melhor acolhida de outras famílias locais que reivindicavam também, para seus filhos um pouco da cultura daquele país. Sua influência na educação dos jovens das famílias uruguaianenses é tanta que pode-se encontrar em notícias jornalísticas, ainda do século XIX, referências a ele como “proyecto educacionista”.

Digno, portanto, da observação atenta do historiador deve ser essa presença de pessoas cultas na cidade, provenientes inclusive de outras pátrias, fato que, conforme se percebe na história da cidade em seus primeiros passos no final do século XIX, teria sido considerável em seu desenvolvimento, uma vez que somente foi elevada à categoria de cidade no ano de 1874.

A cidade, bem localizada por orientação do próprio ministro do governo farrapo, Domingos José de Almeida, privilegiada estrategicamente por ser porta de entrada e também de saída para acesso a Buenos Aires e Montevideo, era no final do século XIX e início do século XX, local notável de passagem tanto de comerciantes quanto de companhias culturais, teatro, por exemplo, que não raro também faziam nela suas apresentações.

²³ A autora informa em seu texto, referindo-se à questão de que artistas locais também tinham seu desempenho em outras profissões, que “o jovem Vicente trabalhava com a família” no estabelecimento comercial, a “Casa Fittipaldi”, que, segundo ela observou “assumiria grande importância no comércio e na política locais nos anos subsequentes”: “Vendia as melhores e mais modernas confecções e reunia, durante décadas, em torno de seus balcões, políticos e empresários da cidade que ali planejavam o seu desenvolvimento”. (p. 36)

A influência recíproca nos costumes alimentares, no vestuário, nas músicas e nas danças, no linguajar, na lida campeira e nas práticas comerciais urbanas, na cultura em geral, é facilmente notável nas cidades fronteiras de Brasil e Argentina - Uruguaiana e *Paso de los Libres*, respectivamente.

Tudo isso, inevitavelmente, teria também influenciado na construção do imaginário feminino brasileiro na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: a cultura trazida pelos imigrantes que em Uruguaiana chegavam diretamente de seu país de origem ou indiretamente via outros países do Prata, de passagem ou para aqui ficar; a cultura das pessoas que compunham as companhias de espetáculo que vinham da Argentina, passando por ela, para excursionar pelo resto do Brasil, ou as que vinham de outras regiões brasileiras para se apresentarem nos países vizinhos, principalmente na Argentina; as práticas campeiras e urbanas dos homens em seus negócios lícitos ou do contrabando em que muitas mulheres, de alguma forma, também participavam.

Portanto, falar sobre cultura e feminilidade no interesse investigativo da condição da construção das representações que nutrem o imaginário popular sobre a mulher da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, no contexto das transformações pelas quais o país passava no período da Primeira República, não pode ignorar essa particularidade local que singularizava Uruguaiana em relação às demais cidades gaúchas.

Tal peculiaridade, constituída por sua condição geográfica, histórica e cultural, de proximidade física e de costumes com outros países do Prata, contribuiu de forma significativa na constituição da formação da mulher gaúcha da fronteira e do imaginário que dela se construiu.

Cabe, ainda, entender nesse contexto que a condição feminina na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, no que se refere à sexualidade, também precisa ser compreendida no contexto maior do país.

Foucault verifica que, a partir do século XVIII, aumentam, no ocidente, os discursos sobre o sexo, não objetivando diminuir a frequência de sua prática ou a sua inibição. Pelo contrário, com o aumento dos discursos tinha-se o propósito claro de se exercer um poder disciplinador de controle da pessoa e do povo e de produzir verdades sobre o sexo. O poder não quer reprimir a sexualidade, mas aproveitar-se dos discursos sobre ela para a produção de comportamentos dóceis e disciplinados.

A higienização e a disciplinarização da prática sexual tornou a mulher objeto dos discursos médicos, que se apresentam como os que sabem falar verdadeiramente sobre o sexo. Até então, sexo e sexualidade não eram objetos que necessitassem de discurso científico capaz de produzir verdades.

Segundo Foucault, admitir a idéia repressiva como finalidade dos discursos sobre o sexo não explica a proliferação dessas falas e nem nos ajuda a entender de que forma a sexualidade produz saberes necessários ao exercício do poder disciplinador.

É importante lembrar aqui a noção de poder de Foucault, como disciplinar e como bio-poder. No primeiro caso, verifica-se a ação disciplinar e normalizadora sobre os corpos individuais das pessoas e, no segundo, sobre o corpo global, molar da população. Em “Vigiar e Punir”, Foucault (1977, p. 127) escreve que:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente. Formam-se então uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder, que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se consegue ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que se faça o que se quer, mas para que se operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar: e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição escrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão e uma dominação acentuada.

Foucault em seus estudos sobre a sexualidade, buscou compreender como se explica, em uma sociedade como a nossa, que a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos, mas que também não seja apenas um ato que dê prazer e gozo. Em que campo epistemológico ela foi considerada como o lugar privilegiado em que nossa “verdade” profunda é lida e dita?

É importante lembrar, nesse ponto, que a verdade em Foucault tem um significado bem diferente daquele que comumente lhe é atribuído. No texto “Verdade e Poder”, apresentado na obra “Microfísica do poder” (2003, p. 12-3), ele explica-nos que:

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentadores do poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns aos outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. [...] por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer a aceitar’, mas o ‘conjunto das regras segundo se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’.

Para Foucault, a partir do Cristianismo, o Ocidente não parou de dizer “Para saber quem és, conhece teu sexo”. “O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano”.

Apresentando toda uma existência, na confissão, o exame de consciência, os segredos e a importância da carne não foram apenas uma estratégia de proibir o sexo ou de afastá-lo. Foram, sim, formas de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio de seus movimentos obscuros.

Nas sociedades cristãs, o sexo era algo que deveria ser examinado, vigiado, confessado e transformado em discurso. Isso significa, que nossa sociedade permitia a discussão livre sobre sexualidade, mas sempre com o intuito de controle e disciplina. O esclarecimento da sexualidade não se limitou aos discursos, abrangendo a realidade das instituições e das práticas.

Desde os meados do século passado o saber médico por meio da valorização do papel materno, tenta persuadir as mulheres de que a maternidade e a educação da criança realizam “sua vocação”.

Segundo Margaret Rago, na obra “Do cabaré ao lar”, a mulher que se negasse ao casamento, a ter filhos e a amamentar, estava agindo contra a natureza, colocando em risco o futuro da nação, entrando no campo da anormalidade, do pecado e do crime. Além disso, não teria como recompensa o amor do marido, numa relação sólida elevada à sua condição de figura central do lar.

Finalizo este capítulo em que apresentei matérias dos jornais sobre a questão da cultura e a feminilidade, afirmando que as peças constitutivas do imaginário das e sobre as mulheres da fronteira oeste do Rio Grande do Sul precisa ser compreendido no contexto maior da dimensão da Primeira República.

Afirmar isso não significa negar a condição específica do regional ou do local. Mas, reconhecê-las, afirmando sua singularidade histórica e geográfica como importantes em tal

constituição, porém nunca desvinculadas do que acontecia no restante do país e do mundo, quando se tratam de questões sobre o controle do comportamento feminino, incluindo seu corpo e seu imaginário em cultura e feminilidade.

7 A MULHER E O MUNDO DO TRABALHO

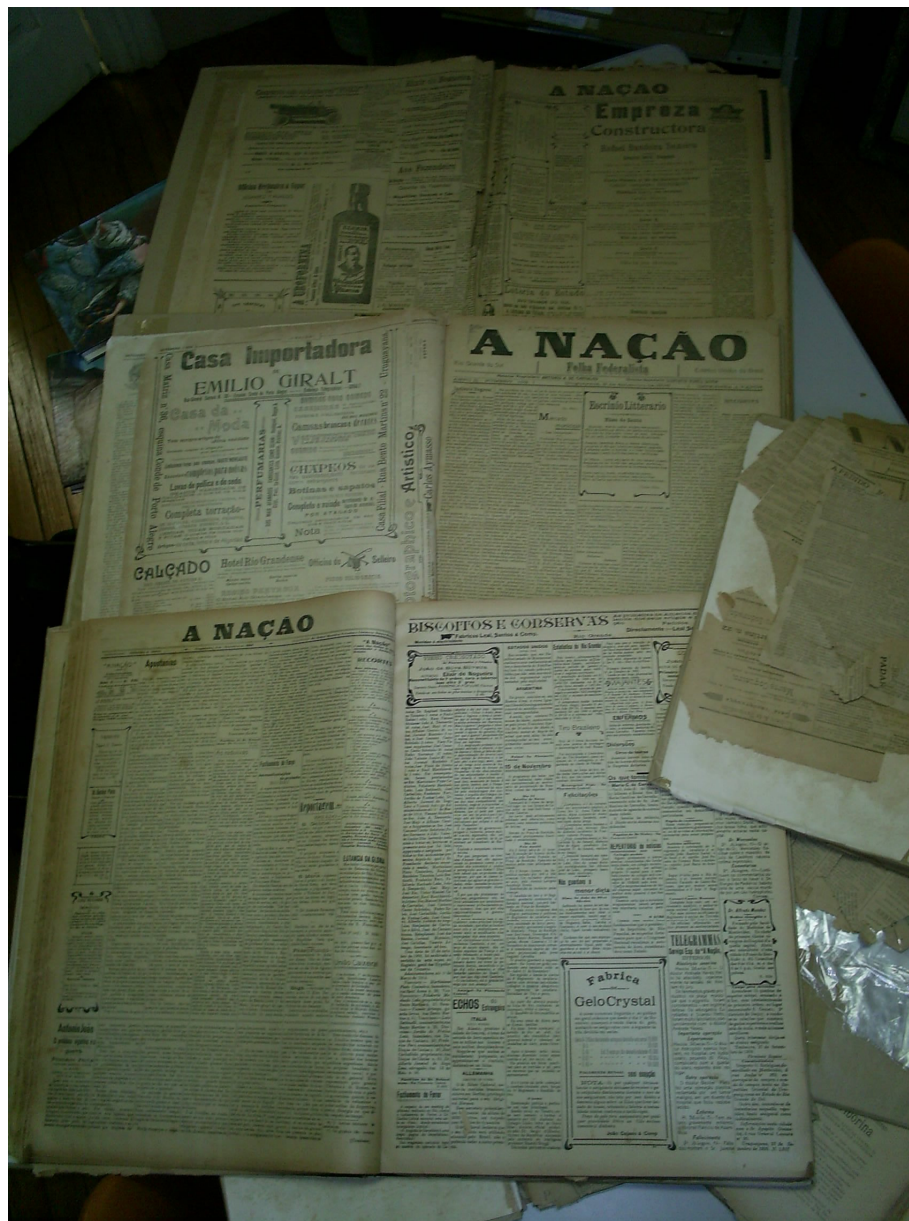


Figura 9 - A mulher e a profissão

Neste capítulo final, pretendo apresentar minha compreensão construída a partir da análise da questão da mulher no mundo do trabalho. São apresentadas várias matérias publicadas pela imprensa local, em que mulheres são notícias por sua atuação profissional.

Contextualizando a condição da fronteira oeste no que se via no período em observação para a pesquisa, é preciso compreender a questão a partir do entendimento de que

não se trata de uma figura universalizada de mulher, aqui. Havia uma diferença entre a mulher pobre que precisava sair à rua e trabalhar e a mulher que tinha como destino o cuidar do lar, isto é, que não precisava trabalhar. Havia, ainda, aquelas que, tendo enviuvado ou recebido de herança um patrimônio e, estando na condição de solteiras, precisavam administrar os negócios da família.

Soihet (2002, p. 365) apresenta que, no contexto da *Belle Époque*, por ela estudado (1890 a 1920), a questão do trabalho feminino pode ser vista na dimensão da questão da violência sofrida por mulheres, num contexto desenfreado de europeização do País com a vinda da República:

No tocante às formas de violência específicas da condição feminina, aquela relativa ao relacionamento homem/mulher revestia-se de caráter especial. Apesar da existência de muitas semelhanças entre mulheres de classes sociais diferentes, aquelas das camadas populares possuíam características próprias, padrões específicos, ligados às suas condições concretas de existência. Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil.

As atividades das mulheres populares desdobravam-se em sua própria maneira de pensar e de viver, contribuindo para que procedessem de forma menos inibida que as de outra classe social, o que se configurava através de um linguajar “mais solto”, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões. Seus ganhos estavam na última escala, já que persistia a ideologia dominante de que “a mulher trabalha apenas para seus botões”, desdobramento das concepções relativas à inferioridade feminina, incapaz de competir em situação de igualdade com os homens. E, apesar de todas precariedades de seu cotidiano, assumiam a responsabilidade integral pelos filhos, pois “maternidade era assunto de mulher”.

Essas dificuldades se agravavam, pois muitas das idéias das mulheres dos segmentos dominantes se apresentavam fortemente às mulheres populares. Mantinham, por exemplo, a aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não casavam; embora muitas vezes reagissem, aceitavam o predomínio masculino; acreditavam ser de sua total responsabilidade as tarefas domésticas, ainda que tivessem que dividir com o homem o ganho cotidiano.

No final do século XIX e início do século XX, no Rio Grande do Sul, uma das profissões toleradas às mulheres era a do magistério. Mulheres que adquiriram pelo estudo alguma cultura ou tiveram formação inicial para o magistério, eram bem-vistas na comunidade e seu trabalho reconhecido, mesmo que sob a tutela de um professor masculino, como se verifica no seguinte anúncio:

Collegio Cunha

O abaixo assignado declara ao Srs. Paes de seus alumnos particulares e pensionistas, que por afluencia de trabalho em sua aula contratou o Sr. Augusto de Almeida Tito para o auxiliar no ensino de seus discipulos, ficando as materias divididas do modo seguinte.

Portuguez, Geometria, história e Geographia.

Professor Manuel Jacintho F. da Cunha.

Musica

Professor o Sr. Toribio Guerra.

A aula primaria continua a da respectiva professora, que nesse trabalho será auxiliada pelo abaixo assignado.

Uruguayana, 1º de Abril 1880

M. I. Ferreira da Cunha (O Guarany, 8 de abril de 1880).

Mas também é curioso, no mínimo, para a época, o fato de uma mulher²⁴ estar na direção de um importante colégio católico e publicar na imprensa local uma nota utilizando-se da primeira pessoa para a sua redação:

Collegio “Santana”

As aulas d’este collegio reabrem se na dia 8 de Janeiro p. f.

Nota - Nunca se descontarão os mezes de Dezembro e Janeiro nem parte de mez.

Outrosim - Participo aos Srs. Pais de familia que não acceito mais alumnos do sexo masculino salvo os que tiverem 6 annos de idade.

A Directora

Rosa Lagisquet.

Uruguayana, 26 de Dezembro de 1899 (A Notícia, de 26 de dezembro de 1899).

Num outro colégio, na primeira metade da década que inicia o século XX, uma nota publicada na imprensa local felicita uma professora pelos resultados alcançados nos exames realizados por suas alunas. O adjetivo a ela utilizado na matéria demonstra o apreço pelo seu trabalho, aliás, o que fica bastante evidente quando se reconhece o nível das alunas que “demonstraram grande adiantamento”:

Exames

Realizaram-se em o dia 11 do corrente os exames, no collegio dirigido pela talentosa educacionista Exma. Srª Dª Anna Candida Alvim.

As alunnas d’esse collegio demonstraram grande adiantamento e por cujo motivo felicitamos a sua Ilustre directora, agradecendo a gentileza do convite (A Nação, de 15 de novembro de 1905).

²⁴ Além do nome de Rosa Lagisquet, na direção do “Colégio Sant’Anna, da Igreja Católica, à época, é possível encontrar o nome de Mathilde Lagisquet, como “Directora do curso primário”, no “Corpo docente para o anno de 1912” de um outro colégio administrado por igreja cristã: o “Collegio União”, da Igreja Metodista, em Uruguaiana em “O annuario d’O União” 1911-1912.

Já o “Collegio Sant’Anna, ao qual já se fez referência, aludindo ao nome de sua diretora de raízes francesas, vamos encontrá-lo novamente nas páginas da imprensa local, com uma comunicação de sua mesma diretora sobre o início das suas aulas para o ano de 1906. Observa-se que, no mínimo, Rosa Lagisquet esteve em sua direção desde 1899 até a data em evidência no comunicado.

Aviso
Collegio Sant’Anna
As aulas d’este collegio reabrir-se-ão no dia 10 de Janeiro p. f.
Uruguayana, 31 de Dezembro de 1905.
A diretora - Rosa Lagisquet
11-1-1906 (A Nação, de 6 de janeiro de 1906).

A **Notícia**, de 26 de dezembro de 1899, informa sobre o início das aulas em um importante colégio católico na comunidade, dirigido, conforme será possível perceber, por uma professora de sobrenome francês - o que nos lembra da significativa presença dos franceses na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, especialmente em Uruguaiiana - fato ilustrado, também, pela atuação marcante na sociedade à época do huguenote Aleixo Wurlod, educador que dirigia, desde 1870, um outro importante colégio particular na cidade: o colégio União.

Note-se, então, a presença de dois fortes estabelecimentos de ensino à época: um de natureza evangélica, porém laico, o colégio União; e o outro, de natureza católica, o colégio Santana. Em comum, a presença significativa, à época, de um homem oriundo da França e de uma mulher em cuja origem se percebia, pelo sobrenome, parentesco com uma tradicional família francesa (PONT, 1976, p. 126). Sobre a presença, aqui, dos franceses, especificamente na região de Uruguaiiana, o texto “Franceses na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul”, publicado por Raul Pont em 1976, é de suma importância. Aliás, Raul Pont é neto do educador francês Aleixo Wurlod.²⁵

Este anúncio mostra uma escola que tem na sua direção uma mulher, o que leva a refletir que já se começa a ganhar um espaço maior visto que até o momento só encontrava

²⁵ PONT, ([1976], p. 123-132). Raul Pont cita Robert Avellemant, quando este esteve por aqui no sul, por volta de 1858, e registrou em “Viagens ao Sul do Brasil”, que [...]“vivia aquela gente em tendas e barracas de todos os tipos, até que do caos surgiu um lugarejo. Depois da queda de Rosas (1852) regressaram muitos deles; mas ficaram muitas forças ativas, a que se reuniram novos elementos, de modo que Uruguaiiana é hoje uma vila de pelo menos 2.000 habitantes, onde se manifesta, em todos os recantos, a mais viva atividade comercial. Só *franceses existem mais de cem no lugar*, entre eles gente de muito boa educação e de irrepreensível conduta. *Uruguaiiana, quase não se reconhece como uma cidade brasileira, mas uma hispano-francesa que parece apoiar-se em suas relações de vida e de comércio, mais em Buenos Aires e em Montevidéu, do que em Porto Alegre ou Rio de Janeiro*” (O grifo é meu).

nas notícias, escolas dirigidas e aulas ministradas pela figura masculina.

Aulas particulares, tanto para a aquisição de alguma habilidade particular como no caso do aprendizado de música ou de pintura, quanto no caso de “matérias” de conteúdo escolar específico, eram oferecidas à comunidade, notadamente, por professoras:

Professora de Música

A professora de Música Theorica e Instrumental Senhorita Balbina Caraciolo participa aos Senhores, paes de familia que aceita discipulos, devendo os pretendentes dirigir as suas indicações a esta redação

Até 2ª ord. nº 357

(A Nação, de 10 de janeiro de 1907).

Professora de Pintura

Carmen V. Llistar professora de pintura, leciona as terças e quintas-feiras e sabbados.

As pessoas que desejarem de seus serviços devem dirigir-se em casa do Sr. Pedro Rebés.

A mesma professora tem exposto, na casa Cadorniz variados trabalhos (A Nação, de 7 de outubro de 1910).

Com esse anúncio é possível perceber que, à mulher que teve uma boa formação, que foi bem-educada, cabe a conquista de um certo espaço, espaço esse que lhe permitiria atuar como professora, seja de música, pintura, bordado, idiomas, etc.. Não podemos nos iludir, porque essas atividades são vigiadas e controladas em toda a sua praticidade, quando não pelos pais dos alunos, pela sociedade em geral: sua postura é analisada, sua conduta é estudada, sua forma de vestir, aonde vai, com quem vai, o que ensina, que tipo de modelo pode esta professora ser. Seu convívio é com crianças e moças, sempre zelando pela harmonia da família e dos bons costumes. Faz-se desses encontros uma extensão da casa.

Ensino Particular

A professora Anna Alvim lecciona particularmente, das 2 às 5 horas da tarde, Portuguez, Francez, Arithmetica, Geografia, história, etc. - Rua Tiradentes (A Nação, de 11 de setembro de 1909).

É possível perceber que nem todas as mulheres se submeteram a ficar só cuidando da casa e dos filhos. Os exemplos estão presentes nos anúncios que mostram aquelas que desenvolveram algumas habilidades especiais e as transformaram numa profissão, como

professoras de pintura, desenho, música, etiquetas, etc., inserido-se assim no mundo do trabalho e ganhando um pouco mais de espaço.

É notável a atenção que a redação dos jornais, à época, davam a esses profissionais, disponibilizando, inclusive, seus escritório de atendimento ao público para receber as inscrições de candidatos às aulas, como se vê na primeira notícia: “devendo os pretendentes dirigir as suas indicações a esta redação”.

Assim como na terceira das três matérias anteriormente referidas, a seguinte também faz referência a aulas particulares, ministradas por uma professora. Destaca-se de comum, nessas duas matérias, o oferecimento do aprendizado de francês, o que ilustra o que Pont (1976) escreve sobre a presença expressiva de franceses nessa região da fronteira.

Esse anúncio permite ver que as mulheres cada vez mais entram no espaço educacional e começam a trabalhar, se não em escolas, ao menos com aulas de apoio em casa - e cobram por esse serviço. Segundo o imaginário da época, a felicidade feminina reside no bem-estar do outro, da sua família.

Mais uma vez observamos que a oferta no ensino da língua francesa era muito comum em Uruguaiana, o que já foi destacado em outro anúncio de préstimos de serviços referentes à educação, principalmente feminina, fato que se justifica, talvez, pela grande presença de franceses nesse território. Acredito que deveria ser muito forte, pois o espanhol quase nem se fala quando se oferece ensino particular, o que chama a atenção, pois é o idioma da cidade vizinha - *Paso de Los Libres*. Quem sabe pelo fato de que, na região da fronteira, o espanhol constituir-se, naturalmente, como uma espécie de uma segunda língua:

Professora

A professora normalista, Rosa de Bittencourt Fontana, participa aos Srs. paes de familia desta cidade, que abriu um curso particular de ensino primario e secundario, com aulas de francez, desenho e pintura annexas ao mesmo curso.

Acceita também lições em domicilio particular - e tendo pratica de vinte e um annos de magistério, acha-se habilitada a satisfazer as exigencias dos Srs. Paes de familia no bom desempenho de sua missão.

Para mais informações à rua 15 de Novembro nº 85.

A professora

Rosa B. Fontana

2. ord. N. 1141

(A Nação, de 15 de março de 1910).

O nível de qualificação para o ensino dessa professora parece ser elevado,. Uma vez que, mesmo sem fazer referência à sua escola de formação para o magistério, alude à sua “pratica de vinte e um annos de magistério”, o que, no entendimento da notícia, a recomendaria junto à

comunidade de forma a vê-la como “habilitada a satisfazer as exigências dos Srs. Paes de família no bom desempenho de sua missão”.

Com essa informação constatamos mais uma vez a preponderância de homens no magistério. Outro fator importante de analisar é o fato de que fica a cargo de professora a formação primária. Por quê? Será pelo fato de protegê-la do contato com os rapazes? Ou por acreditar que por ser mulher terá mais competência para ensinar as crianças? Acredito que ambas as questões têm suas afirmativas.

Se pensarmos que, numa sociedade que exige uma postura muito rígida em relação as suas mulheres, e que vê que sua educação deve ser voltada para o lar - no cuidado com a criação dos filhos, talvez justifique-se o fato de a escola acima citada escolher uma professora para dar aulas no primário. Assim evitaria qualquer constrangimento para as moças, no convívio e no trato com os rapazes; e a afetividade das mulheres se estenderia aos alunos pequenos.

Destaca-se, no final dessa notícia, a compreensão do magistério como uma “missão”; e a assinatura, com a designação, por extenso, de “A professora”. O entendimento da profissão do magistério como um sacerdócio que se realiza em missão, parece ser comum à época. Nessa outra matéria, publicada pela imprensa local, encontra-se um manifesto assinado por vários professores que se auto-designam “os sacerdotes dessa religião grandiosa” que é o magistério. Pelo teor da manifesto, vê-se a indignação dos signatários com a possibilidade de aviltamento da profissão. O manifesto é também uma conclamação, para que os professores não se deixem envolver por “todos aquelles que lhes fizerem propostas indignas, que tenham por fim o aviltamento do Professorado Rio-Grandense”.

Os sacerdotes dessa religião grandiosa, que nos ensina o caminho por onde se chega ao conhecimento de todas as outras religiões, merecem um pouco mais de respeito, quando revestidos das honrosas e dignificantes prerrogativas do ensinar!!

Offerecemos, publicamente, o nosso apoio a todos os collegas que souberem, com altivez e independencia, despedir com o seu mais amesquinhador sorriso, a todos aquelles que lhes fizerem propostas indignas, que tenham por fim o aviltamento do Professorado Rio-Grandense.

Uruguayana 13 de Novembro de 1899.

Aleixo V. Wurlod; João Batista Marchado; Thomaz Luiz de Souza; Garcindo Silva Marttns; Augusto de Almeida; TitoArsenio; Lydio de Oliveira (A Notícia, de 14 de novembro de 1899).

A Notícia, de 14 de novembro de 1899, publica um manifesto de valorização da educação pelo reconhecimento da importante profissão do magistério - um manifesto que, embora seja assinado apenas por homens, entre eles o mestre-escola francês huguenote Aleixo Vicente Wurlod, de quem já fiz referência em capítulo anterior, é uma luta que interessa e

inclui, mesmo que indiretamente, as mulheres, uma vez que sua presença em meio educacional sempre se fez notar nessa época de fins do século XIX como também já fiz comentário. Nessa publicação, observa-se que as lutas salariais e de reconhecimento de dignidade e importância do professor é muito antiga. Com esta notícia é possível ver que a escola não compunha a presença feminina, era dirigida por homens; e quem ministrava as aulas eram professores, portanto do sexo masculino, os estudantes também eram homens - o que era considerado muito normal para a época.

Entre os professores que assinam o manifesto apoiando a luta de seus colegas de profissão, encontram-se Aleixo Vurlod, fundador do até hoje existente “Collegio União” e Thomaz Luiz de Souza, de quem a notícia a seguir coletada dá mostras do reconhecimento que lhe era dado pela comunidade. O primeiro, Vurlod, dirigia a escola particular; e o segundo, Thomaz, uma escola municipal:

No dia 2 do corrente, foram encerradas, por ordem superior, as aulas estadoaes aqui existentes. (A Notícia, de 4 de dezembro de 1901)

No mesmo dia no importante collegio municipal dirigido pelo provector educacionista Thomaz Luiz de Souza, teve lugar a cerimonia do encerramento do ano lectivo. O acto foi presidido pelo dr. Romagueira Corrêa, que teve como auxiliares os competentes cavalheiros Capitão Olympio da C. Leite e Tenente Manoel Gomes Pereira. Lms. Os alumnos examinados revellaram bastante aproveitamento, sendo o professor Thomaz muito felicitado por esse facto, pela comissão.

Mas não só as mulheres, também professores do sexo masculino se prontificavam a ministrar aulas particulares, não só em disciplinas escolares, mas também em aprendizagens específicas para o desenvolvimento de alguma habilidade, como se pode verificar por estes dois anúncios: “Professor: Na gerencia desta folha se dará informações de um professor que deseja leccionar na campanha, e em casa particular” (A Nação, de 11 de setembro de 1909).

Com essa informação observa-se que a educação formal muitas vezes não chegava até a zona rural. Muitos não tinham condições de mandar seus filhos estudar na cidade; economicamente poderia não ser viável. Assim, contava-se com a disposição de alguns profissionais da área, que se ofereciam para lecionar em casa - prática muito comum daqueles que procuravam emprego e de pais que não queriam deixar suas filhas ou filhos saírem de casa para a escola na cidade: como o lugar da filha é junto à família, lugar de mulher é em casa; e a escola poderia desviá-la para outros caminhos que não pertenciam a uma moça direita e de boa família. O anúncio chama a atenção porque mostra que não só as mulheres

trabalhavam como professoras particulares, mas também os homens: “professor que deseja lecionar na campanha e em casa particular”. Talvez as mulheres se oferecessem para lecionar na cidade por ser próximo de sua casa, e nas campanhas ficasse mais para os homens - não que se ignorasse a presença de professoras nas fazendas.

Professor de Musica

O professor de musica João Hipolito Gutierrez, offerece-se para leccionar flauta, clarinete, saxophone, bandolin, violino e mais instrumentos.

Conforme o instrumento, pagará de 15 \$ a 20 \$ 000.

Nº 87 (O Guarany, de 6 de maio de 1880).

Mas, além do magistério, também é possível observar o desempenho de algumas mulheres no exercício de outras profissões, no comércio ou na prática de parteiras:

A Vencedora

Antiga e Acreditada Alfaiataria que nesta praça girava sob a firma de José Zacarro, acaba de reabrir as suas officinas sob a direção da VIUVA ZACARO

Que dispõe de pessoal competente e habilitado no seu genero de negocio.

Tem à disposição da sua numerosa e antiga freguesia um esplendido sortimento do que de mais moderno e de mais chic existe, em objetos para sexo masculino. Trabalha-se com rapidez perfeição e sobretudo muito barato. A VENCEDORA continua no seu predio antigo da Rua Duque de Caxias (A Notícia, de 4 de dezembro de 1901).

A Vencedora

Antiga e acreditada alfaiataria que nesta praça girava sob a firma de José Zacaro, acaba de reabrir as suas officinas sob a direção da

VIUVA ZACARO

Que dispõe de pessoal competente e habilitado no seu genero de negocio.

Tem a disposição da sua numerosa e antiga freguesia um esplendido surtimento do que de mais moderno e de mais chic. existe em objectos para o sexo masculino. Trabalha-se com rapides perfeição e sobretudo muito barato. - A Vencedora continua no seu predio antigo da Rua Duque de Caxias. 939

Proprietário: Antonio Augusto de Azevedo (A notícia, de 6 julho 1902) MARIA BOCOLI

Gran Bazar Brasileiro

Da

Viuva Leonor Codorniz

Attençao!! Attenção!!

Grande Liquidação

Preços sem competencia

Lãs para vestidos - enfiestadas -

Metro: 800 I \$ I \$ 200; I \$ 800, 2 \$ 200, 2 \$ 600, 2 \$ 800, 3 \$ 000 o metro.

Grande sortimento de casacos para senhoras, luvas de pellica e seda, lenções bordados, roupa feita branca, para senhoras chales de lã e algodão perfumarias, cobertores de lã e algodão, calçados para senhoras, ultima novidade e que vendo tudo com extrarodinário abatimento (A Notícia, de 17 de novembro de 1905).

Chama muito a atenção o fato de que são duas viúvas que levam avante atividade desenvolvida no comércio. A primeira, Zacaro, continua o trabalho do marido, reconhecido pela qualidade dos serviços prestados nesse ramo à comunidade; e trabalha com artigos masculinos. A segunda, Codorniz, trabalha com artigos para mulheres. Zacaro divulga que tem, na condução dos trabalhos de alfaiataria agora sob sua direção “pessoal competente e habilitado no seu gênero de negocio”.

Três mulheres parteira, oferecem seus serviços à comunidade. Era comum, à época estudada, o nascimento sob os cuidados de mulheres parteiras, pois nem sempre o médico estava perto naquele momento, ou chegava tarde. Também se verificavam casos de que, na região da campanha, nem a própria parteira conseguir chegar a tempo, e o trabalho do parto ter que ser feito pelo próprio marido.

Percebe-se, por este primeiro anúncio, encontrado em duas publicações, que a parteira está a oferecer “seus serviços profissionais dentro e fora da cidade”. Pela característica da profissão, prontificava-se a atender “chamados a qualquer hora”. Para ser mais conhecida na comunidade, uma vez que recém-chegada à cidade, ela amplia seu atendimento aos pobres.

Parteira 1883

Recem chegada a esta cidade onde vem estabelecer-se, fica à disposição das pessoas que carecerem dos seus serviços profissionais dentro e fora da cidade.

Reside interinamente à Praça de Paysandú casa de João Zacouteguey

Chamados a qualquer hora.

Assistência gratis aos pobres [...] (O Guarany, em sua edição de número 627).

Parteira

Recem chegada a esta cidade onde vem estabelecer-se, fica à disposição das pessoas que carecerem dos seus serviços profissionaes dentro e fóra da cidade.

Reside interinamente à Praça de Paysandú, casa de João Zacoute Gay;

Chamados a qualquer hora.

Assistencia gratis aos pobres de solemnidade (Guarany, de 7 de junho de 1883).

Também uma outra parteira, recém-chegada à cidade, oferece seu pronto-atendimento, pois que “acha-se pronta a acudir a qualquer chamado que lhe seja derigido”. Neste anúncio, o

que se destaca é a publicação do nome da mulher parteira e sua qualificação nos estudos: “parteira de 1ª classe pela Faculdade de Medicina de Paris”. Ressalta-se, ainda, que a confiança em que se baseia a recomendação do jornal está nos “honrosos attestados que ella apresenta, e da excellente reputação de que gosa em Buenos Ayres, onde residiu por alguns annos”:

Parteira

Chegou a esta cidade e acha-se prompta a accudir a qualquer chamado que lhe seja derigido, a sr^a Ernestina Prophilet, parteira de 1ª classe pela Faculdade de Medicina de Paris. Recommenda nol-a com toda a confiança em vista dos honrosos attestados que ella apresenta, e da excellente reputação de que gosa em Buenos Ayres, onde residiu por alguns annos.

Para mais informações veja-se o annuncio (O Guarany, de 3 de maio de 1883).

Também o oferecimento de serviços de parteira em que se destaca a formação levada a efeito pela mulher, como se viu no anúncio anterior, se verifica neste outro anúncio. Agora, a formação apresentada, que qualifica para o atendimento de parteira, vem da Itália. Novamente, para aumentar rapidez de ser reconhecido seu nome na comunidade, o oferecimento se estende, gratuitamente, à comunidade pobre:

Parteira Brasileira, formada pala Universidade de Palmas - Itália - com muita pratica do serviços relativos à sua profissão oferece os seus trabalhos ao publico em geral.

Consulta aos pobres gratis

Rua Duque de Caxias

nº 10 ao lado de M. Pibernat.

Ate. 30.2.902 (4 dez., 7 dez., 11 dez., 14 dez., 18 dez., 21 dez., 25 dez.) (Notícia, de 4 de dezembro de 1901).

Este capítulo, em que apresento o que investiguei na literatura jornalística da época em estudo sobre a condição feminina frente ao mundo do trabalho, permite, valorizando os capítulos anteriores, que indaguemos se, com tudo isso que foi constatado, não poderíamos nos perguntar de que mulher se fala, quando se escreve sobre o mito da mulher gaúcha que exalta suas qualidades de valentia e de companheirismo: a mulher do patrão ou a mulher do peão? A mulher do campo ou a mulher da cidade? Incluída nos ditames morais burgueses da época ou excluída socialmente?

E, ainda, por que, geralmente, quando se fala da mulher gaúcha, a tendência é universalizar tais características, estendendo-as também, de certa forma, com algumas

adaptações a toda e qualquer mulher?

Não se trata de vê-las acordando cedo, lavando a roupa no rio, com as mãos e o rosto marcados pelo sol e o cansaço da lida campeira, como são, muitas vezes, retratadas no cancionero gaúcho. Mas os atributos de valentia e de companheirismo, por exemplo, são atribuídos a todas.

Existiriam apenas as mulheres do peão, do patrão e a urbana? A primeira, a mulher do peão, que faz toda a lida da casa; a segunda, aquela que estaria a dirigir a casa grande, assumindo o comando de outras mulheres no cuidado do lar; e a terceira, a mulher da cidade, que não vive no campo, mas que é também entendida nesse contexto que define as virtudes da mulher gaúcha.

Mas, e a mulher revolucionária? Aquela que acompanhava o seu homem nas guerras e que ficando viúva fazia o papel do marido para dar prosseguimento à vida cuidando dos filhos? E aquela viúva, que perdendo o marido que era o patrão, vende as terras e vem para a cidade com os filhos? A lista não se esgota aqui, certamente outras mais se destacam na história rio-grandense. E, hoje, quantos são os jeitos de ser mulher gaúcha em nossa realidade urbana?

O que destaque é que não se pode entender que exista, em função do mito da mulher gaúcha, um único feminino, quando se exaltam as virtudes da mulher gaúcha.

Mas a questão continua: Elas gostam disso? Mais: elas estão realmente auto-convencidas de que são mesmo assim? Isto é, por que se insiste falar sobre “a” mulher gaúcha, quando existiram no passado e existem hoje “as” mulheres gaúchas? Mulher no plural e não no singular. O que faz se generalizar, adaptando e tornando mais amenas, para toda e qualquer mulher gaúcha urbana, as virtudes campesinas?

Assim como nos filmes, nas imagens e também nas esculturas, as letras de músicas também são documentos que merecem nossa atenção. Mais do que documentos, como quer Foucault, são monumentos, que devem ser apreciados de diferentes lugares e visão.

Devido ao conteúdo que apresentam, por meio do texto escrito numa época ou numa determinada situação, é possível valer-se da música como fonte para explicitar um período histórico de uma sociedade ou grupo social. Muitas vezes se usa esse método para denunciar acontecimentos, vividos ou experienciados por diferentes sujeitos.

Para tanto, se torna-se necessário levantar algumas questões, como essas que utilizo, ao fazer a leitura de possíveis enunciados contidos no cancionero gaúcho. A música **Campesina**²⁶, clássico da **Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul**, pode servir

²⁶ De autoria de Sérgio Napp e Mário Bárbara.

como exemplo.

Em meus estudos sobre a construção do imaginário da mulher gaúcha, especialmente do imaginário da mulher de fronteira, tenho procurado entender as condições que possibilitaram a emergência dos enunciados que estão presentes nos discursos sobre o feminino gaúcho.

A música *Campesina*, retratando em seus versos a vida da mulher do campo na constituição de sua identidade rio-grandense, contém enunciados sobre o universo feminino gaúcho e sobre a imagem que dele se construiu ao longo da história, que possibilitou o desenvolvimento de um imaginário, reforçado não só na prosa ou no verso, mas também nas danças, nos artesanatos, no folclore, enfim, nas artes em geral do Rio Grande do Sul.

É possível perceber, por exemplo, o exercício de microformas de poder, se analisarmos as relações que são exercidas no convívio familiar do campo, em que tal mulher campesina existe com as características cantadas na música e que lhe conferem identidade.

Foucault nos chamou a atenção em suas análises sobre o poder para o fato de que é preciso abandonar o modelo jurídico do poder Leviatã e tentar entendê-lo nas suas mais ínfimas ramificações. Para ele, o poder não está concentrado num local, numa sociedade dividida entre aqueles que o detêm e aqueles que lutam para tomá-lo.

Segundo Foucault, o poder está em toda parte. Mais do que posse, ele se encontra também nas relações exercidas no interior de uma família no campo, em que são estabelecidos papéis funcionais de convivência hierárquica.

A **música Campesina** fala de uma mulher que cumpre fielmente aquilo que lhe é configurado, pela tradição, como deve ser o seu destino: ser *buena* companheira. Aliás, nada mais além disso, lhe importará, ou como disseram os autores: nada mais lhe cabe em seu pequeno mundo.

Como se cumpre o papel de ser *buena* companheira? Na letra da canção fica retratado aquilo que lhe confere o itinerário diário a ser cumprido de sol a sol, desde o levantar-se a tempo de acordar o sol até o enfeitar a cama para o seu peão.

O companheirismo começa com seu habitual matinal, cedinho, do chimarrão. Preparar a erva para o chimarrão, servir e sorver o mate com o seu peão, talvez seja o momento em que eles podem sentar e conversar - ou mesmo compartilhar do momento da hora matutina -.

Mas o sol já vem chegando e as lidas não podem esperar: *leite para os guaxos*, animaizinhos órfãos que ela cuida com zelo e carinho. É preciso aproveitar esse sol que começa a mostrar o calor do dia e não perder tempo: a roupa, que foi batida e torcida, vai para

o varal.

Nessa manhã de trabalho são suas mãos – que acariciam com suavidade e com cuidado a noite –, que agora, debaixo do sol quente, se transformam em garras de braços que não mais enlaçam no amor o corpo do peão, mas a trouxa de roupa a ser lavada: foge o riso, esfrega os olhos [...] bebe o sonho [...] torce a vida, bate o medo, esfolia as mãos.

E, para completar a manhã, ainda prepara a comida quente para o seu peão. Assim, vai sendo reconhecida com a exclamação: “Que mulher valente! Vai sendo certificada como *buena* companheira, pois suas mãos são asas, seu olhar me guarda [...]” mãos que como pássaros voam em rasantes pelo corpo do marido, acariciando, qual plumas a noite e enfeitando a cama, mas também são mãos que, também como nos pássaros são garras para reparar a casa.

Nesse reparar a casa, está incluído o preparo do pão, o cuidado com os pequenos animais, a semeadura pequena e o lavar a roupa – e mexer o tacho e socar pilão –, e a gurizada para reparar. Aos meninos, ensinar a observar o pai, para serem iguais; às meninas, a aprender dela tudo o que precisarão para cumprir fielmente o seu destino de uma mulher valente, *buena* companheira, e formar sua identidade de forma a não caber mais nada nesse seu pequeno mundo.

A questão da educação dos filhos é pertinente, tanto na lida da mulher campesina como na lida da mulher urbana, no universo do feminino gaúcho. Preparam-se crianças para assumir papéis, tanto no campo quanto na cidade.

A problemática se torna ainda mais complexa quando a moderna mulher gaúcha se divide entre o campo e a cidade, convivendo nesses dois ambientes em que o cultivo das tradições se faz de maneiras diferenciadas. Como se educam seus filhos que convivem, acompanhando os pais, por ambientes da vida campesina e da vida urbana? O que se lhes diz? O campo aparece bem demarcado, identitariamente: tem donos, tem porteiras, tem aramado, tem vizinhos, tem tradição respeitada. A cidade não: nessa se fala em globalização, em cidadão do mundo, em fronteiras virtuais. As distâncias no campo podem ser percorridas a pé ou a cavalo, são medidas; na cidade não existe o longe: tudo está virtualmente perto, tudo é alcançável.

Se na música **O Esquilador**²⁷, outro clássico da **Califórnia da Canção Nativa do RS**, a denúncia era a automação do campo a tirar a função do homem que se valia da tesoura para sobreviver; hoje a virtualidade e as comodidades urbanas já se fazem presentes no campo a

²⁷ Composição de Telmo de Lima Freitas.

modificar usos e costumes da vida campesina, na perspectiva da globalização: antenas parabólicas, microcomputadores, videogames, DVDs [...].

Portanto, o pequeno mundo da mulher campesina, onde não cabia mais nada, vai-se modificando e mais coisas nele cabendo.

Em meus estudos, ouvi de uma mulher gaúcha, que se divide entre o trabalho e o cuidado da casa com o acompanhamento do marido no campo, observações que mostram como se evidencia, hoje, parte da problemática da educação dos filhos da mulher que atende o campo e a cidade:

[...] Tenho uma função dobrada na criação de meus filhos, ressaltando eu e todas as mulheres que casaram com fazendeiros. Ora! Tenho que educá-los para conviver com os peões, ouvindo as conversas de galpão [...] e educá-los para o convívio na escola da cidade, lembrando-os a todo o momento que não podem se comportar como um peão, lá na cidade, que precisam cuidar suas expressões e atitudes. Junto a peonada podem relaxar, agora, na cidade, devem manter vigilância constante.

Fica evidente que existe uma grande preocupação com a educação dos filhos, que são os meninos. Essa função, como ela diz, mostra que o papel da mulher gaúcha que se divide entre o campo e a cidade é composto por diferentes funções. Uma delas é cuidar da criação dos filhos.

Mas deixou bem claro que se trata de uma função dobrada. Ela sabe que é uma mulher do campo e da cidade, e que nesses dois ambientes muitos valores educacionais se diferenciam não só no seu ensino como na forma como são aprendidos. Mas não reclama, sabe que não é a única a ter a função dobrada de cuidar os filhos, quando diz: eu e todas as mulheres que casaram com fazendeiros.

Ela não é uma mulher campesina, nos moldes apresentados por Sérgio Napp e Mário **Bárbara na música Campesina**. Não precisa ter as mesmas lidas campeiras que são exigidas do feminino que acompanha o seu peão no campo. Mas ela é herdeira, assim como todas as mulheres gaúchas se sentem, desses valores adaptados à sua condição de senhora da casa grande e de mulher gaúcha urbana. Dela também são esperadas a valentia e o ser *buena* companheira, principalmente no cuidado da criação dos filhos.

Ela precisa ser valente e *buena* companheira na educação dos filhos, no campo e na cidade: tenho que educá-los para conviver com os peões, ouvindo as conversas de galpão [...] e educá-los para o convívio na escola da cidade. Sabe a diferença de contextos, por mais que as distâncias estejam mais curtas atualmente.

O campo já não é visto tão distanciadamente da cidade, como há algum tempo atrás. Muitos movimentos culturais fizeram e continuam a fazer o encurtamento dessa distância, ao trazerem, por exemplo, para as letras de músicas nativistas, coisas da terra que desenvolveram a identidade histórica dos gaúchos.

Nesse sentido, podemos lembrar o que diz Colmar Duarte²⁸, um dos criadores na década de 1970 do **Festival da Califórnia da Canção Nativa do RS**, que a Califórnia significa, desde a sua criação, “o fim dos preconceitos para com a música regional dos gaúchos e com as particularidades dos nossos usos e costumes”. Por isso, ele vê com orgulho, hoje, que “passadas três décadas, podemos ostentar, sem pejo, nossa gauchidade”.

Claro que a **Califórnia** encurtou a distância entre o campo e a cidade; e ser gaúcho não mais passou a designar apenas ao homem da lida do campo. Todos os rio-grandenses tiveram despertados, mais uma vez, o desejo de orgulhar-se de suas raízes nativas.

O resgate de nossos valores nativos, desencadeados por Paixão Cortez e seus amigos que a chama crioula - uma centelha do fogo simbólico de Sete de Setembro retirada por cavalarianos para dar início às festividades farroupilhas do vinte de setembro gaúcho -, foi um começo para se voltar a olhar para os valores de nossa história. A **Califórnia** é hoje a versão mais moderna desse anseio de nossa gente de revalorizar sua natividade: são intelectuais, historiadores, compositores e cantores a nos chamar a atenção não só para aspectos de nossas raízes do campo, mas para sua relação cada vez mais intensa com a cidade. Por tudo isso, podemos, mais claramente, entender as palavras de Julio Machado da Silva, presidente da 33ª edição da **Califórnia**, quando disse em recente entrevista²⁹: “Trinta e dois anos se passaram desde que na sua origem foi sentida a necessidade de criar algo novo em termos de gêneros musicais do Rio Grande do Sul, buscando novos rumos em relação àqueles que já existiam e faziam sucesso, como os adotados por Teixeira e Gildo de Freitas”.

Mas, mesmo assim, existem distâncias que são vivenciadas por quem convive nos dois contextos – o rural e o urbano – e, principalmente, quando se é mulher e se cuida da criação dos filhos, “lembrando-os a todo momento que não podem se comportar como um peão, lá na cidade, que precisam cuidar suas expressões e atitudes. Junto a peonada podem relaxar, agora, na cidade, devem manter vigilância constante”.

Por todos os indicativos que apareceram até aqui, penso que não se pode mais olhar o mito da mulher gaúcha apenas como um documento que lhe confere identidade. Na perspectiva

²⁸ DUARTE, Colmar. Califórnia. In: **Revista Fronteira**, Uruguaiiana: Secretaria Municipal de Cultura, ano 1, out.-nov.dez/2004, p. 14, texto de sua autoria publicado.

²⁹ Publicado na Revista Fronteira, out.-nov.dez/2004, p. 15.

de Michel Foucault, proponho que seja apreciado tal mito como um monumento, com diferentes ângulos e possibilidades de olhares diferentes para melhor apreciá-lo. A composição **Campesina**, de Sergio Napp e Mario Barbará, falando-nos de um ângulo desse mito do feminino do universo gaúcho - a mulher campesina -, é prova de que se pode fazer isso.

Os dois compositores mostraram a lida da mulher do peão, no campo, que, para ser valente e *buena* companheira, tem um papel a cumprir, pormenorizadamente por eles descrito na canção. Na análise de alguns de seus enunciados foi possível apreciar o mito da mulher gaúcha por outros ângulos de observação.

O ângulo da criação dos filhos, papel atribuído majoritariamente à mulher, como um dos possíveis ângulos de apreciação, ficou estampado na fala de uma moderna mulher gaúcha que se divide hoje entre o campo e a cidade, lutando contra preconceitos para bem educar seus filhos. Não é uma mulher campesina, mas lhe é também exigido, assim como de todas as mulheres gaúchas, ser valente e *buena* companheira.

O que significa, tradicionalmente, tais atributos na mulher do peão – a mulher campesina – Sergio Napp e Mário Barbará o disseram na canção. O que significa, hoje, esses atributos que se dizem herdados pela moderna mulher gaúcha, seja do campo ou da cidade, ou ainda de ambos, é questão que permanece aberta à discussão.

Na delimitação de minha pesquisa, não cumpre trabalhar essa questão. Apresento-a, no entanto, como ilustrativa de minha compreensão de que não podemos reduzir a questão da resposta sobre o que é a mulher gaúcha a uma única fonte de originalidade do mito, no caso, a condição do campo - a mulher campesina.

Os jornais demonstraram, e isso foi apresentado neste capítulo sobre a mulher e o mundo do trabalho, diferentes mulheres na prática de diferentes profissões: parteiras, professoras e administradoras de estabelecimentos comerciais. Práticas que contribuíram também na constituição de sua representação no imaginário popular e na conseqüente mentalidade burguesa sobre elas.

Pela leitura atenta dos jornais, foi possível perceber que a mulher ali retratada também trabalhava profissionalmente, fazendo parte ativamente do mundo do trabalho, não se limitando tão-somente ao trabalho doméstico de cuidar do lar, dos filhos e do marido.

Neste capítulo, portanto, apresentei mulheres atuando em diversas profissões, dividindo-se entre o trabalho profissional e o cuidado com o lar. Mulheres que, conforme os ditames burgueses da época, deveriam ter uma atenção maior no que se refere a sua conduta, porque estavam mais expostas aos comentários e às atenções de outras pessoas, já que não se dedicavam exclusivamente ao lar. Na rua e no trabalho, conviviam com pessoas de diferentes

níveis sociais, culturais, econômicos; e com o sexo oposto - que ainda não assimilava bem essa atuação feminina no mundo do trabalho, e que se achava, de diferentes formas, muitas vezes, no direito de desrespeitá-la.

É o que mostram os jornais aqui analisados e interpretados, permitindo entender que as mulheres gaúchas não estavam limitadas à vida do campo e da família ou à religiosa, como o imaginário social desse período insiste em mostrar por meio do mito da mulher campesina. Eram mulheres que, ao mesmo tempo em que eram valorizadas, até certo ponto, por seu engajamento no mundo do trabalho, tinham também que lidar com a exigência crescente de ter que cuidar do lar.

8 CONCLUSÃO



Figura 10 - Notícias do mundo feminino

No imaginário, popular não é difícil constatar, pela observação atenta de suas mais diversas formas de expressão, a condição concedida à mulher gaúcha e, especialmente, à mulher da fronteira.

Tal imaginário, que se verifica de forma notável no cancioneiro gaúcho, várias vezes dá conta da apresentação de uma mulher que é descrita e valorizada em sua relação com a imagem que nele se tem do homem gaúcho.

Se na descrição do masculino a figura masculina é apresentada e descrita em função de sua tradição histórica de guerras, guardas de fronteiras e de lidas do campo, na descrição do feminino, por sua vez, zela-se por apresentar junto ao homem uma figura de mulher que lhe corresponda de maneira a completar-lhe. Nesse completar, à mulher – com sua candura, beleza, e acentuado sentido de dever em relação à família e ao marido –, cabe o desempenho de tarefas ao alcance de suas forças na administração do lar.

Constata-se, assim, no imaginário tradicional gaúcho, a figura de uma mulher que é “valente e *buena* companheira”³⁰, e que está sempre pronta para acompanhar o seu homem, aceitando sua condição dita de superioridade e de mando em relação a ela; uma mulher que “lhe arruma a casa”, mas que também “lhe enfeita a cama”. Com tais expressões, uma canção³¹ que apresenta a mulher campesina, assim se expressa, descrevendo-a como uma mulher que tem “graça de garça pra enfeitar a primavera” e “garra de fera pra lutar a vida inteira”.

São representações que povoam o imaginário popular gaúcho, notadamente na fronteira, em que o culto às tradições locais em função da histórica guarda de áreas limítrofes, contrabandos e demarcações de fronteiras são sempre lembrados e que colaboram para que se “crie” uma imagem de mulher idealizada, que algum dia existiu - e que às mulheres de hoje garante uma possibilidade de vínculo de identidade histórica.

Quis eu, com minha pesquisa, procurar num determinado período de tempo – justamente aquele que marcava uma *bele époque* –, encontrar-me com esse tipo de mulher e assim verificar condições de emergência de representações que ainda hoje povoam o imaginário popular quando a ela se referem direta ou indiretamente ao falar do homem gaúcho.

Parti, para tanto, daquilo que é lugar comum no imaginário popular, expresso, como illustrei acima, em versos do cancioneiro mais popular ou mais elaborado intelectualmente. Queria saber dessa mulher, tão cantada em verso e prosa, sempre em relação à figura masculina. Queria saber se realmente, ao menos naquele tempo, à mulher correspondiam as representações que historicamente dela tem-se construído. Desejava saber se a mulher de fronteira constituía um tipo de mulher singular em relação às mulheres do restante do país.

Não me detive apenas na escuta do que diz o cancioneiro, nem coleta de expressões em prosa ou nos ditos populares que expressam o enaltecimento desse tipo de mulher gaúcha.

³⁰ Música “Campesina”, de Sérgio Napp e Mário Bárbara; Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul.

³¹ *Ibid.*

Digo tipo porque, referindo-se à região da fronteira, permitem entender que as qualidades cantadas e proseadas sobre a mulher nessa região seriam sobremaneira enfatizadas, pois que também o gaúcho na região da – fronteira notavelmente na literatura e na memória popular – tem suas dimensões qualificativas notabilizadas pela dupla função que desempenhava historicamente na região: cuidar da terra, produzindo as condições de sua própria existência; e, até para que isso se tornasse possível, ser o fiel guardião das fronteiras da pátria contra a possibilidade de novos demarques limítrofes, num jogo de fronteiras móveis.

O que fiz, então, tendo dado como ponto de partida que minha investigação não precisaria reunir os ditos e os escritos que expressassem aberta ou implicitamente tais representações em nossa poesia e em nossa prosa gaúcha, mais ou então menos elaboradas, foi dispor-me a trabalhar por um outro caminho.

Optei por buscar, na imprensa escrita da época, matérias que fizessem referência às mulheres, matérias que pudessem mostrar um pouco das representações que constituíam o imaginário da época quando se tratava de dizer sobre a condição do feminino.

Não fiquei apenas interessada na análise das colunas sociais, em que aparecem notas desde casamentos, festas, nascimentos e outras desse teor. Busquei também, nas páginas policiais, nas páginas de anúncios fúnebres, nas páginas que traziam propagandas de produtos de saúde e de beleza, palavras e frases que expressassem os modos como as mulheres naquela região da fronteira eram vistas, apresentadas e mostradas como desejáveis pelas linhas da imprensa à sociedade. Nessas páginas, constatei comportamentos que eram valorizados para ser tida como uma mulher digna, e aqueles que eram mostrados como indignos de uma postura feminina conforme os padrões da sociedade local.

Nas colunas sociais, encontrei a apresentação de mulheres que participavam de encontros da sociedade local, elegantemente vestidas para esses eventos, mas que também, pela participação na Igreja envolviam-se em campanhas beneficentes. Tais colunas, porém, não davam conta da apresentação de todas as mulheres. Aqui apareciam notícias que interessavam à imprensa dar domínio público pela possibilidade que continham de povoar o imaginário com a apresentação de uma figura de mulher bem posicionada socialmente por estar amparada pelo forte sobrenome de solteira do pai e, se casada, do marido. Mulheres dignificadas socialmente pela sua vinculação a um forte sobrenome masculino.

As páginas policiais também foram importantes, porque me mostraram, num contraponto, a figura da mulher excluída de todo esse mundo considerado “de respeito”, invejado e tido como o ideal. Li sobre mulheres que também atuavam ao lado de seus

homens, sendo apresentadas nas notícias policiais com algum vínculo a uma figura masculina do mesmo qualificativo de excluído socialmente.

Também encontrei mulheres apresentadas como laboriosas - mas que, por força da viuvez ou por outra circunstância na vida – assumiram a frente de negócios: desde a administração de casa comercial, até o exercício de profissões como o magistério e o trabalho de parteira, para ganhar a vida. Li e pensei sobre mulheres escravas e outras que, mesmo libertas passaram a servir numa outra forma de exploração social que não a das correntes: eram “negas véias”, “quase da família”. Mas eram também mulheres que, se não mais estavam sob a ameaça do jugo das correntes, iniciavam-se num outro tipo de ameaça: a das correntes da degradação, da miséria e da exclusão social por estarem entrando em um mundo para o qual não dispunham do conhecimento das regras do jogo.

Os jornais me mostraram várias possibilidades de existência de modos de ser mulher no final do século que terminava e de um século que se iniciava: o século XX.

Vi, nas linhas dos jornais, em anúncios oficiais, como editais, até notas explicativas, diferentes mulheres. Em todas essas mulheres, desde aquelas descritas nas notas policiais lidas com ares de reprovação pela sociedade à época – até aquelas das notas sociais valorizadas e desejadas pelas famílias de então, as exigências eram as mesmas: que se soubessem mulheres que deveriam corresponder às expectativas masculinas geradas em função da condição histórica de que ao feminino cabe o dever de acompanhar o masculino e de fazer-se ser sempre em referência a ele. Não importa a condição que ele ocupe na sociedade. É sempre em relação ao seu homem que a mulher vai ser sempre apresentada, seja ele o pai, o marido ou o companheiro de desventuras.

Dessa forma, vi que não existiam apenas mulheres campesinas, com as qualidades já à época apresentadas como enobrecedoras para a mulher gaúcha e, notadamente, para a mulher da fronteira. Virtudes que permaneceram como as ideais e que até hoje são cantadas em verso e prosa e continuam a povoar o imaginário popular.

Havia também outras mulheres. Trabalhadoras, religiosas, prostitutas, meretrizes, violentadas, excluídas. Bem casadas, empreendedoras, submissas, altivas. Dentro da ordem e da lei da sociedade e da Igreja. Mas, também, aquelas tidas como fora-da-lei dessa lógica que comandava o modo de ser mulher gaúcha e fronteira àquela época. Muitas mulheres e não apenas uma mulher.

Na análise de matérias veiculadas na imprensa escrita da época, pude constatar que características de virtude apresentadas como originárias da mulher do campo, acostumada às lidas campesinas, seja na administração do lar no campo como patroa ou mulher do peão,

foram originadas também pela mulher que não estava no campo, pela mulher que estava na vila, que estava na cidade. A referência ao campo era, como não podia se esperar que fosse de outra maneira à época, realmente vista como necessária na cobrança que o mundo masculino fazia à ela sobre seu papel na organização hierárquica da sociedade e, nesta, do lar.

Mas observo ainda que, pela posição geográfica privilegiada que Uruguaiana possui, facilitando-lhe contato e convívio com outros países do Prata, o que lhe permite maior facilidade de acesso às capitais Buenos Aires e Montevideo, contribuiu para que se ampliasse o leque de referências da mulher fronteiriça.

As duras lidas do campo, fosse no comando da casa do fazendeiro ou da casa do peão, eram uma grande fonte para que se referenciasse em termos de criação de valores próprios à condição feminina: uma mulher “*buena companheira*” com “graça de garça” e “garra de fera”, para enfrentar as intempéries da vida como a viuvez ou o cotidiano de cuidado dos filhos e da casa por menor e mais simples que fosse.

Mas tais lidas não eram as únicas a contribuir para a composição do imaginário dessas mulheres. A proximidade da região com outras realidades latinas, como no caso da Argentina, fortemente influenciada pelas idéias européias, contribuiu para que elas incluíssem em sua representação outras possibilidades de ser vistas.

Os jornais retrataram várias possibilidades de ser mulher à época. Mostraram não apenas “a” mulher da fronteira gaúcha de Brasil-Argentina em Uruguaiana. Mostraram, isto sim, mulheres fronteiriças retratadas em diferentes espaços e condições sociais.

Não pretendo negar, com isso, os fortes traços de virtude da mulher gaúcha de fronteira que se encontra no imaginário popular. Mas, dizer que são originárias da mulher que vivia no campo, fazendo com que as da cidade apenas tomarem delas de empréstimo tais qualificativos de valentia, companheirismo e tantos outros valorizados pela historiografia tradicional gaúcha expressa em verso e prosa, significa limitar as fontes de originalidade da constituição do imaginário sobre o feminino na fronteira.

Com isso, estou afirmando que não se nega, com minha pesquisa, a possibilidade de as virtudes tão enfaticamente apresentadas da mulher de fronteira terem fortes vínculos com a constituição da mulher do campo. Mas me dou o direito de, pelo estudo que fiz de matérias publicadas nos jornais de época, perceber que outras fontes também contribuíram para tal, como essa da proximidade com outros países do Prata, por exemplo.

Para mim, também a mulher urbana, apresentada pelos jornais locais, contribuiu para a constituição de tal imaginário, não se limitando apenas a “herdar” tais representações do feminino vivido no campo e eufemizado em adaptações para a sua manifestação na cidade.

Defendo, portanto, que a mulher apresentada historicamente pelas representações da historiografia tradicional, e que é cantada em prosa e verso, não pode ser entendida como o protótipo da mulher gaúcha de fronteira. Também outras possibilidades de viver o feminino na região da fronteira possibilitaram o surgimento de representações que ainda hoje fazem parte desse imaginário.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Laure. **Os bordéis franceses**. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1991.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: UnB, 1985.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ASSIS, M. Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Ática, 1976.
- _____. **Seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico**. Por Marisa Lajolo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- BEUX, Armindo (Org.). **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Metrópole [1976].
- BROWN, Judith. **Atos impuros**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CAVALCANTI, Berenice Oliveira. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene no Rio de Janeiro. **Revista do Rio de Janeiro**, v. 4, n. 1, p. 95-105, 1988.
- CHAUÍ, M. **Repressão sexual, essa nossa des-conhecida: a psicanálise dos contos de fadas**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. O papel da filosofia na universidade. In: HÜHNE, I. M. (Org.). **Metodologia científica: caderno de textos e técnicas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- CORRÊA, Maria. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Cidadelas da ordem: a doença mental na república**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto.

DUARTE, Colmar. Califórnia. *In: Revista Fronteira*, Uruguaiana: Secretaria Municipal de Cultura, ano I, n. 3, out/nov/dez, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault, um pensador do presente**. Ijuí: Unijuí, 2002.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Fredrico do. **O Rio Grande de São Pedro entre a fé e a razão: introdução à história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FANTI, Daniel. **Uruguaiana no tempo das diligências e dos lampiões de rua: a formação do município de Uruguaiana século XIX e início do século XX**. Uruguaiana: Gráfica Universitária, 2003, v. 1-2.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FLORES, Hilda. **Dicionário das mulheres**. Porto Alegre: Nova dimensão, 1999.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed., Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.

_____. **República Rio-Grandense: realidade e utopia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. História da sexualidade. 15. ed. São Paulo: Graal, 2003. v. 1.

_____. **Vigiar e punir**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. O que é um autor? *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. v. 3.

_____. Soberania e disciplina. *In*: Foucault, M. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIUVANI. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a paixão eterna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOFF, Jacques Le. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GOFF, Nora. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

GUERIN, Daniel. **A revelação sexual**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HUNT, Lynn. **A invenção da pornografia**. São Paulo: Hedra, 1999.

JORNAIS. **A Nação, A Notícia, O Guarani**. Uruguaiana, RS, 1890 - 1910.

KENNEDY, James L. **Cincoenta Anos de Methodismo no Brasil**. 1928. *E-books*. Disponível em: <<http://www.metodistavilaisabel.org.br>>. Acesso em: 04 fev. 07

KHALED, Maria Luiza. **Crítica e resenha jornalística**. Porto Alegre: Acadêmica, 1993.

LESSA, Barbosa; COLIN, Flávio. **O continente do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: LP & M, s.d.

MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

NAPP, Sérgio; DORNELLES, Mário Barbará. Campesina. *In*: CD 20 anos da Califórnia da Canção Nativa do RS. São Paulo: RGE, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Os excluídos: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PONT, Raul. Franceses na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. *In*: BEUX, Armindo (Org.). **Franceses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Metrópole, 1976.

_____. **Campos realengos: a formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Renascença, 1983. v. I.

PONT, Raul. **Campos realengos: a formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIGAL, 1986. v. II.

_____. **Igreja Metodista de Uruguaiana: síntese histórica oitenta anos 1905 - 1985**. Uruguaiana: Igreja Metodista de Uruguaiana, 1985.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do MERCOSUL: a região platina colonial**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

RIBEIRO, Marilene da Cunha. A missão. *In*: FLORES, Moacyr (Org.). **Arte em movimento: imagens da história**. Porto Alegre: Palier, 2004.

RUSS, Jaqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1999.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada - o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra 1870-1889**. São Paulo: Husitec, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. Porto Alegre: Afrontamento, 1996.

SANTOS, Julio R. Quevedo e SANTOS, José C. Tamanquevis. **Rio Grande do Sul: aspectos da história**. Martins Livreiro, 1989.

SERPA, Leoni. **A máscara da modernidade da mulher na Revista o Cruzeiro de 1928 à 1945**. Passo Fundo: UPF, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Lucia Silva e. **Uruguaiana e os coronéis**. Porto Alegre: L. S. C. Evangraf. 2001.

SILVA FILHO, Júlio Machado da. Entrevista “Nos braços da Califórnia”. In: **Revista Fronteira**, Uruguaiana: Secretaria Municipal de Cultura, ano I, n. 3, out/nov/dez, 2004.

SOARES, Luis Carlos. **Rameiras, ilhoas e polacas**. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES, Manoel Adolpho. **Uruguaiana um século de história: 1842-1942**. Porto Alegre: Globo, 1942.

SOIBET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

TORRONTEGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As origens da pobreza no RS**. Porto Alegre: Mercado Aberto / Instituto Estadual do Livro, 1994.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

VILLELA, Urbano Lago. **Uruguaiana, atalaia da pátria: o homem, o meio e a história**. 2. ed. Canoas: La Salle, 1971.

_____. **O fundador de Uruguaiana: Domingos José de Almeida**. Uruguaiana: Gráfica Universitária, 1977.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WAJSBROT, Cécile (Org.). **A fidelidade: um horizonte, uma troca, uma memória**. Porto Alegre: L&PM, 1992.